COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 05
Rubrica

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 72026010610C

SETOR REQUISITANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ/PA	
RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: ANDREIA CALAZÃO VEIGA	
E-mail: ass.andreiaveiga2022@gmail.com	**Telefone:** (91) 99317-4492
INFORMAÇÕES DO OBJETO	
TIPO DO ITEM	
SERVIÇO: **(X) Continuado ( ) Não continuado**	**BENS:** **( ) Comuns**
DESCRIÇÃO DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS, ESCÂNERES E COMPONENTES PERIFÉRICOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ/PA.	

PREVISÃO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Tratando da contratação de serviço, nos termos do art.6°, inciso XI, da Lei n° 14.133/2021, a presente demanda será executada conforme a necessidade administrativa da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA, mediante a solicitação formal da Administração.

A execução dos serviços deverá estar disponível até o dia 10 de junho, considerando a necessidade de manutenção e substituição dos equipamentos periféricos comportados na Câmara Municipal conforme demanda.

JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Câmara de Oeiras do Pará/PA, com o objetivo de assegurar a continuidade e a eficiência de suas atividades administrativas e legislativas, identifica a necessidade de contratação de empresa especializadda na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de impressoras, scanners e componetes periférios.

Os equipamentos de impressão e digitalização são amplamente utilizados diversos setores da Casa Legislativa, sendo indispensáveis para a emissão de documentos oficiais, tramitação interna de processos, ofícios, memorandos, atas, requerimentos, relatórios e demais atividades administrativas e parlamentares. A paralisaçao desses equipamentos compromete diretamente o andamento dos trabalhos da Câmara e gera impacto negativo na prestação do serviço público.

Observa-se que a parte significativa desses equipamentos, apresenta desgaste natural decorrente do uso contínuo, exigindo serviços especializados para substituição de peças e componentes(como rolos fusores, cabeça de impressão, cilindros, scanners e bombas de tinta), além da realização de manutenções preventivas para prolongar sua vida útil e evitar falhas futuras.

Considerando que o quadro funcional da Câmara não dispões de pessoal técnico habilitado para execução desses serviços, torna-se necessário a contratação de empresa com experiência comprovada, apta a realizar diagnóstivos, reparos e manutenção completa dos equipamentos, com fornecimento de peças e mão de obra especializada.

Dessa forma, a presente demana vida atender a uma necessidade concreta e urgente da Câmara Municipal de Oeiras do Pará, asseguraranndo a funcionalidade de seus equipamentos e a regularidade dos serviços prestados à população.

O critério de julgamento e a definição da modalidade de licitação ficarão a cargo do setor competente,

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 02
Rubrica

respeitando integramente as disposições da Lei n° 14.133/2021 e suas atualizações.

DETALHAMENTOS DOS ITENS:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN	SERVIÇO	30
2	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2520	SERVIÇO	30
3	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2540	SERVIÇO	30
4	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSON L3250	SERVIÇO	20
5	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSON L355	SERVIÇO	30
6	TROCA DE ROLO PRESSÃO DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	10
7	TROCA DE ROLO FUSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN,COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	5
8	TROCA DE CARTUCHO DE TONER DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	20
9	TROCA DE CILINDRO DA IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	10
10	TROCA DE ROLO PRESSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2520, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10
11	TROCA DE ROLO FUSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-2520,COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10
12	TROCA DE CARTUCHO DE TONER DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2520, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	20
13	TROCA DE CILINDRO DA IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-2520, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	10
14	TROCA DE ROLO PRESSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2540, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10
15	TROCA DE ROLO FUSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-2540,COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	5
16	TROCA DE CARTUCHO DE TONER DE	SERVIÇO	20

	IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2540, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.		
17	TROCA DE CILINDRO DA IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-2540, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	10
18	TROCA DE CABEÇA DE PRESSÃO IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSONL3250, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	10
19	TROCA DA BOMBA COMPLETA IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSONL3250, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	10
20	TROCA DE CABEÇA DE PRESSÃO IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSONL355, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	5
21	TROCA DA BOMBA COMPLETA IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSONL355, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	5

RESPONSABILIDADE PELA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA E CONTEÚDO DO DOCUMENTO: Certifico que a formalização da demanda acima identificada se faz necessária pelos motivos expostos na justificativa da contratação do presente documento.

Oeiras Do Pará- PA, 01 de junho de 2026.

ANDREIA CALAZAO VEIGA:03641454204

Assinado de forma digital por ANDREIA CALAZAO VEIGA:03641454204

ANDREIA CALAZÃO VEIGA
Presidente da Câmara Municipal de Oeiras do Pará

FLS. 04
Rubrica

MEMORANDO: Nº 047/2026 – GP/CMOP

Oeiras do Pará - PA, 01 de junho de 2026.

Do: Gabinete da Presidência

Para: Comissão de Licitação

Assunto: **Solicitação de levantamento preliminar de preços.**

Prezado(a) Senhor(a),

Considerando que o objeto em comento trata-se de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS, ESCÂNERES E COMPONENTES PERIFÉRICOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ/PA, se faz necessário que este departamento providencie a Cotação de Preços/Pesquisa de Preços, por meio de consulta a outros Órgãos da Administração Pública que já contrataram ou adquiriram o mesmo objeto, para fins comprobatórios, que o preço estabelecido está dentro da média mercadológica praticada, ou, até mais vantajosa para esta Administração, conforme preconize o art. 23, §1°, da Lei Federal n° 14.133/21, observando os descritivo no Documento de Oficialização de Demanda(DFD) juntado aos autos.

ANDREIA CALAZAO VEIGA:03641454204

Assinado de forma digital por ANDREIA CALAZAO VEIGA:03641454204

ANDREIA CALAZÃO VEIGA
Presidente da Câmara Municipal de Oeiras do Pará

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 05
Rubrica

Memorando: N° 45/2026 – CL/CMOP

Oeiras do Pará - PA, 02 de junho de 2026.

Da: Comissão de Licitação
Para: Gabinete da Presidência

Assunto: **Resposta Solicitação de Pesquisa de Preços.**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS, ESCÂNERES E COMPONENTES PERIFÉRICOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ/PA.

Conforme solicitado, através de memorando 047/2026 – GP/CMOP, vem apresentar as seguintes informações relacionadas a solicitação e cotação.

Considerando, que a pesquisa de preços consiste em procedimento prévio e indispensável para a verificação de existência de recurso suficientes para cobrir as despesas decorrentes de contratação.

A instrução Normativa Nº 65 de 07 de julho de 2021 do Ministério da Economia, que dispões sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito do poder executivo, assim como na Lei 14.133/21, art. 23, § 1º, especifica que a pesquisa será realizada mediante alguns parâmetros, dentre eles.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento Foi consultado Painel de Preços do governo Federal e licitações de outros órgãos públicos, no entanto, não foi localizado nenhuma pesquisa com características similares ao objeto da presente contratação.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
06
Rubrica

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

Realizamos pesquisa de preços no banco de preços mantido pela Licitanet Licitações Eletrônicas, sob o CNPJ nº 21.280.462/0001-80, e em contratações similares realizadas por órgãos públicos, conforme consultas efetuadas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Os valores obtidos por meio dessas fontes serviram como parâmetro para a formação da estimativa de preços, observando os princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade para a Administração Pública.

Portando, seguem anexas a este, Relatório de Pesquisa de Preço com Preço Médio de Referência, metodologia entre outras informações.

Estando cumpridas as exigências e normas estabelecidas em Lei bem como a Instrução Normativa relativas a Lei N° 14.133 de 01/04/21, encaminho ao setor responsável para andamento do devido processo.

ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO:04786735230
Assinado de forma digital por ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO:04786735230

ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

FIS. 07
Rubrica

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ/PA – CMOP

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

Processo Administrativo nº: 72026010610C

Unidade Demandante: Câmara Municipal de Oeiras do Pará - CMOP

Modalidade: Contratação Direta – Dispensa de Licitação, art. 75, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS, ESCÂNERES E COMPONENTES PERIFÉRICOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ/PA.

I - DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Trata-se de processo administrativo que visa à contratação direta, por meio de Dispensa de Licitação, de manutenção de impressoras, escâneres e componentes periféricos, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA, pelo período de 12 (doze) meses.

A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva em impressoras, escâneres e demais componentes periféricos utilizados pela Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA, compreendendo a realização de inspeções periódicas, diagnósticos técnicos, limpeza interna e externa dos equipamentos, ajustes, configurações, reparos, substituição de peças e componentes defeituosos quando necessário, correção de falhas mecânicas, elétricas e eletrônicas, atualização de softwares e firmwares compatíveis, testes de funcionamento, reinstalação de equipamentos, suporte técnico especializado e demais procedimentos indispensáveis para garantir o pleno funcionamento, a conservação, a segurança operacional e a continuidade dos serviços administrativos desenvolvidos pelo Poder Legislativo Municipal.

Após a autuação do processo, a solicitação foi encaminhada ao Departamento de Licitações e Contratos para realização da pesquisa de preços, consubstanciada neste relatório e nos documentos de suporte juntados aos autos, observando-se o art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e os parâmetros de pesquisa admitidos pela Resolução Administrativa nº 12/2024/TCMPA, quando aplicável.

A equipe responsável pela pesquisa de preços é composta pelos servidores abaixo relacionados:

NOME	MATRÍCULA	CARGO
ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO	000060	AGENTE DE CONTRATAÇÃO
THIAGO FERNANDO NASCIMENTO DA SILVA	0017	EQUIPE DE APOIO
DANIEL MENDES DA COSTA	0041	EQUIPE DE APOIO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 08
Rubrica

II - PARÂMETROS UTILIZADOS NA PESQUISA DE PREÇOS

A RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA **Nº 12/2024/TCMPA**, DE 19 DE MARÇO DE 2024, **Art. 6º** A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

Para a realização da presente pesquisa de preços, foram utilizados os seguintes parâmetros:

Nº	DESCRIÇÃO	APLICABILIDADE
I	Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, quando possível, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;	NÃO
II	Contratações similares feitas pela Administração Pública, inclusive pela própria Administração ou Órgão Demandante, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;	SIM
III	dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal, estadual e municipal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e hora de acesso;	NÃO APLICÁVEL
IV	Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, preferencialmente em meio eletrônico, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;	NÃO
V	Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até um ano anterior à data de divulgação do edital.	NÃO APLICÁVEL
VI	Banco de dados de licitações públicas (Licitanet)	SIM

III - METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa de preços para estimativa do valor da contratação foi realizada em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade para a Administração Pública,

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 09
Rubrica

utilizando-se como fontes de consulta a Plataforma Licitanet e o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Foram coletadas, para cada item objeto da contratação, no mínimo 03 (três) cotações válidas, obtidas a partir de contratações similares realizadas por órgãos e entidades da Administração Pública. Após a coleta dos dados, procedeu-se à análise comparativa dos valores pesquisados, considerando-se preços compatíveis com os praticados no mercado e observando-se critérios de razoabilidade e adequação ao objeto pretendido. A partir dos valores obtidos, foi calculado o preço estimado para cada item, servindo de referência para a elaboração do orçamento da contratação e para a condução do respectivo procedimento licitatório.

IV - RESULTADO DA PESQUISA DE PREÇOS

A pesquisa de preços foi realizada com base em documentos de suporte juntados aos autos, especialmente em contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, bem como em referência histórica de processo semelhante promovido pela própria Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA no exercício de 2025.

Foram obtidos parâmetros de mercado para os serviços que compõem o objeto da contratação, contemplando manutenção corretiva, manutenção preventiva, limpeza técnica, substituição de componentes e demais serviços correlatos necessários ao adequado funcionamento dos equipamentos pertencentes à Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA.

A pesquisa abrangeu o total de 21 (vinte e um) itens de serviços, cujos valores unitários foram apurados com base nas referências coletadas e consolidados na tabela de preços de referência constante deste relatório.

Ademais, foi utilizada como referência histórica o processo realizado na Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA no exercício de 2025, relativo à contratação de empresa para execução de serviços de natureza semelhante, com valor estimado de 61.700,00(sessenta e um mil e setecentos reais).

Também foram analisadas cotações obtidas por meio das plataformas Licitanet e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sendo verificado que o valor global de referência estimado para a presente contratação corresponde a R$ 59.793,40 (cinquenta e nove mil, setecentos e noventa e três reais e quarenta centavos), valor considerado compatível com os preços praticados no mercado para serviços da mesma natureza e complexidade.

Os valores unitários e quantitativos considerados para a formação do preço de referência encontram-se detalhados na tabela constante deste item, a qual integra o presente relatório e constitui elemento de suporte à estimativa da despesa.

V – PREÇOS DE REFERÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR GLOBAL
1	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN	SERVIÇO	30	R$ 388,38	R$ 11.651,40
2	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2520	SERVIÇO	30	R$ 205,05	R$ 6.151,50
3	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2540	SERVIÇO	30	R$ 226,31	R$ 6.789,30

4	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSON L3250	SERVIÇO	20	R$	203,77	R$ 4.075,40
5	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSON L355	SERVIÇO	30	R$	101,34	R$ 3.040,20
6	TROCA DE ROLO PRESSÃO DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	10	R$	213,17	R$ 2.131,70
7	TROCA DE ROLO FUSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN,COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10	R$	307,00	R$ 1.535,00
8	TROCA DE CARTUCHO DE TONER DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	20	R$	83,47	R$ 1.669,40
9	TROCA DE CILINDRO DA IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	10	R$	45,96	R$ 459,60
10	TROCA DE ROLO PRESSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2520, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10	R$	221,72	R$ 2.217,20
11	TROCA DE ROLO FUSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-2520,COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10	R$	256,78	R$ 2.567,80
12	TROCA DE CARTUCHO DE TONER DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2520, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	20	R$	54,35	R$ 1.087,00
13	TROCA DE CILINDRO DA IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-2520, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	10	R$	46,33	R$ 463,30
14	TROCA DE ROLO PRESSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2540, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10	R$	130,44	R$ 1.304,40
15	TROCA DE ROLO FUSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-2540,COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10	R$	200,60	R$ 1.003,00
16	TROCA DE CARTUCHO DE TONER DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2540, COM MÃO	SERVIÇO	20	R$	53,19	R$ 1.063,80

	DE OBRA INCLUSA.				
17	TROCA DE CILINDRO DA IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-2540, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	10	R$ 45,96	R$ 459,60
18	TROCA DE CABEÇA DE PRESSÃO IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSONL3250, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	10	R$ 535,42	R$ 5.354,20
19	TROCA DA BOMBA COMPLETA IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSONL3250, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	10	R$ 321,67	R$ 3.216,70
20	TROCA DE CABEÇA DE PRESSÃO IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSONL355, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	10	R$ 463,58	R$ 2.317,90
21	TROCA DA BOMBA COMPLETA IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSONL355, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	10	R$ 247,00	R$ 1.235,00
VALOR GLOBAL					**R$ 59.793,40**

Os preços de referência foram definidos com base na pesquisa de mercado realizada para cada item que compõe o objeto da contratação, mediante a obtenção de 03 (três) cotações válidas por item, coletadas por meio do banco de preços da Licitanet Licitações Eletrônicas e do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), observando-se a compatibilidade entre os objetos pesquisados e os serviços pretendidos pela Administração.

Para fins de composição da estimativa da despesa, foram considerados os valores unitários obtidos a partir das referências coletadas para os 21 (vinte e um) itens constantes da planilha de pesquisa de preços, a qual integra os autos do processo administrativo

Como parâmetro complementar de avaliação, foi considerada a contratação realizada pela Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA no exercício de 2025, relativa à execução de serviços de natureza semelhante, cujo valor estimado foi de R$ 61.700,00 (sessenta e um mil e setecentos reais).

Após a consolidação dos valores unitários pesquisados e a aplicação dos quantitativos estimados para cada item, obteve-se o valor global de referência de R$ 59.793,40 (cinquenta e nove mil, setecentos e noventa e três reais e quarenta centavos), valor que passa a subsidiar a estimativa da despesa para a presente contratação.

Os valores unitários e quantitativos considerados para a formação do preço de referência encontram-se detalhados na tabela constante deste item, a qual integra o presente relatório e constitui elemento de suporte à estimativa da despesa para a presente contratação.

VI – CONCLUSÃO

A presente pesquisa de preços foi conduzida com observância aos princípios da economicidade, transparência, eficiência e planejamento, considerando os parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, na Resolução Administrativa nº 12/2024/TCMPA.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
Fls: 12
Rubrica

Para a formação da estimativa da despesa, foram utilizadas referências obtidas por meio do banco de preços da Licitanet Licitações Eletrônicas, do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e de contratação semelhante realizada pela própria Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA no exercício de 2025, possibilitando a obtenção de parâmetros compatíveis com os valores praticados no mercado para serviços da mesma natureza.

A análise das referências coletadas permitiu verificar a adequação dos preços estimados para os serviços de manutenção preventiva e corretiva de impressoras, escâneres e componentes periféricos, demonstrando compatibilidade com as condições normalmente praticadas pela Administração Pública em contratações semelhantes.

Por fim, considerando o valor estimado da contratação e o enquadramento legal aplicável, os elementos constantes deste relatório poderão subsidiar a instrução do processo de contratação direta por dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, visando ao atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA.

Oeiras do Pará/PA, 02 de junho de 2026.

ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO:04786735230

Assinado de forma digital por ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO:04786735230

ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 13
Rubrica

MEMORANDO: Nº 048/2026 – GP/CMOP

Oeiras do Pará/PA, 02 de junho de 2026.

Do: Gabinete da Presidência

Para: Comissão de Licitação e Contratos

Assunto: **Elaborar Estudo Técnico Preliminar**

Prezado(a) Senhor(a),

Considerando o objeto, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS, ESCÂNERES E COMPONENTES PERIFÉRICOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ/PA, solicito a elaboração de um Estudo Técnico Preliminar (ETP) para a contratação de uma empresa do segmento do objeto.

Conforme Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido.

Se faz necessário que este departamento providencie a elaboração do Estudo Técnico Preliminar, observando o descritivo no Documento de Oficialização de Demanda (DFD) juntado aos autos.

ANDREIA CALAZAO VEIGA:03641454204

Assinado de forma digital por ANDREIA CALAZAO VEIGA:03641454204

ANDREIA CALAZÃO VEIGA
Presidente da Câmara Municipal de Oeiras do Pará

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 14
Rubrica

Memorando: 046/2026 – CL/CMOP

Oeiras do Pará - PA, 03 de junho de 2026.

Da: Comissão de Licitações e Contratos

Para: Gabinete da Presidência

ASSUNTO: **Resposta Solicitação para Elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP)**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS, ESCÂNERES E COMPONENTES PERIFÉRICOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ/PA.**

Conforme solicitado, através de memorando 048/2026 – GP/CMOP, vem apresentar o Estudo Técnico Preliminar, para serviços técnicos e fornecimento de licença de acesso ao sistema de gestão.

Considerando, que o ETP consiste em procedimento prévio e indispensável para o andamento da licitação, conforme preceitua a Lei de Licitações e Contratos.

Segue em anexo o Estudo Técnico Preliminar respeitando as instruções do art. 18, § 1º, da Lei 14.133/21.

ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO:04786735230

Assinado de forma digital por ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO:04786735230

ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 15
Rubrica

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

I – Descrição da Necessidade da Contratação

Conforme Art. 18, estabelece em seu § 1º, inciso I da Lei 14.133/2021:

Art. 18 A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o *inciso VII do caput do Art. 12 desta Lei*, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

A Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA dispõe de impressoras, escâneres e equipamentos periféricos que desempenham papel fundamental no suporte às atividades administrativas e legislativas desenvolvidas pela instituição. Tais equipamentos são utilizados diariamente para a produção, digitalização, reprodução e tramitação de documentos oficiais, incluindo processos administrativos, expedientes internos, atos legislativos, relatórios contábeis, documentos financeiros e demais instrumentos necessários ao funcionamento regular da Administração.

Em razão da utilização contínua desses equipamentos, é natural a ocorrência de desgastes mecânicos, eletrônicos e operacionais, os quais podem comprometer o desempenho, a confiabilidade e a vida útil dos ativos tecnológicos pertencentes à Câmara Municipal. Além disso, falhas inesperadas em componentes internos podem ocasionar interrupções na execução das atividades institucionais, prejudicando a eficiência dos serviços prestados e o atendimento das demandas administrativas e legislativas.

A inexistência de suporte técnico especializado para manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos pode resultar em paralisações frequentes, aumento do tempo de indisponibilidade dos equipamentos, redução da produtividade dos setores administrativos, elevação dos custos de reposição integral dos bens e comprometimento da continuidade dos serviços públicos desenvolvidos pela Casa Legislativa.

Diante desse cenário, torna-se necessária a contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de impressoras, escâneres e componentes periféricos, contemplando o fornecimento de peças, componentes e materiais necessários à execução dos reparos, sempre que constatada sua necessidade técnica.

A manutenção preventiva permitirá a realização de inspeções periódicas, limpezas técnicas, regulagens e demais procedimentos destinados à preservação das condições adequadas de funcionamento dos equipamentos. Por sua vez, a manutenção corretiva possibilitará a identificação e correção de falhas, defeitos e desgastes que comprometam a operacionalidade dos equipamentos, incluindo a substituição de peças e componentes danificados ou inservíveis.

A Câmara Municipal não dispõe, em seu quadro funcional, de servidores com qualificação técnica específica e estrutura adequada para execução dos serviços de manutenção dos equipamentos.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 16
Rubrica

Assim, a contratação pretendida busca assegurar a continuidade das atividades administrativas e legislativas da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA, promover a conservação do patrimônio público, reduzir custos decorrentes da substituição prematura de equipamentos e garantir maior eficiência na utilização dos recursos tecnológicos disponíveis

II – Previsão no Plano de Contratações Anual

Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21)
Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão; (Art. 7°, inciso IX da IN 40/2020).
As despesas para atender a esta demanda estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Câmara Municipal de Oeiras do Pará, para o exercício de 2025, assim como no Plano de Contratações (PCA), as quais contam nos autos do processo de acordo com Parecer de Dotações Orçamentárias expedido pelo Setor de Contabilidade da Câmara Municipal de Oeiras/PA.

III – Requisitos da Contratação

Conforme Art. 18, estabelece em seu § 1º, inciso III da Lei 14.133/2021:

Art. 18 A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o *inciso VII do caput do Art. 12 desta Lei*, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:
§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:
III – Requisitos da contratação;
Como requisitos mínimos, arrolam-se:

Como requisito primordial de habilitação e execução, a futura contratada deverá demonstrar inequívoca especialização de mercado e capacidade técnica operacional, consubstanciada na atuação regular e consolidada no ramo de assistência técnica, manutenção e reparo de equipamentos microeletrônicos e de informática. Essa aptidão deve ser materializada por meio de um corpo profissional devidamente qualificado e experiente, apto a diagnosticar com precisão falhas complexas de hardware e software nos exatos modelos de impressoras e escâneres que integram a frota patrimonial ativa deste Poder Legislativo, garantindo intervenções precisas que evitem o agravamento de danos nos aparelhos.
No tocante à dinâmica prática da prestação dos serviços, estabelece-se como requisito que os serviços ocorram de forma rápida. A empresa adjudicatária deverá assegurar o atendimento presencial ou suporte especializado para as manutenções corretivas em prazo não superior a dois dias úteis, contadas a partir do acionamento oficializado pela Administração, visando mitigar ao máximo o tempo de ociosidade dos setores administrativos. Para viabilizar essa agilidade, a

contratada deverá disponibilizar canais eficientes e diversificados de comunicação — tais como linhas telefônicas dedicadas, correio eletrônico institucional ou plataformas de mensagens instantâneas —, operando ininterruptamente durante o horário de expediente comercial, permitindo a abertura imediata de ordens de serviço e a rastreabilidade dos históricos de manutenção de cada ativo.

Outro pilar fundamental para a segurança desta Casa de Leis repousa no padrão qualitativo dos insumos aplicados. Exige-se contratualmente que todas as peças, módulos, engrenagens, películas e componentes eletrônicos eventualmente substituídos durante as intervenções sejam **estritamente novos, originais ou de primeira linha com compatibilidade técnica homologada** pelos fabricantes dos equipamentos. Fica terminantemente vedada a utilização de componentes recondicionados, remanufaturados ou de procedência duvidosa sem a expressa, prévia e motivada autorização por escrito do fiscal do contrato. Correlativamente, todas as intervenções executadas e materiais aplicados deverão usufruir de **garantia técnica** mínima contra defeitos, resguardando o erário municipal contra falhas decorrentes de mão de obra imperfeita ou de vícios precoces de fabricação das peças fornecidas.

Por fim, visando sanar fragilidades formais, o requisito de **regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e jurídica** assume caráter perene e mandatório. A empresa selecionada deverá comprovar, de forma cabal, a inexistência de sanções administrativas impeditivas de licitar ou contratar com o Poder Público, além de apresentar todas as certidões negativas de débitos em plena validade jurídica, tanto no ato de assinatura do instrumento contratual quanto durante todo o transcurso de sua vigência. Essa exigência integral assegura a higidez do procedimento de dispensa de licitação e afasta de forma absoluta os riscos de corresponsabilidade civil ou trabalhista por parte da Câmara Municipal de Oeiras do Pará.

IV – Estimativas das Quantidades de Contratação

A estimativa dos quantitativos para a presente contratação foi elaborada com base na demanda administrativa apresentada pela Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA, considerando a necessidade de manutenção preventiva e corretiva do parque tecnológico de impressão ativo no órgão, para assegurar a continuidade das atividades legislativas e administrativas ao longo do exercício de 2026, contemplando serviços de assistência técnica periódica, suporte emergencial e reposição de componentes mecânicos e eletroeletrônicos.

A definição dos quantitativos observou o número de equipamentos em operação, o regime de uso diário, a taxa de desgaste natural dos componentes, a capilaridade dos ativos nos setores internos da Câmara, bem como a necessidade de assegurar condições adequadas de funcionamento, conservação e pronto restabelecimento operacional dos aparelhos durante a execução das rotinas institucionais.

Como documento de suporte, foi considerada, entre outros elementos constantes dos autos, a referência histórica de contratação realizada pela Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA no exercício de 2025, referente a objeto similar relacionado a serviços de manutenção, assistência técnica e fornecimento de peças para equipamentos de informática e impressão. Naquele processo, constou a empresa **J. DO S. DE S. OLIVEIRA LTDA, CNPJ :54.645.149/0001-57,** com sede na RUA CEL VITOR BASTOS, Nº10, MARITUBA, Oeiras do Pará-PA, CEP 68470-000, com despesa no valor de R$ 61.700,00 (sessenta e um mil e setecentos reais)

Para o exercício de 2026, considerando os quantitativos definidos para a demanda atual, a pesquisa de preços realizada e os documentos de suporte juntados aos autos, estima-se o valor global da contratação em R$ 65.021,30. O referido valor contempla a prestação integrada dos serviços de

manutenção e fornecimento de componentes, compreendendo manutenção preventiva e manutenção corretiva com substituição de peças com mão de obra inclusa, conforme as especificações e memórias de cálculo constantes neste Estudo Técnico Preliminar.
A referência histórica do exercício anterior foi utilizada como parâmetro de apoio para demonstrar a recorrência da necessidade administrativa e a compatibilidade da solução pretendida com demandas anteriormente executadas pela Câmara Municipal. Contudo, os quantitativos da presente contratação não representam simples reprodução do processo anterior, mas sim estimativa específica e proporcional à demanda atual, considerando o número de equipamentos em operação ativa, o volume estimado de impressões e cópias geradas pelas secretarias, a vida útil residual dos componentes de hardware e as reais necessidades de intervenção preventiva e corretiva identificadas nos setores.

A memória de cálculo adotada pode ser sintetizada da seguinte forma:

a) A estimativa de manutenções preventivas foi definida com base no quantitativo de equipamentos atualmente em operação na estrutura da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA, considerando o ciclo recomendado de revisões, limpezas técnicas, ajustes mecânicos e calibrações periódicas necessárias para reduzir falhas operacionais e ampliar a vida útil dos equipamentos.

Memória de cálculo:

Manutenção preventiva da impressora Brother DCP-L5652DN = 30 serviços;
Manutenção preventiva da impressora Brother DCP-L2520 = 30 serviços;
Manutenção preventiva da impressora Brother DCP-L2540 = 30 serviços;
Manutenção preventiva da impressora Epson L3250 = 20 serviços;
Manutenção preventiva da impressora Epson L355 = 30 serviços.

Cálculo consolidado:

30 + 30 + 30 + 20 + 30 = 140 serviços

Dessa forma, estima-se a necessidade de até 140 serviços de manutenção preventiva, a serem executados periodicamente nos equipamentos utilizados pela Câmara Municipal, visando assegurar seu adequado funcionamento e minimizar ocorrências de manutenção corretiva.

b) Serviços de Manutenção Corretiva com Reposição de Peças para Impressoras Laser Brother:

A estimativa para substituição de componentes sujeitos ao desgaste natural das impressoras laser foi elaborada com base no histórico de utilização dos equipamentos, na expectativa de desgaste dos componentes mecânicos e na necessidade de manutenção da disponibilidade operacional dos modelos Brother DCP-L5652DN, DCP-L2520 e DCP-L2540.

Memória de cálculo:

- Troca de rolo pressor/pressão:
Brother DCP-L5652DN = 10 serviços;
Brother DCP-L2520 = 10 serviços;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 39
Rubrica

Brother DCP-L2540 = 10 serviços.
Subtotal: 30 serviços.
- Troca de rolo fusor:
Brother DCP-L5652DN = 5 serviços;
Brother DCP-L2520 = 10 serviços;
Brother DCP-L2540 = 5 serviços.
Subtotal: 20 serviços.
- Troca de cartucho de toner:
Brother DCP-L5652DN = 20 serviços;
Brother DCP-L2520 = 20 serviços;
Brother DCP-L2540 = 20 serviços
Subtotal: 60 serviços.
- Troca de cilindro:
Brother DCP-L5652DN = 10 serviços;
Brother DCP-L2520 = 10 serviços;
Brother DCP-L2540 = 10 serviços.
Subtotal: 30 serviços.
Cálculo consolidado:
30 + 20 + 60 + 30 = **140 serviços**

Assim, estima-se o quantitativo máximo de 140 serviços de manutenção corretiva com substituição de peças e mão de obra inclusa, destinados à manutenção da operacionalidade dos equipamentos da linha Brother.

c) Serviços de Manutenção Corretiva com Fornecimento de Componentes para Impressoras Jato de Tinta Epson:

A estimativa para substituição de componentes críticos das impressoras Epson foi dimensionada considerando o desgaste natural dos sistemas de impressão e alimentação de tinta, especialmente em equipamentos submetidos a uso contínuo.

Memória de cálculo:

- Troca de cabeça de impressão:
Epson L3250 = 10 serviços;
Epson L355 = 5 serviços.
Subtotal: 15 serviços.
- Troca de bomba completa:
Epson L3250 = 10 serviços;
Epson L355 = 5 serviços.
Subtotal: 15 serviços.
Cálculo consolidado:
15 + 15 = **30 serviços**
Dessa forma, estima-se a necessidade de até 30 serviços de manutenção corretiva especializada com reposição de componentes, destinados à recuperação e preservação da capacidade operacional dos equipamentos Epson utilizados pela Câmara Municipal.
Resumo Geral dos Quantitativos Estimados:

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
70
Rubrica

Serviços de manutenção preventiva: 140 serviços;
Serviços corretivos com reposição de peças para equipamentos Brother: 140 serviços;
Serviços corretivos com reposição de componentes para equipamentos Epson: 30 serviços.
Total estimado da contratação: 310 serviços.
A metodologia adotada para a definição dos quantitativos observou os seguintes critérios:
a) identificação do número de equipamentos eletrônicos ativos e operantes na instituição;
b) Definição do cronograma e periodicidade de assistência técnica preventiva necessária;
c) Verificação do regime de uso e severidade de rodagem diária do parque de impressão;
d) Cálculo das peças e componentes de hardware necessários à reposição e estoque de contingência;
e) Identificação das demandas eventuais por serviços de manutenção corretiva emergencial;
f) Consideração da experiência administrativa decorrente de contratação similar realizada no exercício de 2025;
g) Adequação dos quantitativos às condições específicas da demanda atual.
Apresenta-se, a seguir, o quadro consolidado dos quantitativos estimados para a contratação da dispensa de licitação:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN	SERVIÇO	30
2	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2520	SERVIÇO	30
3	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2540	SERVIÇO	30
4	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSON L3250	SERVIÇO	20
5	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSON L355	SERVIÇO	30
6	TROCA DE ROLO PRESSÃO DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	10
7	TROCA DE ROLO FUSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN,COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	05
8	TROCA DE CARTUCHO DE TONER DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	20
9	TROCA DE CILINDRO DA IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	10
10	TROCA DE ROLO PRESSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2520, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10
11	TROCA DE ROLO FUSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-2520,COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 25
Rubrica

12	TROCA DE CARTUCHO DE TONER DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2520, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	20
13	TROCA DE CILINDRO DA IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-2520, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	10
14	TROCA DE ROLO PRESSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2540, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10
15	TROCA DE ROLO FUSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-2540,COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	05
16	TROCA DE CARTUCHO DE TONER DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2540, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	20
17	TROCA DE CILINDRO DA IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-2540, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	10
18	TROCA DE CABEÇA DE PRESSÃO IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSONL3250, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	10
19	TROCA DA BOMBA COMPLETA IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSONL3250, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	10
20	TROCA DE CABEÇA DE PRESSÃO IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSONL355, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	05
21	TROCA DA BOMBA COMPLETA IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSONL355, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	05

A manutenção preventiva, a manutenção corretiva e o fornecimento de peças sob demanda integram uma única solução de suporte técnico voltada à estabilidade operacional do parque de impressão. A contratação conjunta desses serviços por empresa especializada em assistência tecnológica favorece a coordenação operacional, reduz riscos de paralisação dos trabalhos administrativos devido a falhas de hardware, além de permitir maior racionalidade administrativa, eficiência na execução e garantia de compatibilidade técnica global dos componentes aplicados.
Assim, os quantitativos previstos foram definidos de forma específica para a demanda atual, com base em critérios objetivos, memória de cálculo expressa e documentos de suporte, buscando assegurar a adequada execução dos serviços de suporte e conservação tecnológica na Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA, sem excesso de quantitativos e sem risco de insuficiência dos serviços necessários.

V – Levantamento de Mercado

Na busca pela solução ideal para a Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA, foram sopesadas as alternativas técnicas viáveis para a manutenção da operacionalidade dos serviços de impressão e reprodução de documentos oficiais. Avaliou-se, preliminarmente, a viabilidade de aquisição de um novo parque tecnológico completo em substituição aos equipamentos atuais, proposta que se mostrou economicamente inviável e contrária ao princípio da eficiência, dado o alto volume de investimentos imediatos de capital e o descarte precoce de aparelhos que ainda possuem vida útil residual relevante. Outra alternativa analisada foi a locação global de equipamentos (*outsourcing* de impressão); contudo, considerando as especificidades logísticas regionais e a estrutura atual da Casa Legislativa, tal modelagem geraria custos fixos mensais elevados e desproporcionais à demanda oscilante do órgão. Por conseguinte, a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de assistência técnica preventiva e corretiva, com fornecimento de peças sob demanda, consolidou-se como a escolha técnica e economicamente mais vantajosa, pois foca na preservação do patrimônio existente e condiciona os desembolsos financeiros à real necessidade da Administração.

Para conferir robustez a este levantamento e compreender o comportamento dos preços praticados no mercado de tecnologia e serviços correlatos, a Administração adotou uma metodologia de pesquisa ampla, transparente e pautada em dados oficiais de contratações públicas homologadas. O mapeamento mercadológico estruturou-se de forma principal por meio do **Portal de Licitações Licitanet**, plataforma eletrônica de ampla concorrência nacional na qual foram localizados e extraídos os valores técnicos adjudicados e homologados para objetos de mesma natureza e especificidade técnica. Para a consolidação do preço médio de mercado de cada item, utilizou-se o critério matemático de obtenção da média aritmética, processada através da soma de 03 (três) cotações válidas e subsequente divisão do montante por 3, expurgando-se eventuais valores manifestamente desproporcionais ou inexequíveis para assegurar a higidez da amostragem.

Complementarmente, o levantamento estendeu sua base de dados ao **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**. Através do PNCP, foram consultados painéis de compras e atas de registro de preços vigentes em órgãos públicos de esferas e realidades assemelhadas, conferindo segurança jurídica e fatícidade aos parâmetros de custos adotados. Essa conjugação de fontes eletrônicas oficiais (Licitanet e PNCP) demonstrou que o mercado local e regional possui ampla maturidade e competitividade para o fornecimento do objeto, além de comprovar de forma inequívoca que a modelagem de serviços com reposição de peças em tabela fechada encontra amplo respaldo prático na Administração Pública contemporânea, garantindo a vantajosidade econômica e mitigando riscos de sobrepreço na futura contratação direta.

O levantamento de mercado considerou documentos de suporte juntados aos autos, incluindo contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, referência histórica de contratação semelhante realizada pela própria Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA no exercício de 2025 e a pesquisa de preços realizada para o processo atual. Tal metodologia encontra amparo no **art. 23, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021**, que admite a utilização de contratações similares realizadas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de até 01 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente, quando aplicável. Esses elementos demonstram a existência de mercado apto ao atendimento da demanda e indicam que a solução escolhida é compatível com práticas adotadas pela Administração Pública para objetos de natureza semelhante.

VI – Estimativa do Valor da Contratação

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 23
Rubrica

A metodologia adotada para contratação foi elaborada com base na metodologia prevista no art. 18, §1º, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/2021, em conjunto com o art. 23 da mesma Lei, observando-se, no que couber, as orientações aplicáveis à pesquisa de preços no âmbito das contratações públicas. Em vez de se balizar por orçamentos informais ou estimativas diretas suscetíveis a distorções inflacionárias, a Administração optou por uma pesquisa de preços técnica e impessoal, baseada em contratações públicas homologadas de órgãos congêneres e na captura de dados em plataformas oficiais de alta confiabilidade.

O procedimento de pesquisa e formação do preço de referência estruturou-se a partir dos seguintes critérios metodológicos:

Utilização do Portal de Licitações Licitanet: A principal fonte de dados para a composição dos custos foi o portal eletrônico Licitanet, ambiente de ampla concorrência onde foram consultados processos licitatórios recentes de mesma natureza técnica. A ferramenta foi utilizada especificamente para identificar os **preços homologados**, ou seja, os valores finais que superaram a fase de lances e foram formalmente validados pela Administração Pública, garantindo que o teto da contratação reflita a real competitividade de mercado;

Aplicação da Média Aritmética Simples: Para a definição do preço estimado de cada item constante do objeto, foram capturadas 03 (três) cotações de preços homologados distintos extraídos do referido portal. O cálculo da estimativa foi consolidado somando-se matematicamente os três valores válidos obtidos e, ato contínuo, dividindo-se o resultado por 3 (três). Esse método limpa distorções e evita a fixação de valores sobre precificados ou inexequíveis, assegurando uma média justa e equilibrada para o erário municipal;

Consulta Complementar ao PNCP: Foram também pesquisados alguns itens específicos através do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Através da consulta direta aos painéis de compras do PNCP, coletaram-se dados de atas de registro de preços e contratações diretas vigentes em órgãos de esferas assemelhadas, referendando a conformidade dos preços médios apurados com os padrões oficiais de governança e mercado.

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR GLOBAL
1	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN	SERVIÇO	30	R$ 388,38	R$ 11.651,40
2	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2520	SERVIÇO	30	R$ 205,05	R$ 6.151,50
3	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2540	SERVIÇO	30	R$ 226,31	R$ 6.789,30
4	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSON L3250	SERVIÇO	20	R$ 203,77	R$ 4.075,40
5	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSON L355	SERVIÇO	30	R$ 101,34	R$ 3.040,20
6	TROCA DE ROLO PRESSÃO DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	10	R$ 213,17	R$ 2.131,70
7	TROCA DE ROLO FUSOR IMPRESSORA LASER BROTHER	SERVIÇO	05	R$ 307,00	R$ 3.070,00

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 34
Rubrica

	DCP-L5652DN,COM MÃO DE OBRA INCLUSA				
8	TROCA DE CARTUCHO DE TONER DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	20	R$ 83,47	R$ 1.669,40
9	TROCA DE CILINDRO DA IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	10	R$ 45,96	R$ 459,60
10	TROCA DE ROLO PRESSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2520, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10	R$ 221,72	R$ 2.217,20
11	TROCA DE ROLO FUSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-2520,COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10	R$ 256,78	R$ 2.567,80
12	TROCA DE CARTUCHO DE TONER DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2520, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	20	R$ 54,35	R$ 1.087,00
13	TROCA DE CILINDRO DA IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-2520, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	10	R$ 46,33	R$ 463,30
14	TROCA DE ROLO PRESSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2540, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10	R$ 130,44	R$ 1.304,40
15	TROCA DE ROLO FUSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-2540,COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	05	R$ 200,60	R$ 2.006,00
16	TROCA DE CARTUCHO DE TONER DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2540, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	20	R$ 53,19	R$ 1.063,80
17	TROCA DE CILINDRO DA IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-2540, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	10	R$ 45,96	R$ 459,60
18	TROCA DE CABEÇA DE PRESSÃO IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSONL3250, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	10	R$ 535,42	R$ 5.354,20
19	TROCA DA BOMBA COMPLETA IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSONL3250, COM MÃO DE	SERVIÇO	10	R$ 321,67	R$ 3.216,70

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fl. 25
Rubrica

	OBRA INCLUSA.					
20	TROCA DE CABEÇA DE PRESSÃO IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSONL355, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	05	R$	463,58	R$ 4.635,80
21	TROCA DA BOMBA COMPLETA IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSONL355, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	05	R$	247,00	R$ 2.470,00
VALOR GLOBAL						**R$ 59.793,40**

Como documento de suporte econômico e histórico, considerou-se a despesa executada por esta Casa de Leis no exercício anterior (2025) para objeto de escopo similar, a qual serviu de baliza de regularidade e previsibilidade orçamentária.

Assim, a estimativa do valor da contratação encontra-se devidamente fundamentada em documentos de suporte, pesquisa de preços, referência histórica e contratações similares, atendendo aos princípios do planejamento, economicidade, eficiência e transparência, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

VII – Descrição da Solução como um Todo

A solução idealizada consiste na contratação de empresa para a prestação de serviços continuados de assistência técnica (manutenção preventiva e corretiva) com fornecimento sob demanda de peças de reposição para o parque de impressoras Brother e Epson da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA. Toda a dinâmica contratual será regida pelo princípio da conveniência e da demanda real da Administração, não havendo vinculação a cronogramas rígidos, ordens fixas de execução ou determinação prévia de dias para a realização dos serviços, os quais ficarão condicionados às necessidades diárias e aos chamados formais abertos pelo órgão.

As ações de manutenção preventiva serão solicitadas pela Câmara Municipal de acordo com a avaliação de uso e desgaste dos equipamentos ao longo do exercício. Essas intervenções pontuais, realizadas mediante agendamento prévio determinado pela Casa Legislativa, englobarão limpezas técnicas, lubrificações, calibrações e ajustes mecânicos necessários para mitigar panes operacionais e prolongar a vida útil residual do acervo tecnológico, adaptando-se integralmente à rotina e ao fluxo de trabalho dos setores administrativos.

De igual modo, o suporte corretivo atuará no restabelecimento de qualquer ativo que apresente falhas ou interrupções funcionais imprevistas, ocorrendo a partir da abertura de chamados pela contratante. A assistência técnica será prestada de forma ágil e prioritária, em prazos que assegurem a continuidade dos serviços, ficando a cargo da empresa parceira toda a logística de transporte, retirada e devolução dos aparelhos caso a complexidade do reparo exija ferramentais de laboratório, sem que isso gere qualquer custo logístico adicional para a Administração.

O fornecimento de peças de reposição estará estritamente atrelado à necessidade identificada em cada atendimento corretivo, utilizando-se exclusivamente componentes novos, originais ou de primeira linha compatíveis. Como a contratação é moldada sob demanda pura, o faturamento e o pagamento dos itens aplicados e da respectiva mão de obra estarão condicionados à emissão e aprovação prévia de Ordem de Serviço devidamente atestada pela fiscalização contratual, blindando o erário contra gastos com estoques ociosos ou serviços não executados.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 26
Rubrica

Por fim, a garantia e cobertura técnica completam a solução, estabelecendo que todas as peças aplicadas e os serviços executados contarão com garantia contra defeitos de fabricação ou de execução de mão de obra. Caso ocorra reincidência do vício funcional dentro do prazo de garantia estipulado, a empresa ficará obrigada ao refazimento imediato do conserto, sem qualquer ônus financeiro para a Câmara. Essa modelagem flexível e baseada no fluxo de demanda real centraliza a responsabilidade técnica, desonera o órgão de gerenciar cronogramas complexos e garante a total disponibilidade dos equipamentos para as rotinas administrativas e sessões plenárias.

VIII – Justificativa para o Parcelamento ou Não da Contratação

A avaliação acerca do parcelamento do objeto constitui baliza norteadora para a estruturação do modelo de contratação, exigindo que a Administração pondere cuidadosamente entre a ampliação da competitividade e a eficiência operacional da solução a ser implementada. Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o parcelamento é erigido como uma diretriz geral, devendo ser adotado sempre que viável técnica e economicamente. Todavia, o próprio diploma legal excepciona a sua aplicação quando a divisão do objeto ensejar a perda de economia de escala, comprometer a integridade técnica da solução ou gerar prejuízos à gestão administrativa, conforme prescreve o Artigo 18, § 1º, inciso VIII.

Para a presente demanda da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA, optou-se pelo **não parcelamento do objeto**, convergindo os serviços de manutenção preventiva, corretiva e o fornecimento de peças em indivisível. Esta decisão encontra robusto fundamento técnico na necessidade de assegurar a integridade e a responsabilidade técnica única sobre o parque tecnológico de impressão. A segregação dos serviços de mão de obra do fornecimento de componentes mecânicos e eletrônicos geraria um elevado risco de conflito de responsabilidades. Em cenários de parcelamento, a empresa prestadora dos serviços tende a atribuir o mau funcionamento do equipamento à qualidade da peça fornecida por terceiros, enquanto a fornecedora das peças alega erro na instalação por parte da assistência técnica, restando a Administração Pública desamparada e com seus serviços essenciais paralisados.

Ademais, sob o prisma da economicidade e da eficiência administrativa, a centralização do objeto em um único prestador mitiga de forma contundente os custos operacionais de gerenciamento da Câmara Municipal. A formalização de múltiplos contratos exigiria a multiplicação de atos administrativos, o empenho de servidores adicionais para a fiscalização de diferentes termos e o controle de múltiplos prazos de garantia e fluxos de chamados. Ao unificar a solução, a Casa Legislativa passa a contar com um canal único de cobrança institucional e padrão único de atendimento e acompanhamento contratual, otimizando o controle social, racionalizando os recursos humanos disponíveis e garantindo que o erário obtenha uma real economia de escala na negociação global do suporte tecnológico.

IX – Resultados Pretendidos

O principal resultado prático almejado pela Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA com esta contratação é a garantia de continuidade e estabilidade das atividades legislativas e administrativas. Ao assegurar que o parque tecnológico de impressão opere sem interrupções provocadas por defeitos mecânicos ou falta de peças, o órgão blinda seus fluxos essenciais, tais como documentos administrativos, legislativos, contábeis e financeiros.

No que tange à economicidade e melhor aproveitamento dos recursos financeiros, a modelagem gera uma expressiva redução de custos a médio e longo prazo por meio da atuação preditiva. A

CONFERE COM O ORIGINAL
FLS. 27
Rubrica

realização de intervenções preventivas baseadas na demanda real evita a degradação total das impressoras, minimizando a necessidade de reparos microeletrônicos complexos e de alto custo ou, no limite, a substituição precoce dos próprios aparelhos. Ademais, o pagamento parametrizado pela demanda real de componentes — condicionado à efetiva aplicação em ordem de serviço — impede o desperdício de dinheiro público com a formação de estoques ociosos de insumos que poderiam se tornar obsoletos.

Por fim, alcança-se o resultado de preservação e extensão da vida útil do patrimônio material da Câmara Municipal. Em vez de descartar maquinários diante de falhas pontuais de tração ou fusão de mídia, a Administração Pública estende o ciclo de utilidade dos seus bens permanentes. Esse alinhamento técnico converge diretamente com o princípio constitucional da eficiência e com a responsabilidade fiscal, entregando à sociedade uma gestão de ativos transparente, ágil e substancialmente mais econômica.

X – Providências a serem adotadas pela Administração Previamente à Celebração do Contrato

Previamente à celebração do contrato, a Administração deverá adotar as providências necessárias para assegurar a adequada execução, fiscalização e gestão contratual, considerando que o objeto envolve a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de impressoras, scanners e componentes periféricos, com fornecimento de peças, componentes e mão de obra especializada, conforme demanda da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA.

Inicialmente, deverá ser realizada a conferência e atualização da relação dos equipamentos que poderão demandar manutenção, especialmente impressoras laser Brother, impressoras jato de tinta Epson, scanners e demais periféricos utilizados nos setores administrativos e legislativos da Câmara Municipal, a fim de permitir melhor controle das solicitações, do histórico de manutenção e da necessidade de substituição de peças.

Também deverá ser definido o fluxo interno para solicitação dos serviços, mediante requisição formal da Administração, com identificação do equipamento, setor solicitante, tipo de falha apresentada, serviço pretendido e registro da execução realizada pela contratada. Essa medida é necessária porque o DFD prevê que a execução ocorrerá conforme a necessidade administrativa da Câmara Municipal, mediante solicitação formal.

A Administração deverá, ainda, designar formalmente o gestor e o fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, atribuindo-lhes a responsabilidade de acompanhar a execução contratual, verificar a conformidade dos serviços prestados, atestar as notas fiscais, controlar os quantitativos executados e registrar eventuais ocorrências.

Quanto à capacitação dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização contratual, recomenda-se que sejam previamente orientados quanto às principais obrigações contratuais, aos prazos de atendimento, à forma de recebimento dos serviços, ao controle das peças substituídas, à verificação da qualidade dos reparos realizados e aos procedimentos de registro das demandas. Essa orientação poderá ocorrer por meio de reunião interna, leitura dirigida dos documentos do processo e instrução quanto ao preenchimento de relatórios ou termos de acompanhamento.

Considerando que a Câmara Municipal não dispõe de pessoal técnico habilitado para realizar os serviços de diagnóstico, reparo e manutenção completa dos equipamentos, conforme indicado no DFD, a contratação deverá ser acompanhada com especial atenção quanto à capacidade técnica da empresa, à qualidade das peças fornecidas e à efetiva recuperação da funcionalidade dos equipamentos.

Por fim, não se identificam, neste momento, necessidades de adaptações estruturais ou providências físicas prévias para a execução do objeto, uma vez que os serviços serão executados

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 13
Rubrica

conforme demanda, sobre equipamentos já existentes e utilizados pela Câmara Municipal. As providências administrativas acima indicadas são suficientes para viabilizar a celebração do contrato e garantir o acompanhamento adequado de sua execução.

XI – Contratações Correlatas e Interdependentes

Não há.

XII – Possíveis Impactos Ambientais

Conforme Art. 18, estabelece em seu § 1º, inciso I da Lei 14.133/2021:
Art. 18 A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o *inciso VII do caput do Art. 12 desta Lei*, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos;
§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos;
XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;
Para a contratação de serviços continuados de manutenção de impressoras na Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA, os potenciais impactos ambientais identificados residem primordialmente na geração de resíduos tecnológicos de alta toxicidade e no descarte inadequado de componentes eletrônicos e mecânicos exauridos. A substituição sob demanda de itens como rolos fusores, cilindros, placas microeletrônicas, cabeças de impressão e cartuchos de toner gera passivos ambientais que demandam destinação final controlada, haja vista a presença de polímeros plásticos não biodegradáveis e metais pesados em suas composições.
Para neutralizar tais riscos e conferir plena regularidade ecológica à execução contratual, a futura empresa parceira ficará estritamente obrigada a adotar o sistema de logística reversa. Sob essa modelagem operacional, todas as peças e insumos inservíveis retirados dos equipamentos Brother e Epson da Casa Legislativa não poderão ser descartados no lixo comum ou na rede local de resíduos sólidos de Oeiras do Pará. A contratada deverá recolher e transportar tais componentes sob sua inteira responsabilidade fática e jurídica, promovendo a devolução aos fabricantes ou o encaminhamento a centros homologados de reciclagem e desmembramento eletrônico, em estrita observância às diretrizes fixadas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010).
Adicionalmente, as intervenções técnicas de natureza preventiva deverão incorporar requisitos voltados ao baixo consumo de energia e otimização de recursos naturais. Durante as rotinas de calibração e atualização de firmware, os técnicos da empresa contratada serão orientados a configurar os ativos de impressão do órgão para operar em modos de economia de energia (*sleep mode* automatizado) e parametrizar os softwares de gerenciamento para o uso racional de insumos, estimulando a impressão frente e verso (duplex) sistemática. Essas ações combinadas reduzem a pegada de carbono da instituição, diminuem o consumo de energia elétrica e evitam o desperdício de papel, alinhando a eficiência administrativa à preservação ecológica local.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 29
Rubrica

Por fim, restará consignado no instrumento convocatório que a contratada deverá comprovar a regularidade ambiental de suas atividades perante os órgãos fiscalizadores competentes e utilizar, nas operações de limpeza interna dos aparelhos, insumos biodegradáveis que não ofereçam riscos à saúde dos servidores ou ao meio ambiente. Com essas salvaguardas técnicas e ecológicas, o planejamento da demanda assegura que o suporte tecnológico da Câmara Municipal se desenvolva sob um modelo de governança sustentável, perfeitamente aderente às normas modernas de direito ambiental e controle social.

Importante ressaltar que a empresa CONTRATADA deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade baseados nos princípios de aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021.

XIII – Posicionamento Conclusivo

Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (Inciso XIII do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21)

Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (Art. 7°, inciso XIII da IN 40/2020):

Diante de todos os elementos técnicos, econômicos e operacionais reunidos ao longo deste documento, este setor técnico emite parecer plenamente favorável à viabilidade e à razoabilidade da contratação de empresa para a prestação de serviços continuados de assistência técnica (manutenção preventiva e corretiva) com fornecimento sob demanda de peças de reposição para o parque de impressoras da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA.

A viabilidade técnica da contratação resta amplamente demonstrada pelo alinhamento da solução às premissas de continuidade administrativa. A opção por uma modelagem integrada de serviços garante que as rotinas de impressão e reprodução de atos oficiais, projetos de lei, balancetes e prestações de contas não sofram solução de continuidade. Adicionalmente, a aglutinação do objeto em um lote único afasta o risco de conflito de responsabilidades técnicas, centralizando em um único parceiro a garantia de disponibilidade contínua dos ativos Brother e Epson e otimizando a fiscalização contratual.

Por todo o exposto, considerando que o presente Estudo Técnico Preliminar cumpriu integralmente o papel de mapear o problema, delimitar a metodologia e a memória de cálculo dos quantitativos, estimar o custo de referência de forma transparente e prever as salvaguardas ambientais de logística reversa necessárias, conclui-se pela total oportunidade do objeto.

Assim, conclui-se pela viabilidade técnica e econômica da contratação, entendendo-se que a solução escolhida é suficiente e adequada para atender à necessidade institucional da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA, recomendando-se a continuidade da instrução processual com vistas à contratação direta por dispensa de licitação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Oeiras do Pará - PA, 03 de junho de 2026.

ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO:04786735230
Assinado de forma digital por ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO:04786735230

ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fl. 30
Rubrica

ANÁLISE DE RISCOS

Mapa de Riscos

Conforme Art. 18, X, da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021:

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual.

O presente mapeamento tem por finalidade identificar, avaliar e indicar medidas de tratamento para os riscos relacionados à contratação direta por dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, abrangendo o planejamento, a seleção do fornecedor, a execução dos serviços e a fiscalização contratual.

Para a elaboração deste documento, considerou-se a demanda atual da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA, bem como as informações extraídas do processo semelhante realizado no exercício anterior, no qual foram identificados falhas e pontos de melhoria do seguinte.

Objeto de licitado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS, ESCÂNERES E COMPONENTES PERIFÉRICOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ/PA.

Matriz Resumida de Riscos

Risco	Responsável	Probabilidade	Dano Potencial	Ação Mitigatória
Atraso na formalização da contratação	Contratante	Média	Interrupção da cobertura de manutenção dos equipamentos, ocasionando indisponibilidade dos serviços administrativos.	Realizar o planejamento da contratação com antecedência e concluir tempestivamente os atos de instrução processual.
Falha na execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva	Contratada	Média	Permanência dos defeitos apresentados pelos equipamentos, comprometendo a continuidade das atividades da Câmara Municipal.	Fiscalizar a execução dos serviços por meio de Ordens de Serviço e acompanhamento do fiscal do contrato.
Fornecimento de peças ou componentes incompatíveis	Contratada	baixa	Danos aos equipamentos, necessidade de novos reparos e aumento dos	Exigir peças compatíveis com os equipamentos e verificar a conformidade dos

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 31
Rubrica

			custos de manutenção.	componentes utilizados.
Demora no atendimento das solicitações de manutenção	Contratada	Média	Paralisação prolongada dos equipamentos e prejuízo às atividades administrativas e legislativas.	Estabelecer acompanhamento das solicitações e monitorar os prazos de atendimento durante a execução contratual.
Estimativa inadequada dos quantitativos contratados	contratante	BAIXA	Insuficiência ou excesso de serviços e peças durante a vigência contratual.	Utilizar histórico de consumo, demanda administrativa e contratações anteriores para definição dos quantitativos.
Necessidade de substituição de componentes não previstos inicialmente	Contratante/ Contratada	MÉDIA	Aumento da demanda de manutenção e possível comprometimento do planejamento contratual.	Realizar acompanhamento periódico da execução contratual e controlar o consumo dos itens contratados.
Falta de qualificação da equipe da contratada	Contratada	Média	Relatório com baixa qualidade técnica	Exigência de comprovação da qualificação técnica da equipe, acompanhamento das atividades da contratada.

Tendo em vista que o mapeamento de riscos descreverá e avaliará as ameaças que possam vir a comprometer o sucesso e o objetivo da contratação, bem como definir de que formas devem ser tratadas, ela permeará todo processo de Contratação.

Risco de Processo de Contratação e Execução

Risco 01	Risco	**Atraso ou suspensão de contratação**
	Probabilidade	Baixo
	Impacto	Alto
	Dano 1	Não fornecimento do(s) serviço(s) contratado(s)
	Responsável	Contratada

PERÍODO DE VEDAÇÃO
92
Rubrica

	Ação Preventiva	Aplicação de Multa ou Cancelamento do Contrato
Risco 02	Risco	**Não atendimento do objeto contratado**
	Probabilidade	Médio
	Impacto	Alto
	Dano 2	Prestação dos serviços que não atendam às necessidades da contratante em tempo hábil
	Responsável	Contratada
	Ação Preventiva	A contratante deve solicitar os dados de contato da contratada e manter contato regular para que não haja atrasos ou impossibilidade de execução do objeto para atender as necessidades do órgão.
Risco 03	Risco	**Descrição do objeto que não atendem à Demanda**
	Probabilidade	Baixa
	Impacto	Alto
	Dano 3	Danos ao erário decorrente de falta de dados na elaboração e fornecimento dos documentos e relatórios, inservíveis e retrabalho na realização de novo procedimento licitatório.
	Responsável	Contratante
	Ação Preventiva	Padronizar, quando possível, as especificações de serviços que são mais frequentes, utilizar parâmetros de anos anteriores para servir como base de quantitativo e qualitativo
Risco 04	Risco	**Contratação a preços muito discrepantes aos praticados do mercado**
	Probabilidade	Baixa
	Impacto	Alto
	Dano 4	Contratação sem economicidade
	Responsável	Contratante
	Ação Preventiva	Pesquisa Preliminar de preço, criação de planilhas de preços
Risco 05	Risco	**Contratação de Empresa Inapta**
	Probabilidade	Baixa
	Impacto	Alto
	Dano 5	Problemas com a execução do Contrato.
	Responsável	Contratante

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fl. 33
Rubrica

	Ação Preventiva	Exigir no Edital/Contrato que as empresas apresentem documentos comprobatórios que supram as necessidades do objeto licitado.

Oeiras do Pará - PA, 03 de junho de 2026.

ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO:04786735230
Assinado de forma digital por ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO:04786735230

ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

CONFERE COM O ORIGINAL
34
Rubrica

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS, ESCÂNERES E COMPONENTES PERIFÉRICOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ/PA.

Ressalta-se que, em consideração ao Art. 17 do Decreto Federal nº 11.462/2023 que regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, onde a indicação de dotação orçamentária nesta licitação somente será exigida para a formalização do contrato, desta forma, não obriga a existência de saldo orçamentário para a contratação do objeto.

Na qualidade de ordenador de despesas da Câmara Municipal, declaro, para os efeitos Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o inciso II do artigo 16 da Lei Complementar nº 101 – (Lei de Responsabilidade Fiscal), que a despesa acima especificada possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO).

Oeiras do Oeiras do Pará - PA, 03 de junho de 2026.

ANDREIA CALAZAO VEIGA:03641454204
Assinado de forma digital por ANDREIA CALAZAO VEIGA:03641454204

CAMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARA CMOP:07228952000106
Assinado de forma digital por CAMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARA CMOP:07228952000106

ANDREIA CALAZÃO VEIGA
Presidente da Câmara Municipal de Oeiras do Pará

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls: 35
Rubrica

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 72026010610C

DADOS DO ORGÃO DEMANDANTE

Órgão: CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS/PA

CNPJ: 07.228.952/0001-06

Endereço: Rua Prefeito Artêmio Araujo, 715,

Bairro - Centro, Oeiras/PA, CEP: 68.470-000

E-mail: cploeiras2025@gmail.com

1. OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS, ESCÂNERES E COMPONENTES PERIFÉRICOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ/PA.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de viabilizar a continuidade, a segurança e a estabilidade das atividades legislativas, administrativas e institucionais da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA. O perfeito funcionamento do parque de impressão, digitalização (escâneres) e seus componentes periféricos é condição indispensável para a regular instrução de processos, emissão de pareceres de comissões, publicação de autógrafos de lei e confecção de relatórios contábeis de prestação de contas, garantindo o pleno cumprimento das rotinas oficiais e o fortalecimento dos serviços prestados pelo Poder Legislativo em benefício do Município.

2.2. Considerando que a Câmara Municipal não dispõe de estrutura técnica própria, ferramentais de laboratório ou pessoal especializado para a execução direta de serviços de manutenção eletromecânica, hidráulica de fluidos (jato de tinta) e microeletrônica em equipamentos multimarcas, torna-se necessária a contratação de empresa especializada na prestação destes serviços. A contratação busca assegurar o suporte preventivo e corretivo necessário de forma organizada, segura e compatível com o fluxo de trabalho e com a programação diária das secretarias e do plenário do órgão.

2.3. Sob a vertente preventiva, a justificativa repousa na urgência de se estabelecer uma rotina preditiva de conservação patrimonial. Intervenções periódicas para limpeza profunda, lubrificação de eixos, calibração de sensores ópticos e ajustes mecânicos reduzem drasticamente a incidência de panes imprevistas e evitam o desgaste prematuro de componentes caros, estendendo de forma significativa a vida útil residual do acervo tecnológico do órgão e gerando eficiência material.

2.4. No âmbito do suporte corretivo, a contratação justifica-se pela imprevisibilidade de falhas eletromecânicas que afetam a rotina administrativa. Diante de quebras acidentais ou exaustão de componentes internos, a Câmara necessita de um canal de assistência técnica ágil e prioritário, pautado em prazos compatíveis com a celeridade pública, garantindo inclusive que toda a logística de transporte, retirada e devolução de ativos que demandem reparo em bancada externa ocorra por conta e risco do prestador.

36
Rubrica

2.5. A contratação integrada dos serviços de assistência e fornecimento de peças justifica-se pela estrita interdependência entre a execução da mão de obra técnica e a procedência dos componentes aplicados. A contratação separada dos itens poderia gerar severas dificuldades operacionais, falhas de comunicação, atrasos no restabelecimento dos equipamentos e conflitos de responsabilidade jurídica entre fornecedores distintos — com potenciais impasses sobre a origem de falhas pós-reparo —, comprometendo diretamente a eficiência, a celeridade e a segurança administrativa do órgão.

2.6. Dessa forma, a contratação mostra-se necessária para garantir a continuidade das atividades institucionais, a conservação do patrimônio público, a economicidade dos recursos administrativos e a eficiência na prestação dos serviços desenvolvidos pela Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA, em conformidade com os princípios previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

3. DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1. DESCRIÇÃO DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS, ESCÂNERES E COMPONENTES PERIFÉRICOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ/PA.

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND	QUANTIDADE
1	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN	SERVIÇO	30
2	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2520	SERVIÇO	30
3	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2540	SERVIÇO	30
4	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSON L3250	SERVIÇO	20
5	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSON L355	SERVIÇO	30
6	TROCA DE ROLO PRESSÃO DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	10
7	TROCA DE ROLO FUSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN,COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10
8	TROCA DE CARTUCHO DE TONER DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	20
9	TROCA DE CILINDRO DA IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	10
10	TROCA DE ROLO PRESSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2520, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10
11	TROCA DE ROLO FUSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-2520,COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10
12	TROCA DE CARTUCHO DE TONER DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2520, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	20
13	TROCA DE CILINDRO DA IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-2520, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	10

14	TROCA DE ROLO PRESSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2540, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10
15	TROCA DE ROLO FUSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-2540,COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10
16	TROCA DE CARTUCHO DE TONER DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2540, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	20
17	TROCA DE CILINDRO DA IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-2540, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	10
18	TROCA DE CABEÇA DE PRESSÃO IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSONL3250, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	10
19	TROCA DA BOMBA COMPLETA IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSONL3250, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	10
20	TROCA DE CABEÇA DE PRESSÃO IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSONL355, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	10
21	TROCA DA BOMBA COMPLETA IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSONL355, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	10

4. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

4.1. As contratações realizadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei, obrigação essa advinda do dispositivo constitucional, previsto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, o qual determinou que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações, assim como no art. 75, II, da Lei de 14.133 de 2021.

4.2. A licitação foi o meio encontrado pela Constituição Federal, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

4.3. Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

> ***(...)***
> ***"XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."***

4.4. Embora a licitação seja a regra geral para as contratações públicas, a própria Constituição Federal admite exceções previstas em lei. Nesse sentido, a Lei Federal n° 14.133/20211 disciplina as hipóteses de contratação direta, entre elas a dispensa de licitação em razão do valor previsto no art. 75, inciso II.

4.5. Considerando a natureza do objeto e o valor estimado da contratação, consistente na contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção de impressoras, escâneres e

componentes periféricos para atender às necessidades da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA, a contratação poderá ser realizada mediante Dispensa de Licitação, observados os requisitos legais aplicáveis e os procedimentos estabelecidos na legislação vigente.

4.6. A contratação deverá observar, ainda, os princípios previstos no artigo 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, transparência, economicidade, interesse público e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

4.7. A instrução processual deverá ser composta pelos documentos exigidos pela legislação aplicável, incluindo Documento de Formalização da Demanda – DFD, Estudo Técnico Preliminar – ETP, Termo de Referência, pesquisa de preços, parecer jurídico, demonstração da compatibilidade dos preços com os praticados no mercado e demais documentos necessários à formalização da contratação.

4.8. Dessa forma, a presente contratação encontra respaldo jurídico na Constituição Federal de 1988 e na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no artigo 75, inciso II, conforme demonstrado nos documentos que compõem o respectivo processo administrativo.

5. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS FORNECEDORES.

5.1. Realizamos busca por meio do banco de preços do Licitanet – Licitações Eletrônicas, inscrito no CNPJ nº 21.280.462/0001-80, bem como mediante consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, utilizando-se referências de contratações públicas similares ao objeto pretendido.

5.2. A utilização desses parâmetros encontra respaldo no art. 23, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, segundo o qual o valor estimado da contratação deve ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as peculiaridades do local de execução do objeto:

> *Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.*
>
> *§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:*
>
> *(...)*

5.3. A seleção do fornecedor será realizada por meio de procedimento de contratação direta sob o rito da Dispensa de Licitação na forma eletrônica, fundamentada no Art. 75, inciso II, da Lei n° 14.133/2021. Esta escolha justifica-se pelo fato de o valor estimado da contratação situar-se abaixo do limite legal estabelecido para serviço e compras, atendendo aos princípios da celeridade, eficiência e fomento à inovação tecnológica mediante o uso de plataformas digitais para a disputa de preços.

5.4. Os critérios de julgamento adotam será o de Menor Preço Global, considerando a natureza integrada da solução que engloba serviço de manutenção de impressora, escâneres e componentes periféricos. A escolha por menor preço global, em detrimento do julgamento por itens, visa garantir a

economia de escala e a unidade logística da apresentação do serviço, assegurando que a empresa vencedora assuma a responsabilidade integral pela coordenação e execução de todos serviços oferecidos.

5.5. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pela contratada serão conforme previstos no contrato.

6. SUSTENTABILIDADE.

6.1. A CONTRATADA deverá adotar, sempre que possível, práticas sustentáveis durante a execução dos serviços, observando os princípios da racionalização do consumo de recursos, da redução de desperdícios e da preservação ambiental.

6.2. Os resíduos eventualmente gerados em decorrência das atividades de manutenção, tais como peças substituídas, componentes eletrônicos, cabos, cartuchos, toners, cilindros e demais materiais inservíveis, deverão receber destinação ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação vigente.

6.3. A CONTRATADA deverá priorizar a recuperação e o reaproveitamento de componentes em condições de uso, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso para a Administração, sem prejuízo da qualidade e da segurança dos equipamentos

6.4. Os serviços deverão ser executados de forma a prolongar a vida útil dos equipamentos, contribuindo para a redução da geração de resíduos eletrônicos e para o melhor aproveitamento dos recursos públicos.

6.5. Sempre que possível, a comunicação entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE deverá ocorrer por meios eletrônicos, visando à redução do consumo de papel e à maior eficiência dos procedimentos administrativos.

6.6. Essas ações têm o potencial de criar uma cultura de sustentabilidade dentro da Câmara Municipal e na comunidade, contribuindo para a adoção de práticas mais responsáveis e conscientes em relação ao meio ambiente.

7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA.

7.1. A validade do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do Termo Contratual.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO.

8.1. A solução adotada pela Câmara Municipal de Oeiras do Pará consiste na contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de impressoras, escâneres e componentes periféricos, visando assegurar a continuidade das atividades administrativas e legislativas que dependem do adequado funcionamento desses equipamentos.

8.2. Fase Inicial: Identificação da Necessidade e Acionamento da Contratada. O ciclo de vida do objeto inicia-se com a identificação, pela Administração, da necessidade de manutenção preventiva ou corretiva dos equipamentos. A partir da emissão da Ordem de Serviço ou solicitação formal, a Contratada será acionada para realizar avaliação técnica, diagnóstico dos equipamentos e definição das medidas necessárias para restabelecimento de seu pleno funcionamento.

FOLHA Nº 40
Rubrica

8.3. Fase de Execução: Manutenção e Recuperação dos Equipamentos. Nesta etapa, serão executados os serviços de inspeção, limpeza técnica, regulagens, testes operacionais, manutenção preventiva, correção de falhas, substituição de componentes danificados e demais procedimentos necessários à conservação e recuperação dos equipamentos. Os serviços deverão ser realizados de forma a minimizar interrupções nas atividades da Câmara Municipal e garantir a máxima disponibilidade dos equipamentos.

8.4. Fase de Verificação e Aceitação. Após a execução dos serviços, serão realizados testes operacionais e procedimentos de verificação para comprovação da adequada funcionalidade dos equipamentos. A Contratada deverá apresentar relatório técnico contendo os serviços executados, os problemas identificados, as soluções adotadas e as peças eventualmente substituídas, possibilitando o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual.

8.5. Fase Final: Encerramento da Demanda e Controle dos Serviços. O ciclo de vida da solução encerra-se com o recebimento definitivo dos serviços pela fiscalização da Câmara Municipal, mediante confirmação do adequado funcionamento dos equipamentos atendidos e análise da documentação apresentada. O pagamento será realizado somente após a comprovação da regular execução dos serviços contratados.

8.6. Sustentabilidade e Conservação Patrimonial. Ao longo de todo o ciclo de vida do objeto, a solução prioriza a manutenção e recuperação dos equipamentos existentes, contribuindo para a ampliação de sua vida útil, redução da geração de resíduos eletrônicos, diminuição da necessidade de aquisição de novos equipamentos e melhor aproveitamento dos recursos públicos, observando os princípios da economicidade, eficiência e sustentabilidade.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

9.1. A presente contratação deverá atender às necessidades da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA quanto à manutenção preventiva e corretiva de impressoras, escâneres e componentes periféricos, garantindo a continuidade das atividades administrativas e legislativas desenvolvidas pelo órgão.

9.2. A empresa contratada deverá possuir capacidade técnica e operacional compatível com o objeto da contratação, dispondo de pessoal qualificado, ferramentas, equipamentos e demais recursos necessários à adequada execução dos serviços.

9.3. Como requisitos mínimos da contratação, deverão ser observados:

9.4. Capacidade operacional: A contratada deverá possuir condições de atender às demandas da Câmara Municipal de forma tempestiva, realizando diagnósticos, inspeções, manutenções preventivas, manutenções corretivas, testes operacionais e demais procedimentos necessários ao restabelecimento do funcionamento dos equipamentos.

9.5. Manutenção preventiva: Os serviços deverão compreender inspeções periódicas, limpeza técnica, ajustes, regulagens, verificação de componentes, testes de funcionamento e demais procedimentos destinados à prevenção de falhas e à conservação dos equipamentos.

9.6. Manutenção corretiva: Os serviços deverão contemplar a identificação de defeitos, reparos, substituição de componentes danificados, regulagens, configurações e demais intervenções necessárias para restabelecer as condições normais de funcionamento dos equipamentos.

9.7. Fornecimento de peças e componentes: Quando necessária a substituição de peças, componentes ou acessórios, estes deverão ser compatíveis com os equipamentos atendidos,

observando padrões adequados de qualidade, desempenho e durabilidade, conforme as especificações técnicas recomendadas pelo fabricante.

9.8. Atendimento e suporte técnico: A contratada deverá disponibilizar meios eficientes de comunicação para recebimento das solicitações da Administração, acompanhamento dos atendimentos, esclarecimento de dúvidas e resolução de eventuais ocorrências relacionadas à execução contratual.

9.9. Relatórios técnicos: Após cada atendimento, a contratada deverá fornecer relatório contendo a identificação do equipamento atendido, os serviços executados, os defeitos encontrados, as peças eventualmente substituídas e as condições finais de funcionamento do equipamento.

9.10. Regularidade jurídica, fiscal, social, trabalhista e previdenciária: A empresa deverá comprovar sua regularidade nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, mantendo todas as condições de habilitação durante a vigência da contratação.

9.11. Responsabilidade pela execução dos serviços: A contratada será integralmente responsável pela qualidade dos serviços prestados, devendo corrigir, sem ônus para a Administração, eventuais falhas decorrentes da execução inadequada dos serviços realizados.

9.12. Os requisitos estabelecidos visam assegurar a adequada execução contratual, a conservação dos equipamentos públicos, a continuidade dos serviços administrativos e a observância dos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

10. ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

10.1. A execução dos serviços ocorrerá conforme a necessidade da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA, mediante solicitação formal emitida pela Administração por meio de Ordem de Serviço, requisição ou instrumento equivalente.

10.2. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser realizados nas dependências da Câmara Municipal ou em local adequado indicado pela Contratada, quando a natureza do reparo exigir a retirada do equipamento, mediante autorização prévia da Administração.

10.3. A Contratada deverá realizar diagnóstico técnico dos equipamentos atendidos, identificando as causas das falhas, os procedimentos necessários para correção dos problemas e, quando aplicável, as peças ou componentes que necessitem de substituição.

10.4. Após a conclusão dos serviços, a Contratada deverá apresentar relatório técnico contendo, no mínimo, a identificação do equipamento atendido, os defeitos constatados, os serviços executados, as peças eventualmente substituídas e os testes realizados para comprovação do adequado funcionamento do equipamento.

10.5. O objeto será recebido provisoriamente mediante conferência dos serviços executados e da documentação apresentada pela Contratada, especialmente dos relatórios técnicos correspondentes aos atendimentos realizados.

10.6. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação, pela fiscalização da Câmara Municipal, de que os serviços foram executados em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e que os equipamentos se encontram em perfeitas condições de funcionamento.

10.7. Não serão aceitos serviços executados em desacordo com as especificações contratuais, que apresentem falhas de execução, defeitos recorrentes decorrentes da manutenção realizada ou que não restabeleçam adequadamente as condições de funcionamento dos equipamentos atendidos.

10.8. Constatadas irregularidades, defeitos ou inconformidades na execução dos serviços, a Contratada deverá promover as correções necessárias, sem ônus adicional para a Administração, no prazo estabelecido pela fiscalização contratual.

10.9. A aceitação definitiva dos serviços não exclui a responsabilidade da Contratada pelos vícios, defeitos ou falhas posteriormente identificados, observadas as disposições legais e contratuais aplicáveis.

10.10. Efetuar a entrega dos relatórios em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pelo Câmara Municipal de Oeiras do Pará, em estrita observância das especificações neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal.

10.11. O pagamento somente será efetuado após a comprovação da regular execução dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal correspondente, dos relatórios técnicos dos serviços executados e do atesto emitido pelo fiscal ou gestor do contrato.

10.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11. OBRIGAÇÕES DA(S) CONTRATANTE(S).

11.1. São obrigações da Contratante:

11.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Contrato, neste Termo de Referência e seus anexos;

11.1.2. Verificar minuciosamente a conformidade dos serviços executados com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada pela Contratada, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

11.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito ou e-mail formal, quaisquer imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

11.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual por intermédio de servidor ou comissão especialmente designada para esse fim;

11.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente aos serviços efetivamente executados, observadas as condições estabelecidas no Contrato e na legislação vigente;

11.1.6. Disponibilizar à Contratada acesso aos equipamentos objeto da manutenção, bem como fornecer as informações necessárias para a adequada execução dos serviços;

11.1.7. Emitir Ordem de Serviço, requisição ou documento equivalente para formalização das demandas de manutenção preventiva e corretiva;

11.1.8. Solicitar esclarecimentos, relatórios técnicos e demais informações relacionadas à execução dos serviços, sempre que julgar necessário;

11.1.9. Notificar a Contratada sobre eventuais falhas, defeitos ou descumprimentos contratuais, concedendo prazo para regularização quando cabível;

11.1.10. Aplicar as sanções administrativas previstas na legislação e no instrumento contratual, quando constatado descumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato, omissão, negligência ou imprudência da Contratada, de seus empregados, prepostos ou representantes.

11.3. A Contratante não permitirá a execução dos serviços em desacordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, devendo exigir da Contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas.

11.4. Realizar o atesto dos serviços efetivamente executados, após a verificação de sua conformidade com as condições contratadas.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

12.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato, neste Termo de Referência e em sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e despesas decorrentes da perfeita execução do objeto.

12.2. Executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva de impressoras, escâneres e componentes periféricos em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, observando padrões adequados de qualidade, segurança e eficiência.

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios, defeitos ou danos decorrentes da execução dos serviços, promovendo as correções necessárias sem ônus adicional para a Administração.

12.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em decorrência de culpa ou dolo na execução contratual.

12.5. Disponibilizar profissionais qualificados e os recursos técnicos necessários à adequada execução dos serviços contratados.

12.6. Atender às solicitações da Contratante nos prazos estabelecidos, realizando os serviços de manutenção preventiva e corretiva sempre que demandado pela Administração.

12.7. Realizar diagnóstico técnico dos equipamentos, identificando as falhas existentes e propondo as medidas necessárias para correção dos problemas verificados.

12.8. Apresentar relatório técnico após cada atendimento, contendo a identificação do equipamento, os defeitos constatados, os serviços executados, as peças eventualmente substituídas e os testes realizados.

12.9. Comunicar imediatamente à Contratante qualquer situação que possa comprometer a execução dos serviços ou causar prejuízos ao funcionamento dos equipamentos.

12.10. Manter canal de comunicação eficiente para recebimento das demandas, esclarecimentos e acompanhamento da execução contratual.

12.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do contrato, observando as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), quando aplicável.

12.12. Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

12.13. Indicar preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual e pelo relacionamento com a Contratante.

12.14. Assumir todas as despesas relativas à execução dos serviços, incluindo mão de obra, transporte, ferramentas, equipamentos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, tributos, seguros e demais custos necessários ao cumprimento do objeto.

12.15. Acatar as orientações e determinações da fiscalização da Contratante, prestando todos os esclarecimentos solicitados e adotando as providências necessárias para correção de falhas eventualmente identificadas.

12.16. Cumprir integralmente as disposições deste Termo de Referência, do instrumento contratual e da legislação aplicável, garantindo a adequada execução dos serviços contratados.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO.

13.1. Não será admitida a subcontratação total do objeto, devendo a Contratada manter a responsabilidade integral pela execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de impressoras, escâneres e componentes periféricos.

13.2. A Contratada poderá utilizar empregados, prepostos ou apoio operacional próprio para a execução dos serviços, permanecendo integralmente responsável perante a Administração pela qualidade, eficiência e regularidade da execução contratual.

13.3. A eventual contratação de terceiros para atividades acessórias ou complementares não afastará a responsabilidade exclusiva da Contratada pelo cumprimento de todas as obrigações assumidas perante a Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA.

13.4. A Contratada responderá por todos os atos, falhas, omissões, atrasos, danos ou prejuízos causados por seus empregados, prepostos ou terceiros envolvidos na execução do objeto, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

13.5. É vedada a transferência integral do objeto contratado ou a cessão da execução principal dos serviços a terceiros sem prévia e expressa autorização da Administração, quando legalmente admitida.

14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

14.1. Não é admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica; serão mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14.2. A Administração poderá adotar as medidas administrativas cabíveis, inclusive a rescisão contratual, caso verifique que a alteração societária compromete a capacidade técnica, operacional, jurídica ou financeira necessária à execução do objeto.

15. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.

15.1. Nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão especialmente designada pela Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA, ao qual competirá verificar o fiel cumprimento das obrigações contratuais.

15.2. A fiscalização acompanhará a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, verificando a qualidade dos serviços prestados, os relatórios técnicos apresentados, os prazos de atendimento e o adequado funcionamento dos equipamentos atendidos.

15.3. A fiscalização anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas, defeitos ou irregularidades observadas.

15.4. A fiscalização poderá solicitar esclarecimentos, informações complementares, documentos e relatórios técnicos que julgar necessários para o acompanhamento da execução contratual

15.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, nos termos da legislação vigente.

15.6. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, sempre que necessário ao exercício de suas atribuições.

15.7. O representante da Administração registrará todas as ocorrências verificadas durante a execução contratual e encaminhará os apontamentos à autoridade competente para adoção das medidas cabíveis.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 45
Rubrica

15.8. O fiscal de contrato não deverá ter exercido a função de Pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 – Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segundo Câmara).

15.9. A designação fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 – Plenário).

16. DO PAGAMENTO.

16.1. A contratada deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa, no prazo máximo de até 30(trinta)dias contados do adimplemento da obrigação.

16.2. A Administração Municipal reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, se estiver em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

16.3. A Administração Municipal poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes as multas ou indenizações devidas pela contratada, no termo da Lei.

16.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira e documental, devendo apresentar juntamente com as faturas as certidões negativas relativas aos tributos federais, INSS e FGTS, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

16.5. O valor da presente avença é R$ 58.930,40 (cinquenta e oito mil, novecentos e trinta reais e quarenta centavos), a ser pago em conformidade com as notas fiscais/faturas e/ou recibos devidamente atestadas pelo setor competente, observadas a condições da proposta adjudicada e a da ordem de serviço emitida.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

17.1. A despesa decorrente da contratação dos serviços de manutenção de impressoras, escâneres e componentes periféricos correrá à conta da dotação orçamentária própria da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA, consignada no orçamento vigente, conforme classificação abaixo:

ÓRGÃO: 01 – Câmara Municipal de Oeiras do Pará
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 – Câmara Municipal de Oeiras do Pará
ATIVIDADE: 2.002 – Manutenção das Atividades Legislativas da Câmara Municipal de Oeiras
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

18. DA FISCALIZAÇÃO.

18.1. A fiscalização e acompanhamento da execução do futuro contrato, será realizado pelo(a) servidor(a) *Marina Oliveira Mendes* **indicado pela Unidade Requisitante da contratação**, observando-se as disposições contidas no art. 117 e parágrafos da Lei 14.133/2021.

18.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

19. DA PENALIDADES.

19.1. A empresa que se recusar a executar o fornecimento do objeto contratual, ou realiza-los em discordância com as condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência, sofrerá as sanções previstas no Art. 155 ao 163 da Lei 14.133/2021, de acordo com o caso específico.

20. DAS ORIENTAÇÕES GERAIS.

FLS. 46
Rubrica

20.1. A execução dos serviços deverá observar integralmente as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato ou instrumento equivalente, na proposta apresentada pela Contratada e nas demais peças que instruem o processo administrativo.

20.2. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser executados de forma planejada, segura e compatível com as necessidades da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA, visando garantir a continuidade das atividades administrativas e legislativas desenvolvidas pelo órgão.

20.3. Contratada deverá manter comunicação permanente com a Contratante durante toda a execução contratual, disponibilizando canal de atendimento eficiente para recebimento de solicitações, esclarecimentos, envio de documentos e solução de eventuais intercorrências.

20.4. Qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços ou o funcionamento dos equipamentos deverá ser imediatamente comunicada à Contratante, acompanhada das informações e justificativas necessárias para adoção das providências cabíveis.

20.5. A Administração poderá solicitar esclarecimentos, documentos complementares, relatórios técnicos ou informações adicionais sempre que entender necessário ao adequado acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

20.6. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela autoridade competente, competindo-lhe verificar a conformidade dos serviços executados, dos relatórios apresentados e das demais obrigações assumidas pela Contratada.

20.7. Os serviços somente serão considerados regularmente executados após a comprovação de sua efetiva realização, mediante apresentação dos relatórios técnicos correspondentes, da documentação exigida e do respectivo atesto da fiscalização.

20.8. A Contratada deverá cumprir todas as normas de segurança, técnicas e administrativas aplicáveis à execução dos serviços, responsabilizando-se integralmente pelos atos de seus empregados, prepostos ou representantes.

20.9. Eventuais omissões, dúvidas ou situações não previstas neste Termo de Referência serão analisadas pela Administração, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, razoabilidade e interesse público.

Oeiras do Pará – PA, 08 de junho de 2026.

ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO:04786735230
Assinado de forma digital por ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO:04786735230

ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

47
Rubrica

MODALIDADE: CONTRATAÃO DIRETA - DISPENSA
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 75, inciso II.
REQUISITANTE(S): CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS, ESCÂNERES E COMPONENTES PERIFÉRICOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ/PA.

CONVOCAÇÃO

Em cumprimento ao procedimento administrativo e disposições referentes à DISPENSA, **CONVOCO** a empresa **CG PRIME SOLUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 66.281.971/0001-65**, para apresentar documentação conforme listagem abaixo discriminada, no horário das 08h00min ás 18h00min, até a data de 12 de junho de 2026, no prédio onde funciona a sede da Câmara Municipal, sito à Rua Prefeito Artêmio Araújo, 715 – CENTRO – CEP 68.470-000, Oeiras do Pará/PA, ou através do e-mail: cploeiras2025@gmail.com

1- **Documento de Habilitação Jurídica**
   - Cartão CNPJ;
   - CPF e RG dos sócios ou do empresário individual;

2- **Documento de Regularidade Fiscal e Trabalhista**
   - Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ-MF);
   - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, ou municipal, relativo à sede da licitante pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto desta licitação;
   - **Prova de regularidade por meio da** Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos à Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, regularidade à Seguridade Social ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
   - **Prova de regularidade por meio da** Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou Certidão Positiva com efeito negativo expedida pela Fazenda Estadual, da sede da licitante ou Certidão de Não Contribuinte, se houver inscrição;
   - **Prova de regularidade por meio da** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, nos termos do Título VII-A, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943 (Lei nº.12.440, de 07 de junho de 2011);
   - **Prova de regularidade com o** Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

Fls. 48
Rubrica

Este documento será utilizado comprovando a capacidade técnica da empresa perante futuros processos licitatórios, conforme estabelece a legislação vigente.

Para maiores informações ou dúvidas, estaremos à disposição no prédio onde funciona a sede do Órgão, com os endereços citados anteriormente.

Agradecemos a atenção e aguardamos o envio do atestado com a maior brevidade possível.

Nos termos do art. 70, inciso I da NLLC, apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração.

Oeiras do Pará/PA, 08 de junho de 2026.

ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO:04786735230

Assinado de forma digital por ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO:04786735230

ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
Fls. 49
Rubrica

JUNTADA DE PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

MODALIDADE: CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS, ESCÂNERES E COMPONENTES PERIFÉRICOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ/PA.

Nos termos da fase de habilitação prevista no art. 62 da Lei Federal n° 14.133/20211, e conforme solicitação/convocação previamente expedida, fica registrada, nesta data, a juntada aos autos da proposta comercial e dos documentos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e demais documentos pertinentes, apresentados pela empresa **CG PRIME SOLUCOES LTDA,** inscrita no CNPJ sob o n° **66.281.971/0001-65,** para fins de análise e prosseguimento do procedimento de contratação direta por dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021.

O presente registro tem por finalidade formalizar o recebimento da documentação necessária à verificação da regularidade da empresa, da compatibilidade da proposta apresentada com o objeto pretendido e da adequação do valor ofertado aos parâmetros de mercado constantes dos autos.

Dessa forma, procede-se à juntada da proposta e dos documentos de habilitação, para análise pela comissão de Contratação e posterior adoções das providências cabíveis quanto à continuidade do processo administrativo.

Oeiras do Pará - PA, 08 de junho de 2026.

ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO:04786735230
Assinado de forma digital por ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO:04786735230

ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 50
Rubrica

CG PRIME
SOLUCOES LTDA

PROPOSTA DE PREÇOS

À Exma. Senhora
ANDREIA CALAZÃO VEIGA
Presidente da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA

Objeto: Contratação de empresa especializada em manutenção de impressoras, escâneres e componentes periféricos, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA.

A empresa CG PRIME SOLUCOES LTDA, inscrita no CNPJ nº 66.281.971/0001-65, com sede na Rod. Transcametá, nº 07, Cond. Caamuta, QD 1, Zona Rural, CEP 68.400-000, Cametá/PA, e-mail CGPRIMESOLUCOESCAMETA10@GMAIL.COM, apresenta a presente proposta de preços para execução dos serviços descritos abaixo, conforme condições, quantitativos e especificações do processo administrativo.

A empresa declara possuir atividade compatível com o objeto, incluindo o CNAE 95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos, bem como capacidade operacional para execução dos serviços com fornecimento de mão de obra, peças, componentes e insumos necessários.

PLANILHA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN	SERVIÇO	30	R$ 388,38	R$ 11.651,40
2	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2520	SERVIÇO	30	R$ 205,05	R$ 6.151,50
3	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2540	SERVIÇO	30	R$ 226,31	R$ 6.789,30
4	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSON L3250	SERVIÇO	20	R$ 203,77	R$ 4.075,40
5	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSON L355	SERVIÇO	30	R$ 101,34	R$ 3.040,20
6	TROCA DE ROLO PRESSÃO DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10	R$ 213,17	R$ 2.131,70
7	TROCA DE ROLO FUSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10	R$ 307,00	R$ 1.535,00
8	TROCA DE CARTUCHO DE TONER DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	20	R$ 83,47	R$ 1.669,40
9	TROCA DE CILINDRO DA IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10	R$ 45,96	R$ 459,60
10	TROCA DE ROLO PRESSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2520, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10	R$ 135,42	R$ 1.354,20
11	TROCA DE ROLO FUSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2520, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10	R$ 256,78	R$ 2.567,80
12	TROCA DE CARTUCHO DE TONER DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2520, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	20	R$ 54,35	R$ 1.087,00
13	TROCA DE CILINDRO DA IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2520, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10	R$ 46,33	R$ 463,30

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 53
Rubrica

CG PRIME
SOLUCOES LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
14	TROCA DE ROLO PRESSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2540, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10	R$ 130,44	R$ 1.304,40
15	TROCA DE ROLO FUSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2540, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10	R$ 200,60	R$ 1.003,00
16	TROCA DE CARTUCHO DE TONER DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2540, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	20	R$ 53,19	R$ 1.063,80
17	TROCA DE CILINDRO DA IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2540, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10	R$ 45,96	R$ 459,60
18	TROCA DE CABEÇA DE IMPRESSÃO DA IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSON L3250, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10	R$ 535,42	R$ 5.354,20
19	TROCA DA BOMBA COMPLETA DA IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSON L3250, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10	R$ 321,67	R$ 3.216,70
20	TROCA DE CABEÇA DE IMPRESSÃO DA IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSON L355, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10	R$ 463,58	R$ 2.317,90
21	TROCA DA BOMBA COMPLETA DA IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSON L355, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10	R$ 247,00	R$ 1.235,00
	VALOR GLOBAL DA PROPOSTA				R$ 58.930,40

O valor global da presente proposta é de R$ 58.930,40 (cinquenta e oito mil, novecentos e trinta reais e quarenta centavos).

CONDIÇÕES DA PROPOSTA

- Os valores propostos compreendem todos os custos necessários à execução do objeto, incluindo mão de obra, peças, componentes, insumos, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, deslocamentos e demais despesas incidentes.
- A execução dos serviços ocorrerá sob demanda, mediante solicitação formal da Administração, observadas as quantidades estimadas no processo e as condições estabelecidas no Termo de Referência.
- Após a realização dos serviços, a empresa realizará os testes necessários para comprovar o adequado funcionamento dos equipamentos atendidos.
- Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.
- Condições de pagamento: conforme previsto no Termo de Referência, contrato e demais documentos do processo.

Atenciosamente,

CG PRIME SOLUCOES LTDA
CNPJ nº 66.281.971/0001-65
Responsável Legal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 52
Rubrica

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: CG PRIME SOLUCOES LTDA
CNPJ: 66.281.971/0001-65

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:54:03 do dia 03/06/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 30/11/2026.
Código de controle da certidão: **1D88.8662.BCC1.C210**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 53
Rubrica

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL 66597965/2026

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

CG PRIME SOLUCOES LTDA

OU

CNPJ n. 66.281.971/0001-65

Certidão emitida em 01/06/2026, às 14:22:23 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Pará.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília): Seção Judiciária: Pará (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 01/06/2026, às 06:46:15.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 66597965

Código de Validação: A877 BADE D3DC D71B C3B2 5E42 6E12 98D5

Data da Atualização: 01/06/2026, às 06:46:15

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 54
Rubrica

SERVIÇO GRATUITO

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDAO NEGATIVA DE NATUREZA TRIBUTÁRIA

Nome: CG PRIME SOLUCOES LTDA
Inscrição Estadual: 75.104.820-8
CNPJ: 66.281.971/0001-65

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que **NÃO CONSTAM**, até a presente data, pendências em seu nome, relativamente aos débitos administrados pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda, de natureza tributária, incritos ou não na Dívida Ativa.

A presente Certidão, emitida nos termos do Decreto n.º 2.473, de 29 de setembro de 2006 , e da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, somente produzirá efeitos após a confirmação de sua autenticidade, pela Internet, no Portal de Serviço da Secretaria Executiva de Estado da Fazenda no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Emitida às: 13:50:06 do dia 01/06/2026
Válida até: 28/11/2026
Número da Certidão: 702026081068189-1
Código de Controle de Autenticidade: 6F84CABD.75697963.EB8E962A.64A5CBCB

Observação:

- Nos termos da legislação pertinente a presente Certidão poderá, independente de notificação prévia, ser cassada quando, dentro do período de validade forem verificadas as hipóteses previstas no art. 6º da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, como também em decorrência da suspensão de medida liminar.

- A cassação da certidão será efetuada de ofício, devendo ser dada a publicidade do fato por meio de consulta pública no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Válida em todo território paraense.
SERVIÇO GRATUITO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 55
Rubrica

SERVIÇO GRATUITO

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDAO NEGATIVA DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA

Nome: CG PRIME SOLUCOES LTDA
Inscrição Estadual: 75.104.820-8
CNPJ: 66.281.971/0001-65

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que **NÃO CONSTAM**, até a presente data, pendências em seu nome, relativamente aos débitos administrados pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda, de natureza não tributária, incritos na Dívida Ativa.

A presente Certidão, emitida nos termos do Decreto n.º 2.473, de 29 de setembro de 2006 , e da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, somente produzirá efeitos após a confirmação de sua autenticidade, pela Internet, no Portal de Serviço da Secretaria Executiva de Estado da Fazenda no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Emitida às: 13:50:06 do dia 01/06/2026
Válida até: 28/11/2026
Número da Certidão: 702026081068190-5
Código de Controle de Autenticidade: 3EE95979.AE03CF45.9E74CEDF.BB29DA5E

Observação:

- Nos termos da legislação pertinente a presente Certidão poderá, independente de notificação prévia, ser cassada quando, dentro do período de validade forem verificadas as hipóteses previstas no art. 9º da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, como também em decorrência da suspensão de medida liminar.

- A cassação da certidão será efetuada de ofício, devendo ser dada a publicidade do fato por meio de consulta pública no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Válida em todo território paraense.
SERVIÇO GRATUITO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 56
Rubrica

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 01/06/2026, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

CG PRIME SOLUCOES LTDA
66.281.971/0001-65

OBSERVAÇÕES:
a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8o, § 2o da Resolução 121/CNJ).
d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
e) As certidões de Falência e Recuperação Judicial, Cível ou Especial atendem ao disposto no inciso II do artigo 69 da Lei 14133/2021.
f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 01/06/2026
Selo digital de segurança: **2026.CTD.FFRO.JITX.8KZQ.6AKS.WSZO**
*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

NUCER - Núcleo de Emissão de Certidões do TJDFT
Fórum de Brasília - Milton Sebastião Barbosa, Praça Municipal - Lote 1, Bloco A, Ala B - Térreo.
Brasília - DF
Horário de Atendimento: 7h às 19h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 57
Rubrica

Poder Judiciário Federal

Código de verificação: 2026.1357.330601.742

CERTIDÃO ELETRÔNICA DE AÇÕES TRABALHISTAS

Certifica-se, conforme pesquisa na base de dados de processos físicos (1º e 2º graus), que até a presente data NÃO CONSTAM ações trabalhistas neste Tribunal Regional, em tramitação ou arquivadas provisoriamente, ajuizadas em face da pessoa jurídica, de direito público ou privado, identificada pelos dados fornecidos pelo solicitante e de sua inteira responsabilidade.

Raiz do CNPJ pesquisado: 66.281.971

Observações:

1. Prazo de validade desta Certidão: 30 dias, na forma da Resolução Nº 326/2008, do TRT da 8ª Região.
2. Esta certidão não substitui a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, documento indispensável à participação em licitações públicas conforme LEI 12.440/2011. A CNDT deve ser obtida através do link https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces
3. Esta certidão não inclui processos eletrônicos, que podem ser consultados através do link https://pje.trt8.jus.br/certidoes/trabalhista/emissao
4. Para verificar a autenticidade desta certidão, acesse: http://cnt.trt8.jus.br/trabalhista/verificacao

Emitido em 01/06/2026 13:57.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 58
Rubrica

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CG PRIME SOLUCOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 66.281.971/0001-65
Certidão nº: 51731705/2026
Expedição: 01/06/2026, às 13:49:16
Validade: 28/11/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CG PRIME SOLUCOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **66.281.971/0001-65**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
59
Rubrica

CÓPIA

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS CÍVEIS

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, até a presente data e hora, **NÃO CONSTAM** em nome de :

CG PRIME SOLUCOES LTDA, inscrito no CNPJ sob no **66.281.971/0001-65** distribuição de feitos cíveis.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, endereço www.tjpa.jus.br, por meio do código de validação abaixo;

b) Nos casos em que o CPF ou CNPJ não seja informado, o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

c) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução 121/2010 e Provimento Conjunto 011/2018- CJRMB-CJCI.

d) Esta certidão alcança os registros do 1º e 2º graus de jurisdição, juizados especiais cíveis e justiça militar com abrangência em todo o Estado do Pará e tem validade em todo território nacional. ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir os documentos informados, bem como confirmar a autenticidade da certidão no Portal de Internet da Justiça Estadual, no endereço www.tjpa.jus.br.

É proibida a emissão desta certidão para pessoas menores de idade.

Certidão expedida gratuitamente em: 01/06/2026 às 14:05:47 via internet

Código de Controle: **202600071209**

Válida até: 01/09/2026

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 69
Rubrica

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 66.281.971/0001-65
Razão social: CG PRIME SOLUCOES LTDA
Endereço: ROD TRANSCAMETA 07 COND CAAMUTA QD 1/ ZONA RURAL / CAMETA / PA / 68400-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 01/06/2026 a 30/06/2026

Certificação Número: 2026060110246562340225

Informação obtida em 01/06/2026 13:51:15

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

SESSÃO DE LICITAÇÃO
61
Rubrica

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
66.281.971/0001-65 MATRIZ		15/04/2026

NOME EMPRESARIAL
CG PRIME SOLUCOES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
CG PRIME SOLUCOES	EPP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
18.22-9-01 - Serviços de encadernação e plastificação
18.22-9-99 - Serviços de acabamentos gráficos, exceto encadernação e plastificação
33.12-1-02 - Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle
33.12-1-03 - Manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação
33.17-1-01 - Manutenção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes
33.17-1-02 - Manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer
33.19-8-00 - Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente
41.20-4-00 - Construção de edifícios
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração
43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos
43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material
43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral
43.30-4-05 - Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores
43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção
43.99-1-02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias
45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
ROD TRANSCAMETA	07	COND CAAMUTA QD 1

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
68.400-000	ZONA RURAL	CAMETA	PA

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CGPRIMESOLUCOESCAMETA10@GMAIL.COM	(91) 9999-9999

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	15/04/2026

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **01/06/2026** às **13:48:35** (data e hora de Brasília).

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 42
Rubrica

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
66.281.971/0001-65 MATRIZ		15/04/2026

NOME EMPRESARIAL
CG PRIME SOLUCOES LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
45.20-0-07 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores
45.30-7-01 - Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores
45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
46.46-0-02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal
46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática
46.69-9-99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças
47.21-1-04 - Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes
47.22-9-01 - Comércio varejista de carnes - açougues
47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas
47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
47.41-5-00 - Comércio varejista de tintas e materiais para pintura
47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico
47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas
47.44-0-03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
47.54-7-03 - Comércio varejista de artigos de iluminação
47.55-5-02 - Comercio varejista de artigos de armarinho

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NUMERO	COMPLEMENTO
ROD TRANSCAMETA	07	COND CAAMUTA QD 1

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
68.400-000	ZONA RURAL	CAMETA	PA

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CGPRIMESOLUCOESCAMETA10@GMAIL.COM	(91) 9999-9999

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	15/04/2026

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **01/06/2026** às **13:48:35** (data e hora de Brasília).

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
63
Rubrica

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
66.281.971/0001-65 MATRIZ		15/04/2026

NOME EMPRESARIAL
CG PRIME SOLUCOES LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.57-1-00 - Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação
47.61-0-01 - Comércio varejista de livros
47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria
47.63-6-05 - Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos; peças e acessórios
47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários
50.11-4-01 - Transporte marítimo de cabotagem - Carga
50.11-4-02 - Transporte marítimo de cabotagem - passageiros
50.91-2-01 - Transporte por navegação de travessia, municipal
50.91-2-02 - Transporte por navegação de travessia intermunicipal, interestadual e internacional
52.23-1-00 - Estacionamento de veículos
59.11-1-99 - Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente
73.11-4-00 - Agências de publicidade
73.19-0-02 - Promoção de vendas
73.19-0-03 - Marketing direto
73.19-0-04 - Consultoria em publicidade
73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor
77.19-5-01 - Locação de embarcações sem tripulação, exceto para fins recreativos
77.19-5-99 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NUMERO	COMPLEMENTO
ROD TRANSCAMETA	07	COND CAAMUTA QD 1

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
68.400-000	ZONA RURAL	CAMETA	PA

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CGPRIMESOLUCOESCAMETA10@GMAIL.COM	(91) 9999-9999

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	15/04/2026

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **01/06/2026** às **13:48:35** (data e hora de Brasília).

64

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
66.281.971/0001-65 MATRIZ		15/04/2026

NOME EMPRESARIAL
CG PRIME SOLUCOES LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
77.21-7-00 - Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos
77.32-2-02 - Aluguel de andaimes
77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes
81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
85.99-6-03 - Treinamento em informática
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
90.01-9-06 - Atividades de sonorização e de iluminação
95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NUMERO	COMPLEMENTO
ROD TRANSCAMETA	07	COND CAAMUTA QD 1

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
68.400-000	ZONA RURAL	CAMETA	PA

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CGPRIMESOLUCOESCAMETA10@GMAIL.COM	(91) 9999-9999

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	15/04/2026

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **01/06/2026** às **13:48:35** (data e hora de Brasília).

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 65
Rubrica

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
FICHA DE INSCRIÇÃO CADASTRAL - FIC

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCRIÇÃO NO CNPJ/CPF	INSCRIÇÃO NA JUNTA COMERCIAL
75.104.820-8	**66.281.971/0001-65**	**15202675168**

NOME EMPRESARIAL
CG PRIME SOLUCOES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO
CG PRIME SOLUCOES

SEDE
CERAT ABAETETUBA

ENDEREÇO
ROD TRANSCAMETA, 07 ZONA RURAL COND:CAAMUTA, QD 1

REGIME DE PAGAMENTO	MUNICÍPIO
Simples Nacional	**CAMETA**

DATA DE INÍCIO DA ATIVIDADE	SITUAÇÃO CADASTRAL
15/04/2026	Ativo

CÓDIGO DE ATIVIDADE PRINCIPAL
4712100 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
1822901 - Serviços de encardenação e plastificação

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
1822999 - Serviços de acabamentos gráficos, exceto encardernação e plastificação

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
3312102 - Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
3312103 - Manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
3317101 - Manutenção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
3317102 - Manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
3319800 - Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
4120400 - Construção de edifícios

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
4213800 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
4299501 - Construção de instalações esportivas e recreativas

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
4321500 - Instalação e manutenção elétrica

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
4322301 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
4322302 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
4329104 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 66
Rubrica

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
4330402 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
4330404 - Serviços de pintura de edifícios em geral

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
4330405 - Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
4330499 - Outras obras de acabamento da construção

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
4399102 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
4520001 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
4520007 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
4530701 - Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
4530703 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
4646002 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
4649408 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
4651601 - Comércio atacadista de equipamentos de informática

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
4669999 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
4721104 - Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
4722901 - Comércio varejista de carnes - açougues

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
4723700 - Comércio varejista de bebidas

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
4729699 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
4741500 - Comércio varejista de tintas e materiais para pintura

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
4742300 - Comércio varejista de material elétrico

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
4744001 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
4744003 - Comércio varejista de materiais hidráulicos

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
4744099 - Comércio varejista de materiais de construção em geral

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
4751201 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
4753900 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
4754703 - Comércio varejista de artigos de iluminação

Fls. 67
Rubrica

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
4755502 - Comercio varejista de artigos de armarinho

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
4757100 - Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
4761001 - Comércio varejista de livros

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
4761003 - Comércio varejista de artigos de papelaria

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
4763605 - Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos: peças e acessórios

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
4772500 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
4789005 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
5011401 - Transporte marítimo de cabotagem - Carga

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
5011402 - Transporte marítimo de cabotagem - passageiros

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
5091201 - Transporte por navegação de travessia, municipal

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
5091202 - Transporte por navegação de travessia intermunicipal, interestadual e internacional

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
5223100 - Estacionamento de veículos

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
5911199 - Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
7311400 - Agências de publicidade

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
7319002 - Promoção de vendas

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
7319003 - Marketing direto

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
7319004 - Consultoria em publicidade

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
7319099 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
7711000 - Locação de automóveis sem condutor

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
7719501 - Locação de embarcações sem tripulação, exceto para fins recreativos

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
7719599 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
7721700 - Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
7732202 - Aluguel de andaimes

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
7739003 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
8129000 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
8230001 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
8599603 - Treinamento em informática
CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
8599604 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
9001906 - Atividades de sonorização e de iluminação
CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA
9511800 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos

Aprovado pelo Decreto nº 4676 de 18 de Junho de 2001.
Emitido no dia 01/06/2026 às 13:47:00 pelo Portal de Serviços da SEFA



COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 69
Rubrica

CONTRATO DA SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL: CG PRIME SOLUCOES LTDA

Pelo presente Instrumento Particular de Contrato Social:

CLEBER GUIMARAES CARDOSO, nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 05/03/1980, SOLTEIRO, EMPRESARIO, CPF nº 665.009.742-04, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 3896861, órgão expedidor PC - PA, residente e domiciliado(a) no(a) RESIDENCIAL CAAMUTA, 07, QD 1, RURAL, CAMETÁ, PA, CEP 68400000, BRASIL.

Resolve constituir uma sociedade limitada unipessoal mediante as seguintes cláusulas.

DO ENQUADRAMENTO

CLÁUSULA PRIMEIRA. Declara, sob as penas da lei, que se enquadra na condição de EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS

CLÁUSULA SEGUNDA. A sociedade gira sob o nome empresarial CG PRIME SOLUCOES LTDA. Tendo como nome fantasia CG PRIME SOLUCOES.

CLÁUSULA TERCEIRA. A sociedade tem sede: RODOVIA TRANSCAMETA, 07, COND:CAAMUTA, QD 1, ZONA RURAL, CAMETÁ, PA, CEP 68.400-000.

CLÁUSULA QUARTA. A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual.

DO OBJETO SOCIAL E DA DURAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA. A sociedade tem por objeto(s) social(ais):

COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS; COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL; SERVIÇOS DE ENCADERNAÇÃO E PLASTIFICAÇÃO; SERVIÇOS DE ACABAMENTOS GRÁFICOS, EXCETO ENCADERNAÇÃO E PLASTIFICAÇÃO; MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EMBARCAÇÕES E ESTRUTURAS FLUTUANTES; MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EMBARCAÇÕES PARA ESPORTE E LAZER; CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS; OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS; CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVAS; INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA; INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS; INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO; OUTRAS OBRAS DE

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=CZGyJT29MadwIz7_kZ2CTQ&chave2=K72jyVYD1IDmUwx_BDMXow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 66500974204-CLEBER GUIMARAES CARDOSO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 70
PROCESSO

ACABAMENTO DA CONSTRUÇÃO; APLICAÇÃO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES; SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL; MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS; INSTALAÇÃO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISÓRIAS E ARMÁRIOS EMBUTIDOS DE QUALQUER MATERIAL; MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E OUTRAS ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS; SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO MECÂNICA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES; SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES; COMÉRCIO POR ATACADO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES; COMÉRCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES; COMÉRCIO ATACADISTA DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE; PARTES E PEÇAS; COMÉRCIO VAREJISTA DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA; COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO; COMÉRCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS; COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS; COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA; COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO; COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ILUMINAÇÃO; COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA APARELHOS ELETROELETRÔNICOS PARA USO DOMÉSTICO, EXCETO INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO; COMÉRCIO VAREJISTA DE EMBARCAÇÕES E OUTROS VEÍCULOS RECREATIVOS; PEÇAS E ACESSÓRIOS; ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS; ATIVIDADES DE PRODUÇÃO CINEMATOGRÁFICA, DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE; ALUGUEL DE ANDAIMES; ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORÁRIO, EXCETO ANDAIMES; SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS; REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS; LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR; LOCAÇÃO DE OUTROS MEIOS DE TRANSPORTE NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM CONDUTOR; COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR; COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL; COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL OU ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE; COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇOUGUES; COMÉRCIO VAREJISTA DE DOCES, BALAS, BOMBONS E SEMELHANTES; VCOMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA; TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL; TREINAMENTO EM INFORMÁTICA; ATIVIDADES DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO; LOCAÇÃO DE EMBARCAÇÕES SEM TRIPULAÇÃO, EXCETO PARA FINS RECREATIVOS; ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS RECREATIVOS E ESPORTIVOS; TRANSPORTE MARÍTIMO DE

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=CZGyJT29MadwIz7_kZ2CTQ&chave2=K72jyVYD1IDmUwx_BDMXow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 66500974204-CLEBER GUIMARAES CARDOSO

Fls. 73
Rubrica

CABOTAGEM - CARGA; TRANSPORTE MARÍTIMO DE CABOTAGEM - PASSAGEIROS; TRANSPORTE POR NAVEGAÇÃO DE TRAVESSIA, MUNICIPAL; TRANSPORTE POR NAVEGAÇÃO DE TRAVESSIA INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL; MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE APARELHOS ELETROMÉDICOS E ELETROTERAPÊUTICOS E EQUIPAMENTOS DE IRRADIAÇÃO; MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE APARELHOS E INSTRUMENTOS DE MEDIDA, TESTE E CONTROLE; MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE; COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS; ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE; MANUTENÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA;AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE; PROMOÇÃO DE VENDAS; MARKETING DIRETO; CONSULTORIA EM PUBLICIDADE; OUTRAS ATIVIDADES DE PUBLICIDADE NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE; COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA; COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO; COMÉRCIO VAREJISTA DE LIVROS; COMÉRCIO VAREJISTA DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL; COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDA.

CODIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

4712-1/00 - comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns.
4761-0/03 - comércio varejista de artigos de papelaria.
5223-1/00 - estacionamento de veículos.
5091-2/02 - transporte por navegação de travessia, intermunicipal.
5091-2/01 - transporte por navegação de travessia, municipal.
5011-4/02 - transporte marítimo de cabotagem - passageiros.
5011-4/01 - transporte marítimo de cabotagem - carga.
4789-0/05 - comércio varejista de produtos saneantes domissanitários.
4772-5/00 - comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal.
4763-6/05 - comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos; peças e acessórios.
5911-1/99 - atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente.
4761-0/01 - comércio varejista de livros.
4757-1/00 - comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação.
4755-5/02 - comercio varejista de artigos de armarinho.
4754-7/03 - comércio varejista de artigos de iluminação.
4753-9/00 - comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo.
4751-2/01 - comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática.
4744-0/99 - comércio varejista de materiais de construção em geral.
7721-7/00 - aluguel de equipamentos recreativos e esportivos.

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=C2GyJT29MadwIz7_kZ2CTQ&chave2=K72jyVYD1IDmUwx_BDMXow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 66500974204-CLEBER GUIMARAES CARDOSO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 72
Rubrica

9511-8/00 - reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos.
9001-9/06 - atividades de sonorização e de iluminação.
8599-6/04 - treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial.
8599-6/03 - treinamento em informática.
8230-0/01 - serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas.
8129-0/00 - atividades de limpeza não especificadas anteriormente.
7739-0/03 - aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes.
7732-2/02 - aluguel de andaimes.
4744-0/01 - comércio varejista de ferragens e ferramentas.
7719-5/99 - locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor.
7719-5/01 - locação de embarcações sem tripulação, exceto para fins recreativos.
7711-0/00 - locação de automóveis sem condutor.
7319-0/99 - outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente.
7319-0/04 - consultoria em publicidade.
7319-0/03 - marketing direto.
7319-0/02 - promoção de vendas.
7311-4/00 - agências de publicidade.
4221-9/03 - manutenção de redes de distribuição de energia elétrica.
4330-4/05 - aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores.
4330-4/04 - serviços de pintura de edifícios em geral.
4330-4/02 - instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material.
4329-1/04 - montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos.
4322-3/02 - instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração.
4322-3/01 - instalações hidráulicas, sanitárias e de gás.
4321-5/00 - instalação e manutenção elétrica.
4299-5/01 - construção de instalações esportivas e recreativas.
4330-4/99 - outras obras de acabamento da construção.
4213-8/00 - obras de urbanização - ruas, praças e calçadas.
4120-4/00 - construção de edifícios.
3319-8/00 - manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente.
3317-1/02 - manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer.
3317-1/01 - manutenção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes.
3312-1/03 - manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação.
3312-1/02 - manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle.
1822-9/99 - serviços de acabamentos gráficos, exceto encadernação e plastificação.
4651-6/01 - comércio atacadista de equipamentos de informática.
1822-9/01 - serviços de encadernação e plastificação.

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=CZGyJT29MadwIz7_kZ2CTQ&chave2=K72jyVYD1IDmUwx_BDMXow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 66500974204-CLEBER GUIMARAES CARDOSO

COMISSÃO DE EXAME
Fls. 73
Rubrica

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=CZGyJT29MadwIz7_kZ2CTQ&chave2=K72jyVYD1IDmUwx_BDMXow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 66500974204-CLEBER GUIMARAES CARDOSO

4742-3/00 - comércio varejista de material elétrico.
4741-5/00 - comércio varejista de tintas e materiais para pintura.
4729-6/99 - comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente.
4723-7/00 - comércio varejista de bebidas.
4722-9/01 - comércio varejista de carnes - açougues.
4721-1/04 - comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes.
4669-9/99 - comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças.
4744-0/03 - comércio varejista de materiais hidráulicos.
4649-4/08 - comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar.
4646-0/02 - comércio atacadista de produtos de higiene pessoal.
4530-7/03 - comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores.
4530-7/01 - comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores.
4520-0/07 - serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores.
4520-0/01 - serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores.
4399-1/02 - montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias.

CLÁUSULA SEXTA. A empresa iniciará suas atividades a partir da data do arquivamento e seu prazo de duração é indeterminado.

DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA SÉTIMA: O capital social subscrito será de R$ 300.000,00 (Trezentos Mil Reais) dividido em 300.000 (trezentos mil) quotas de valor nominal R$ 1,00 (Um Real) cada uma, totalmente integralizado neste ato em moeda corrente do país.

CLEBER GUIMARAES CARDOSO, com 300.000 (trezentos mil) quotas, perfazendo um total de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) integralizado;

CLÁUSULA OITAVA. A responsabilidade do sócio é restrita ao valor de suas quotas.

DA ADMINISTRAÇÃO E DO PRO LABORE

CLÁUSULA NONA. A administração da sociedade caberá ISOLADAMENTE a CLEBER GUIMARAES CARDOSO com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial,

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 74
Rubrica

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=CZGyJT29MadwIz7_kZ2CTQ&chave2=K72jyYYD1IDmUwx_BDMXow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 66500974204-CLEBER GUIMARAES CARDOSO

vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer do cotista ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

Parágrafo único. No exercício da administração, o administrador terá direito a uma retirada mensal a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS

CLÁUSULA DÉCIMA. Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao sócio, os lucros ou perdas apuradas.

§ 1º Por deliberação do sócio a distribuição de lucros poderá ser em qualquer período do ano a partir de resultado do período apurado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, o sócio deliberará sobre as contas e designará administrador(es), quando for o caso.

DO FALECIMENTO DE SÓCIO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Falecendo ou interditado o sócio único, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros e sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, a sociedade será dissolvida.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. O(s) Administrador (es) declara(m), sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos, com observância da Lei nº 10.406/2002.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 75
Rubrica

FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. Fica eleito o foro de CAMETÁ - PA para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

O sócio lavra o presente instrumento.

CAMETÁ - PA, 14 de abril de 2026.

CLEBER GUIMARAES CARDOSO

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=C2GyJT29MadwIz7_kZ2CTQ&chave2=K72jyVYD1IDmUwx_BDMXow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 66500974204-CLEBER GUIMARAES CARDOSO

Fls. 76
Rubrica

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

JUCEPA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	CG PRIME SOLUCOES LTDA
PROTOCOLO	269360581 - 14/04/2026
ATO	090 - CONTRATO
EVENTO	090 - CONTRATO

MATRIZ

NIRE 15202675168
CERTIFICO O REGISTRO EM 15/04/2026
SOB N: 15202675168

EVENTOS

316 - ENQUADRAMENTO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE ARQUIVAMENTO: 15202675168

SIGNATÁRIO(S) QUE ASSINOU(ASSINARAM) DIGITALMENTE

Cpf: 66500974204 - CLEBER GUIMARAES CARDOSO - Assinado em 14/04/2026 às 22:24:43

Este ato arquivado na JUCEPA contém 08 páginas, sendo esta página integrante do documento registrado.

Junta Comercial do Estado do Pará
Certifico o Registro em 15/04/2026
Arquivamento: 15202675168. Protocolo: 269360581 de 14/04/2026. NIRE: 15202675168
Nome da empresa CG PRIME SOLUCOES LTDA
Este documento pode ser verificado em https://regin.jucepa.pa.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela: 2476125891600
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/04/2026
por KARLA DA COSTA DIAS - Secretário(a) Geral

Fls. 77
Rubrica

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE CG PRIME SOLUCOES LTDA
CNPJ nº 66.281.971/0001-65

CLEBER GUIMARAES CARDOSO, nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 05/03/1980, SOLTEIRO, EMPRESARIO, CPF nº 665.009.742-04, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 3896861, órgão expedidor PC - PA, residente e domiciliado(a) no(a) RESIDENCIAL CAAMUTA, 07, RURAL, CAMETÁ, PA, CEP 68400000, BRASIL.

Sócio da sociedade limitada de nome empresarial CG PRIME SOLUCOES LTDA, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado do Pará, sob NIRE nº 15202675168, com sede Rodovia Transcameta, 07, Cond:caamuta, Qd 1, Zona Rural Cametá, PA, CEP 68400000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 66.281.971/0001-65, delibera ajustar a presente alteração contratual, nos termos da Lei n° 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

OBJETO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA. A sociedade passa a ter o seguinte objeto:
COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS; COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL; SERVIÇOS DE ENCADERNAÇÃO E PLASTIFICAÇÃO; SERVIÇOS DE ACABAMENTOS GRÁFICOS, EXCETO ENCADERNAÇÃO E PLASTIFICAÇÃO; MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EMBARCAÇÕES E ESTRUTURAS FLUTUANTES; MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EMBARCAÇÕES PARA ESPORTE E LAZER; CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS; OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS; CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVAS; INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA; INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS; INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO; OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUÇÃO; APLICAÇÃO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES; SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL; MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS; INSTALAÇÃO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISÓRIAS E ARMÁRIOS EMBUTIDOS DE QUALQUER MATERIAL; MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E OUTRAS ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS; SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO MECÂNICA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES; SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES; COMÉRCIO POR ATACADO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES; COMÉRCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES; COMÉRCIO ATACADISTA DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE; PARTES E PEÇAS; COMÉRCIO VAREJISTA DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA; COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO; COMÉRCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS; COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS; COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA; COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO; COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ILUMINAÇÃO; COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA APARELHOS ELETROELETRÔNICOS

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=CZGyJT29Mae8b-olpVG_q4_7JTUoW0LdM1UQiSoUEJ4
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 66500974204-CLEBER GUIMARAES CARDOSO

Fls. 78
Rubrica

PARA USO DOMÉSTICO, EXCETO INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO; COMÉRCIO VAREJISTA DE EMBARCAÇÕES E OUTROS VEÍCULOS RECREATIVOS; PEÇAS E ACESSÓRIOS; ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS; ATIVIDADES DE PRODUÇÃO CINEMATOGRÁFICA, DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE; ALUGUEL DE ANDAIMES; ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORÁRIO, EXCETO ANDAIMES; SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS; REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS; LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR; LOCAÇÃO DE OUTROS MEIOS DE TRANSPORTE NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM CONDUTOR; COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR; COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL; COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL OU ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE; COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇOUGUES; COMÉRCIO VAREJISTA DE DOCES, BALAS, BOMBONS E SEMELHANTES; VCOMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA; TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL; TREINAMENTO EM INFORMÁTICA; ATIVIDADES DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO; LOCAÇÃO DE EMBARCAÇÕES SEM TRIPULAÇÃO, EXCETO PARA FINS RECREATIVOS; ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS RECREATIVOS E ESPORTIVOS; TRANSPORTE MARÍTIMO DE CABOTAGEM - CARGA; TRANSPORTE MARÍTIMO DE CABOTAGEM - PASSAGEIROS; TRANSPORTE POR NAVEGAÇÃO DE TRAVESSIA, MUNICIPAL; TRANSPORTE POR NAVEGAÇÃO DE TRAVESSIA INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL; MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE APARELHOS ELETROMÉDICOS E ELETROTERAPÊUTICOS E EQUIPAMENTOS DE IRRADIAÇÃO; MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE APARELHOS E INSTRUMENTOS DE MEDIDA, TESTE E CONTROLE; MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE; COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS; ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE; AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE; PROMOÇÃO DE VENDAS; MARKETING DIRETO; CONSULTORIA EM PUBLICIDADE; OUTRAS ATIVIDADES DE PUBLICIDADE NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE; COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA; COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO; COMÉRCIO VAREJISTA DE LIVROS; COMÉRCIO VAREJISTA DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL; COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDA..

CNAE FISCAL

4712-1/00 - comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns
5223-1/00 - estacionamento de veículos
5911-1/99 - atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente
5091-2/02 - transporte por navegação de travessia, intermunicipal
5091-2/01 - transporte por navegação de travessia, municipal
5011-4/02 - transporte marítimo de cabotagem - passageiros
5011-4/01 - transporte marítimo de cabotagem - carga
4789-0/05 - comércio varejista de produtos saneantes domissanitários

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=CZGyJT29Mae8b-olpVQ_q4_7JTUoW0LdM1UQiSoUEJ4
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 66500974204-CLEBER GUIMARAES CARDOSO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 79
Rubrica

4772-5/00 - comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
4763-6/05 - comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos; peças e acessórios
4761-0/03 - comércio varejista de artigos de papelaria
4761-0/01 - comércio varejista de livros
4757-1/00 - comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação
4755-5/02 - comercio varejista de artigos de armarinho
4754-7/03 - comércio varejista de artigos de iluminação
4753-9/00 - comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
4751-2/01 - comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
4744-0/99 - comércio varejista de materiais de construção em geral
7721-7/00 - aluguel de equipamentos recreativos e esportivos
9511-8/00 - reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos
9001-9/06 - atividades de sonorização e de iluminação
8599-6/04 - treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
8599-6/03 - treinamento em informática
8230-0/01 - serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
8129-0/00 - atividades de limpeza não especificadas anteriormente
7739-0/03 - aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes
7732-2/02 - aluguel de andaimes
4744-0/03 - comércio varejista de materiais hidráulicos
7719-5/99 - locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor
7719-5/01 - locação de embarcações sem tripulação, exceto para fins recreativos
7711-0/00 - locação de automóveis sem condutor
7319-0/99 - outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente
7319-0/04 - consultoria em publicidade
7319-0/03 - marketing direto
7319-0/02 - promoção de vendas
7311-4/00 - agências de publicidade
4213-8/00 - obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
4330-4/05 - aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores
4330-4/04 - serviços de pintura de edifícios em geral
4330-4/02 - instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material
4329-1/04 - montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos
4322-3/02 - instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração
4322-3/01 - instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
4321-5/00 - instalação e manutenção elétrica
4299-5/01 - construção de instalações esportivas e recreativas
4330-4/99 - outras obras de acabamento da construção
4120-4/00 - construção de edifícios
3319-8/00 - manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente
3317-1/02 - manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer
3317-1/01 - manutenção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes
3312-1/03 - manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação
3312-1/02 - manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=CZGyJT29Mae8b-olpVQ_q4_7JTUcW0LdM1UQiSoUEJ4
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 66500974204-CLEBER GUIMARAES CARDOSO



1822-9/99 - serviços de acabamentos gráficos, exceto encadernação e plastificação
4651-6/01 - comércio atacadista de equipamentos de informática
4744-0/01 - comércio varejista de ferragens e ferramentas
4742-3/00 - comércio varejista de material elétrico
4741-5/00 - comércio varejista de tintas e materiais para pintura
4729-6/99 - comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
4723-7/00 - comércio varejista de bebidas
4722-9/01 - comércio varejista de carnes - açougues
4721-1/04 - comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes
4669-9/99 - comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças
1822-9/01 - serviços de encadernação e plastificação
4649-4/08 - comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
4646-0/02 - comércio atacadista de produtos de higiene pessoal
4530-7/03 - comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
4530-7/01 - comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores
4520-0/07 - serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores
4520-0/01 - serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores
4399-1/02 - montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias

DA RATIFICAÇÃO E FORO

CLÁUSULA SEGUNDA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece em CAMETÁ - PA.

CLÁUSULA TERCEIRA. As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

O sócio lavra o presente instrumento.

CAMETÁ - PA, 27 de abril de 2026.

CLEBER GUIMARAES CARDOSO

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=CZGyTT29Mae8b-olpVG_q4_7JTUoW0LdM1UQiSoUEJ4
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 66500974204-CLEBER GUIMARAES CARDOSO

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

JUCEPA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	CG PRIME SOLUCOES LTDA
PROTOCOLO	269270140 - 27/04/2026
ATO	002 - ALTERAÇÃO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 15202675168
CNPJ 66.281.971/0001-65
CERTIFICO O REGISTRO EM 30/04/2026
SOB N: 20001095578

SIGNATÁRIO(S) QUE ASSINOU(ASSINARAM) DIGITALMENTE

Cpf: 66500974204 - CLEBER GUIMARAES CARDOSO - Assinado em 27/04/2026 às 20:47:27

Este ato arquivado na JUCEPA contém 05 páginas, sendo esta página integrante do documento registrado.

Junta Comercial do Estado do Pará
Certifico o Registro em 30/04/2026
Arquivamento: 20001095578. Protocolo: 269270140 de 27/04/2026. NIRE: 15202675168
Nome da empresa CG PRIME SOLUCOES LTDA
Este documento pode ser verificado em https://regin.jucepa.pa.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela: 138868309698450
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/04/2026
por KARLA DA COSTA DIAS - Secretário(a) Geral

SÃO DE LICITAÇÃO
82
Rubrica



Fls. 83

PORTARIA Nº 054-A/2026 – GAB/CMOP, DE 30 DE ABRIL DE 2026.

Designa servidores para atuar como Agente de Contratação e como membros da Comissão de Contratação e da Equipe de Apoio, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21 e com o Decreto Legislativo nº 01, de 19 de janeiro de 2024.

A EXMA. SRA. ANDREIA CALAZÃO VEIGA – Presidente da Câmara Municipal de Oeiras do Pará, Estado do Pará, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA.

CONSIDERANDO que a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, já se encontra em vigor e regula todas as licitações e contratos da administração pública direta e indireta, e suas autarquias federais;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 6º, L e LX, 7º, 8º da Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Legislativo nº 01, de 19 de janeiro de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica(m) nomeado(s) para atuar(em) como Agente de Contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Legislativo nº 01, de 19 de janeiro de 2024 no âmbito do Poder Legislativo de Oeiras do Pará/PA, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais nas áreas de que trata a Lei Federal nº 14.133, de 2021, o seguinte(s) servidor(es):

a) ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO, matrícula: 000060

Parágrafo único: Em licitação na modalidade pregão, a agente responsável pela condução do certame será o(a) servidor(a) **EDUARDA SARGES PEREIRA, matrícula 0030** designado(a) como Pregoeiro(a), e, em caso de substituição, observar-se-á a ordem acima.

DA NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO

Fl. 84
Rubrica

Art. 2° - Ficam nomeados para comporem a Equipe de Apoio nos termos da Lei nº 14.133/2021 os seguintes servidores:

a) THIAGO FERNANDO NASCIMENTO DA SILVA, matrícula 0017;

b) DANIEL MENDES DA COSTA, matrícula 0041.

Parágrafo Único. Compete à Equipe de Apoio auxiliar o agente de contratação no exercício de suas atribuições, em todo o processamento e julgamento das habilitações preliminares e propostas apresentadas pelos licitantes nos certames licitatórios instaurados, desde a elaboração dos instrumentos convocatórios de licitações, incluindo minuta de contrato, até o encaminhamento do processo devidamente instruído e concluído à autoridade superior, visando a homologação e a contratação, quando regidos pela Lei nº 14.133/2021.

DA NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Art. 3° - Ficam nomeados para comporem a Comissão de Contratação nos termos da Lei nº 14.133/2021 os seguintes servidores:

a) ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO, matrícula: 000060;

b) FRANCY DE MELO MACIEL, matrícula 0056;

c) OCILENO BARREIRO AFONSO, matrícula 0031.

§1º. Nas licitações na modalidade diálogo competitivo e concurso, nas contratações que envolvam bens ou serviços especiais e nos procedimentos auxiliares de credenciamento, pré-qualificação, manifestação de interesse e de registro cadastral previstos no artigo 78 da Lei Federal nº 14.1033/21, poderão ser designadas Comissão de Contratação específicas, inclusive com indicações de servidores que não estão designados no 'caput'.

§2º. A composição da Comissão de Contratação será sempre quantidade ímpar, devendo a autoridade competente indicar o servidor que exercerá a sua presidência.

§3º. A Comissão de Contratação deverá se reunir com o 'quórum' mínimo de 3 (três) membros, sempre em quantidade ímpar.

Art. 4º - Integram o rol de atribuições do (a) Agente de Contratação a tomada de decisões, o acompanhamento do trâmite da licitação, o impulsionamento do processo licitatório e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação e das contratações diretas, incluindo a solicitação de emissão de pareceres técnicos e jurídicos, para subsidiar as suas decisões.

§1º. O (A) Agente de Contratação convocará os membros da equipe de apoio quando necessário e delegará as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações municipais.

§2º. É facultado ao Agente de Contratação ou o Pregoeiro(a) convocar servidores públicos efetivos, que possuam conhecimento técnico acerca do objeto da licitação, para auxiliarem nos atos dos certames.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revoga-se todas as outras disposições em contrário.

Art. 7° - Dê-se ciência ao(s) servidor (es). Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA, 30 de Abril de 2026.

ANDREIA CALAZAO VEIGA:03641454204 Assinado de forma digital por ANDREIA CALAZAO VEIGA:03641454204

ANDREIA CALAZÃO VEIGA
Presidente da Câmara Municipal de Oeiras do Pará

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 36 RUBRICA

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: DISPENSA Nº 7/2026-010610-C

REQUERENTE: Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA

AUTUAÇÃO

Hoje, nesta cidade, na Sala da Comissão de Licitação, AUTUO o processo licitatório que adiante se vê, do que para constar, lavrei este termo. Eu, ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO, Agente de Contratação, o subscrevo.

Oeiras do Pará - PA, 08 de junho de 2026

ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO:04786735230 Assinado de forma digital por ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO:04786735230

ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO
Agente de Contratação

Fls. 82
Rubrica

RAZÃO DA ESCOLHA DO PRESTADOR DE SERVIÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 72026010610C
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2026-010610-C
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS, ESCÂNERES E COMPONENTES PERIFÉRICOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ/PA.

JUSTIFICATIVA

A escolha da empresa **CG PRIME SOLUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **66.281.971/0001-65**, para execução do objeto em referência, fundamenta-se na necessidade de garantir a continuidade do funcionamento dos equipamentos de impressão, digitalização e demais componentes periféricos utilizados pela Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA no desenvolvimento de suas atividades administrativas e legislativas.

A contratação pretendida compreende a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de impressoras, escâneres e componentes periféricos, incluindo diagnóstico técnico, inspeção, limpeza, ajustes, reparos, substituição de componentes quando necessária e demais procedimentos indispensáveis ao adequado funcionamento dos equipamentos pertencentes à Câmara Municipal.

A escolha da empresa justifica-se pelo fato de a proposta apresentada atender às necessidades da Administração, contemplando os serviços necessários à execução integral do objeto, com valor compatível com os parâmetros de mercado apurados na pesquisa de preços realizada por meio da plataforma Licitanet e do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, conforme documentos constantes nos autos do processo.

O valor global apresentado pela empresa é de R$ 58.930,40 (cinquenta e oito mil, novecentos e trinta reais e quarenta centavos), demonstrando compatibilidade com os preços praticados no mercado para serviços da mesma natureza e atendendo aos princípios da economicidade e da vantajosidade para a Administração Pública.

A escolha da contratada também se justifica pela compatibilidade de sua atividade econômica com o objeto pretendido, pela capacidade de atendimento da demanda da Câmara Municipal e pela comprovação das condições de habilitação exigidas para a contratação.

A proposta apresentada pela empresa contempla:

1. *Serviços de manutenção preventiva de impressoras, escâneres e componentes periféricos;*
2. *Serviços de manutenção corretiva de impressoras, escâneres e componentes periféricos;*
3. *Diagnóstico técnico dos equipamentos e identificação de falhas operacionais;*
4. *Limpeza técnica, ajustes, regulagens e testes de funcionamento dos equipamentos;*
5. *Substituição de peças e componentes, quando necessária à recuperação dos equipamentos;*

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente contratação direta encontra amparo no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que admite a dispensa de licitação para contratação que envolva valores inferiores aos limites legalmente estabelecidos para outros serviços e compras, observadas as atualizações normativas aplicáveis.

Art. 75. É dispensável a licitação: (...)
II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Ressalta-se que o limite legal previsto no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 deve observar as atualizações realizadas por decreto federal, quando aplicável, devendo o processo demonstrar que o valor da contratação permanece dentro do limite vigente para a contratação direta por dispensa de licitação.
Além disso, a instrução do processo observa os requisitos previstos no art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quanto à formalização da demanda, estimativa da despesa, demonstração da compatibilidade do preço com o mercado, razão da escolha do contratado, justificativa do preço e comprovação da habilitação do fornecedor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, verifica-se que a escolha da empresa **CG PRIME SOLUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **66.281.971/0001-65**, mostra-se adequada e devidamente justificada, considerando que a proposta apresentada atende às necessidades da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA e contempla os serviços essenciais à manutenção e conservação dos equipamentos objeto da contratação.
A contratação permitirá maior eficiência operacional, redução de interrupções nos serviços administrativos, ampliação da vida útil dos equipamentos e melhor aproveitamento dos recursos públicos, assegurando o atendimento ao interesse público.
Assim, restam demonstradas a compatibilidade da proposta com o objeto, a regularidade documental da empresa e a adequação da escolha do fornecedor, em observância aos princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, interesse público e seleção da proposta mais vantajosa, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

Oeiras do Pará - PA, 09 de junho de 2026.

ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO:04786735230
Assinado de forma digital por ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO:04786735230

ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
89
Rubrica

JUSTIFICATIVA DE PREÇO

(Art. 72, inciso VII, da Lei Federal n° 14.133/2021)

Em atendimento ao disposto no artigo 72, inciso VII, da Lei Federal nº 14.133/2021, apresenta-se a presente Justificativa de Preço referente à contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção de impressoras, escâneres e componentes periféricos, destinados ao atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA.

A Administração realizou levantamento de preços visando verificar a compatibilidade dos valores praticados no mercado para serviços da mesma natureza, observando os parâmetros estabelecidos no artigo 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

pesquisa de preços foi realizada mediante consultas junto à plataforma Licitanet e ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, utilizando-se contratações similares realizadas por órgãos e entidades da Administração Pública, bem como demais fontes aptas a demonstrar a realidade mercadológica do objeto pretendido.

Após a consolidação dos dados obtidos, verificou-se que o valor apresentado pela empresa **CG PRIME SOLUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ nº **66.281.971/0001-65**, encontra-se compatível com os preços praticados no mercado para a execução dos serviços objeto da contratação.

A proposta comercial apresentada pela referida empresa perfaz o **valor global de R$ 58.930,40** (cinquenta e oito mil, novecentos e trinta reais e quarenta centavos), contemplando todos os serviços previstos no Termo de Referência e atendendo integralmente às necessidades da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA.

A análise comparativa dos preços pesquisados demonstra que o valor ofertado mostra-se adequado, razoável e vantajoso para a Administração, observando os princípios da economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

Cumpre destacar que a proposta apresentada contempla todos os custos necessários à perfeita execução do objeto, incluindo mão de obra, deslocamentos, ferramentas, equipamentos, encargos trabalhistas, previdenciários, tributários e demais despesas diretas e indiretas relacionadas à prestação dos serviços.

Dessa forma, conclui-se que o valor proposto pela empresa **CG PRIME SOLUÇÕES LTDA** encontra-se compatível com os preços praticados no mercado, atendendo aos requisitos legais para a contratação direta por dispensa de licitação, especialmente aqueles previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

Diante da pesquisa de preços realizada e da análise dos documentos constantes nos autos, resta demonstrado que o valor global de R$ 58.930,40 (cinquenta e oito mil, novecentos e trinta reais e quarenta centavos) apresentado pela empresa CG PRIME SOLUÇÕES LTDA é compatível com os preços praticados no mercado, revelando-se adequado e vantajoso para a Administração.

Oeiras do Pará - PA, 09 de junho de 2026.

ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO:04786735230

Assinado de forma digital por ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO:04786735230

ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

SESSÃO DE VOTAÇÃO
90
RUBRICA

ANEXOS DA PESQUISA DE PREÇOS

Os documentos a seguir compõem os elementos de suporte utilizados para a formação da estimativa de preços e para a análise da compatibilidade do valor proposto com os parâmetros de mercado, no âmbito do Processo Administrativo nº 72026010610C.

A organização dos anexos tem por finalidade facilitar a conferência documental, a análise jurídica, o controle interno e eventual fiscalização pelos órgãos de controle externo.

ÍNDICE DOS ANEXOS

ANEXO	DOCUMENTO	FINALIDADE	VALOR REFERENCIAL
ANEXO I	Relatórios de Pesquisa de Preços - Licitanet: manutenção preventiva e corretiva.	Referência de preços para serviços de manutenção preventiva e corretiva em impressoras.	Conforme médias unitárias dos relatórios
ANEXO II	Proposta comercial da empresa CG PRIME SOLUÇÕES LTDA.	Documento apresentado pela empresa selecionada, contemplando serviços, quantitativos e valor global ofertado.	R$ 58.930,40

Observação: os valores referenciais indicados possuem finalidade de balizamento e comparação, devendo ser analisados conforme as especificações de cada item, as condições de execução e os quantitativos constantes no processo.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
92
Rubrica

ANEXO I

Relatórios de Pesquisa de Preços - Licitanet

Valores utilizados como referência: médias unitárias constantes dos relatórios anexos

Documentos utilizados como referência para composição dos preços dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de impressoras laser Brother e impressoras jato de tinta Epson, conforme pesquisas realizadas na plataforma Licitanet.



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ

Pesquisa de Preço

LICITANET

Orgão	Item	Data Homolog.	QTD	Unidade	Preço Orçado Unit.	Preço Homologado Unit.	Fornecedor	Cidade
MUNICIPIO DE AUTAZES/ AM Processo - 39/2025	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE IMPRESSORA, Descrição: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de manutenção preventiva e/ou corretiva em impressora, com reposição de peças, para impressora Brother DCP L5652DN. **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	25/11/2025	8,00	UND	605,00	605,00	V L ASSITENCIA TECNICA LTDA CNPJ - 61.250.937/0001-00	Autazes - AM
MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO/RO Processo - 17/2026	MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE IMPRESSORA - BROTHER DCP 5652DN **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	15/04/2026	141,00	SERV	363,33	341,83	NET WAY PROVEDOR DE INTERNET DE CACOAL LTDA ME CNPJ - 07.924.894/0001-55	Cacoal - RO
MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO/RO Processo - 17/2026	MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE IMPRESSORA - BROTHER DCP - L5662DN **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	15/04/2026	24,00	SERV	233,50	218,32	NET WAY PROVEDOR DE INTERNET DE CACOAL LTDA ME CNPJ - 07.924.894/0001-55	Cacoal - RO

Média dos Preços Orçado

R$ 400,61

Média dos Preços Homologado

R$ 388,38

Data do Relatório

03/06/2026

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
94
Rubrica

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ

Pesquisa de Preço

LICITANET

Orgão	Item	Data Homolog.	QTD	Unidade	Preço Orçado Unit.	Preço Homologado Unit.	Fornecedor	Cidade
MUNICÍPIO DE BRAGANÇA/PA Processo - 066/2025	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE IMPRESSORA BROTHER 2520, 200G, PARA 6.500 COPIAS. **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	11/07/2025	220,00	Serviços	302,30	151,15	58.354.262 LTDA CNPJ - 58.354.262/0001-34	Marituba - PA
MUNICÍPIO DE BRAGANÇA/PA Processo - 107/2025	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA: Especificação: IMPRESSORA BROTHER DCP - L2520DW, 200G, PARA 6.500 CÓPIAS. **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	19/11/2025	34,00	Serviço	203,62	122,17	CANTINHO DO PAPEL LTDA CNPJ - 33.103.708/0001-27	Bragança - PA
MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO/RO Processo - 17/2026	MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE IMPRESSORA- IMPRESSORA BROTHER DCP-L 2520DW **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	15/04/2026	6,00	SERV	363,33	341,83	NET WAY PROVEDOR DE INTERNET DE CACOAL LTDA ME CNPJ - 07.924.894/0001-55	Cacoal - RO

Média dos Preços Orçado

R$ 289,75

Média dos Preços Homologado

R$ 205,05

Data do Relatório

03/06/2026

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 93
Rubrica

CÂMARA MUNICIPAL DE OBRAS DO PARÁ

Pesquisa de Preço

LICITANET

Orgão	Item	Data Homolog.	QTD	Unidade	Preço Orçado Unit.	Preço Homologado Unit.	Fornecedor	Cidade
MUNICÍPIO DE CAREIRO/AM Processo - 002/2025	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE IMPRESSORA LASER (LIMPEZA, RESET, LUBRIFICAÇÃO E AJUSTES). **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	06/06/2025	300,00	Serviço	251,45	236,75	COPY MASTER COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA CNPJ - 20.110.176/0001-03	Careiro - AM
MUNICÍPIO DE BRAGANÇA/PA Processo - 107/2025	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA: Especificação: IMPRESSORA BROTHER DCP - L2540DW, 200G, PARA 6.500 CÓPIAS. **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	19/11/2025	34,00	Serviço	203,62	122,17	CANTINHO DO PAPEL LTDA CNPJ - 33.103.708/0001-27	Bragança - PA
MUNICIPIO DE OUREM/ PA Processo - 0605/2026	Limpeza e lubrificação geral - Brother **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	12/05/2026	11,00	SERVIÇO	320,00	320,00	RM INFORMATICA LTDA CNPJ - 12.913.722/0001-16	Garrafão do Norte - PA

Média dos Preços Orçado

R$ 258,36

Média dos Preços Homologado

R$ 226,31

Data do Relatório

03/06/2026

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 96
Rubrica

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ

Pesquisa de Preço

LICITANET LICITAÇÕES ELETRÔNICAS 4.0

Orgão	Item	Data Homolog.	QTD	Unidade	Preço Orçado Unit.	Preço Homologado Unit.	Fornecedor	Cidade
MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA D OESTE/RO Processo - 47/2025	SERVICO E MANUTENCAO IMPRESSORA EPSON L3250: - MANUTENCAO PREVENTIVA EPSON L3250-3 - PRESSURIZACAO DO DAMPER - ALINHAMENTO DA CABECA DE IMPRESSAO -SERVICO DE TROCA DO PICKUP-ROLLER -LIMPEZA E LUBRIFICACAO -SERVICO DE TROCA DE KIT DE LIMPEZA -PICKUP ROLLER EPSON L3250 ORIGINAL CABECA DE IMPRESSAO ORIGINAL EPSON L3250 - ALMOFADAS / ESPONJAS EPSO 40L3250 **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	13/10/2025	40,00	SERVICO	733,33	270,83	C G MARCHETTI LTDA CNPJ - 46.756.549/0003-73	Rolim de Moura - RO
MUNICÍPIO DE BRAGANÇA/PA Processo - 107/2025	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA: Especificação: IMPRESSORA EPSON L3250. **Marca:** MARCA PROPRIA **Modelo:** SERVIÇO	19/11/2025	112,00	Serviço	200,83	120,49	CR COMERCIO E SERVICOS LTDA CNPJ - 61.342.683/0001-50	Castanhal - PA
MUNICIPIO DE OUREM/ PA Processo - 0605/2026	Limpeza e lubrificação geral - Epson **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	12/05/2026	9,00	SERVIÇO	220,00	220,00	RM INFORMATICA LTDA CNPJ - 12.913.722/0001-16	Garrafão do Norte - PA

Média dos Preços Orçado

R$ 384,72

Média dos Preços Homologado

R$ 203,77

Data do Relatório

03/06/2026



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ

Pesquisa de Preço

LICITANET

Orgão	Item	Data Homolog.	QTD	Unidade	Preço Orçado Unit.	Preço Homologado Unit.	Fornecedor	Cidade
MUNICÍPIO DE BRAGANÇA/PA Processo - 066/2025	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE IMPRESSORA EPSON L355. **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	11/07/2025	250,00	Serviços	239,67	119,84	58.354.262 LTDA CNPJ - 58.354.262/0001-34	Marituba - PA
MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA/MA Processo - 036/2025	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM IMPRESSORA JATO DE TINTA **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	24/07/2025	250,00	SERVIÇO	97,33	63,70	J. R. OLIVEIRA SANTOS JUNIOR LTDA CNPJ - 05.121.589/0001-08	Barra do Corda - MA
MUNICÍPIO DE BRAGANÇA/PA Processo - 107/2025	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA: Especificação: IMPRESSORA EPSON L355. **Marca:** EPSON **Modelo:** EPSON L355	19/11/2025	59,00	Serviço	200,83	120,49	W C DA SILVA FERREIRA CNPJ - 20.553.670/0001-42	Bragança - PA

Média dos Preços Orçado

R$ 179,28

Média dos Preços Homologado

R$ 101,34

Data do Relatório

03/06/2026



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ

Pesquisa de Preço

LICITANET

Orgão	Item	Data Homolog.	QTD	Unidade	Preço Orçado Unit.	Preço Homologado Unit.	Fornecedor	Cidade
MUNICÍPIO DE OLINDA NOVA DO MARANHÃO/MA Processo - 04/2025	TROCA DO ROLO DE FUSÃO E ROLO DE PRESSÃO DAS IMPRESSORAS BROTHER (TODOS OS MODELOS) **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	01/07/2025	65,00	SERVIÇO	326,67	325,53	W MATOS SANTOS CNPJ - 45.906.760/0001-09	Olinda Nova do Maranhão - MA
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ/RO Processo - 75/2025	SERVIÇOS DE TROCA DE KIT DE ROLO PRESSOR DE TONER **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	06/01/2026	110,00	Serv	90,67	90,50	S. S. DOS SANTOS PEREIRA CNPJ - 09.192.398/0001-80	São Francisco do Guaporé - RO
MUNICÍPIO DE MACHADINHO D` OESTE/RO Processo - 11/2026	serviço de manutenção com fornecimento da peça ROLO DE PRESSÃO compatível com a impressora BROTHER DCP-5652DN **Marca:** 6L **Modelo:** BROTHER	12/05/2026	43,00	SERV	225,00	223,47	ADEMIR DA CRUZ LTDA CNPJ - 01.644.217/0001-05	Machadinho d'Oeste - RO

Média dos Preços Orçado

R$ 214,11

Média dos Preços Homologado

R$ 213,17

Data do Relatório

03/06/2026



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ

Pesquisa de Preço

LICITANET

Orgão	Item	Data Homolog.	QTD	Unidade	Preço Orçado Unit.	Preço Homologado Unit.	Fornecedor	Cidade
MUNICÍPIO DE OLINDA NOVA DO MARANHÃO/MA Processo - 04/2025	TROCA DO ROLO DE FUSÃO E ROLO DE PRESSÃO DAS IMPRESSORAS BROTHER (TODOS OS MODELOS) **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	01/07/2025	65,00	SERVIÇO	326,67	325,53	W MATOS SANTOS CNPJ - 45.906.760/0001-09	Olinda Nova do Maranhão - MA
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO PEIXE/PI Processo - 016/2025	Substituição com fornecimento de rolo de fusão da impressora Brother, todos os modelos. **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	11/12/2025	40,00	Serviço	103,33	102,10	COMERCIAL EQIP LTDA. CNPJ - 00.113.110/0001-60	Teresina - PI
MUNICIPIO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO/ AM Processo - 016/2026	SUBSTITUIÇÃO DE KIT PELÍCULA E ROLO DE FUSOR BROTHER **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	08/06/2026	30,00	SERVIÇO	507,52	494,07	AMAZON TECHINFO & SOLUTIONS LTDA CNPJ - 40.492.345/0001-24	Presidente Figueiredo - AM

Média dos Preços Orçado

R$ 312,51

Média dos Preços Homologado

R$ 307,23

Data do Relatório

03/06/2026



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ

Pesquisa de Preço

LICITANET

Orgão	Item	Data Homolog.	QTD	Unidade	Preço Orçado Unit.	Preço Homologado Unit.	Fornecedor	Cidade
MUNICÍPIO DE OLINDA NOVA DO MARANHÃO/MA Processo - 04/2025	RECARGA DE TONER UNIVERSAL PARA IMPRESSORAS BROTHER (1060,2540DW,8157DN,5652DN). **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	01/07/2025	120,00	RECARGA	84,67	84,37	W MATOS SANTOS CNPJ - 45.906.760/0001-09	Olinda Nova do Maranhão - MA

Média dos Preços Orçado

R$ 84,67

Média dos Preços Homologado

R$ 84,37

Data do Relatório

03/06/2026

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 101
Rubrica

CÂMARA MUNICIPAL DE OBIRAS DO PARÁ

Pesquisa de Preço

LICITANET

Orgão	Item	Data Homolog.	QTD	Unidade	Preço Orçado Unit.	Preço Homologado Unit.	Fornecedor	Cidade
MUNICÍPIO DE BRAGANÇA/PA Processo - 107/2025	TONER: Especificação: IMPRESSORA BROTHER DCP - L5652DN **Marca:** OCP **Modelo:** OCP	19/11/2025	48,00	Serviço	180,00	108,00	CANTINHO DO PAPEL LTDA CNPJ - 33.103.708/0001-27	Bragança - PA
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO PEIXE/PI Processo - 017/2025	Serviços de recarga Toner para Brother Linha DCP **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	11/12/2025	100,00	Serviço	66,67	58,04	COMERCIAL EQIP LTDA. CNPJ - 00.113.110/0001-60	Teresina - PI

Média dos Preços Orçado

R$ 123,34

Média dos Preços Homologado

R$ 83,02

Data do Relatório

03/06/2026

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 302
Rubrica

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ

Pesquisa de Preço

LICITANET
LICITAÇÕES ELETRÔNICAS 4.0

Orgão	Item	Data Homolog.	QTD	Unidade	Preço Orçado Unit.	Preço Homologado Unit.	Fornecedor	Cidade
MUNICÍPIO DE OLINDA NOVA DO MARANHÃO/MA Processo - 04/2025	SERVIÇO DE TROCA DE CILINDRO IMPRESSORAS BROTHER (TODOS OS MODELOS). **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	01/07/2025	45,00	SERVIÇO	39,67	39,53	W MATOS SANTOS CNPJ - 45.806.760/0001-09	Olinda Nova do Maranhão - MA
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO PEIXE/PI Processo - 016/2025	Substituição com fornecimento de Cilindro da copiadora Brother, todos os modelos. **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	11/12/2025	30,00	Serviço	55,00	54,35	COMERCIAL EQIP LTDA. CNPJ - 00.113.110/0001-60	Teresina - PI
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ/RO Processo - 75/2025	SERVIÇOS DE TROCA DE CILINDRO DE TONER **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	06/01/2026	200,00	Serv	88,33	44,00	S. S. DOS SANTOS PEREIRA CNPJ - 09.192.398/0001-80	São Francisco do Guaporé - RO

Média dos Preços Orçado	Média dos Preços Homologado	Data do Relatório
R$ 61,00	R$ 45,96	03/06/2026

FLS. 103 Rubrica

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ

Pesquisa de Preço

LICITANET

Orgão	Item	Data Homolog.	QTD	Unidade	Preço Orçado Unit.	Preço Homologado Unit.	Fornecedor	Cidade
MUNICÍPIO DE OLINDA NOVA DO MARANHÃO/MA Processo - 04/2025	TROCA DO ROLO DE FUSÃO E ROLO DE PRESSÃO DAS IMPRESSORAS BROTHER (TODOS OS MODELOS) **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	01/07/2025	85,00	SERVIÇO	326,67	325,53	W MATOS SANTOS CNPJ - 45.906.760/0001-09	Olinda Nova do Maranhão - MA
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ/RO Processo - 75/2025	SERVIÇOS DE TROCA DE KIT DE ROLO PRESSOR DE TONER **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	06/01/2026	110,00	Serv	90,67	90,50	S. S. DOS SANTOS PEREIRA CNPJ - 09.192.398/0001-80	São Francisco do Guaporé - RO
MUNICÍPIO DE MACHADINHO D` OESTE/RO Processo - 11/2026	serviço de manutenção com fornecimento da peça ROLO DE PRESSÃO compatível com a impressora BROTHER L8157-DN **Marca:** IOTEC **Modelo:** BROTHER	12/05/2026	2,00	SERV	250,00	249,14	ADEMIR DA CRUZ LTDA CNPJ - 01.644.217/0001-05	Machadinho d'Oeste - RO

Média dos Preços Orçado

R$ 222,45

Média dos Preços Homologado

R$ 221,72

Data do Relatório

03/06/2026

DE LICITAÇÃO
Fls. 104
Rubrica

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ

Pesquisa de Preço

LICITANET

Orgão	Item	Data Homolog.	QTD	Unidade	Preço Orçado Unit.	Preço Homologado Unit.	Fornecedor	Cidade
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO PEIXE/PI Processo - 016/2025	Substituição com fornecimento de rolo de fusão da impressora Brother, todos os modelos. **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	11/12/2025	40,00	Serviço	103,33	102,10	COMERCIAL EQIP LTDA. CNPJ - 00.113.110/0001-60	Teresina - PI
MUNICÍPIO DE MACHADINHO D' OESTE/RO Processo - 11/2026	serviço de manutenção com fornecimento da peça rolo fusor compatível com a impressora BROTHER DCP-L2540DW **Marca:** IOTEC **Modelo:** 2540	12/05/2026	3,00	SERV	175,00	174,16	ADEMIR DA CRUZ LTDA CNPJ - 01.644.217/0001-05	Machadinho d'Oeste - RO
MUNICIPIO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO/ AM Processo - 016/2026	SUBSTITUIÇÃO DE KIT PELÍCULA E ROLO DE FUSOR BROTHER **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	08/06/2026	30,00	SERVIÇO	507,52	494,07	AMAZON TECHINFO & SOLUTIONS LTDA CNPJ - 40.492.345/0001-24	Presidente Figueiredo - AM

Média dos Preços Orçado

R$ 261,95

Média dos Preços Homologado

R$ 256,78

Data do Relatório

03/06/2026

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 105
Rubrica

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ

Pesquisa de Preço

LICITANET LICITAÇÕES ELETRÔNICAS 4.0

Orgão	Item	Data Homolog.	QTD	Unidade	Preço Orçado Unit.	Preço Homologado Unit.	Fornecedor	Cidade
MUNICÍPIO DE BRAGANÇA/PA Processo - 107/2025.	RECARGA DE TONER: Especificação: BROTHER DCP L2540DW, PREMIUM LASER TONER CARTRIDGE TN2340 **Marca:** MARCA PRORIA **Modelo:** SERVIÇO	19/11/2025	156,00	Serviço	91,67	55,00	SOUSA COMERCIO E SERVICOS LTDA CNPJ - 61.605.664/0001-79	Castanhal - PA
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO PEIXE/PI Processo - 017/2025	Serviços de recarga Toner para Brother Linha DCP **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	11/12/2025	100,00	Serviço	66,67	58,04	COMERCIAL EQIP LTDA. CNPJ - 00.113.110/0001-60	Teresina - PI
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA - BA Processo - 001/2026	Recarga de Cartucho para impressoras BROTHER englobando todas as linhas a base de Tonner preto **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	08/04/2026	50,00	Serviço	50,11	50,00	L B INDUSTRIA E COMERCIO GRAFICA LTDA CNPJ - 00.660.005/0001-02	Santana - BA

Média dos Preços Orçado

R$ 69,48

Média dos Preços Homologado

R$ 54,35

Data do Relatório

03/06/2026

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 306
Rubrica

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ

Pesquisa de Preço

LICITANET

Orgão	Item	Data Homolog.	QTD	Unidade	Preço Orçado Unit.	Preço Homologado Unit.	Fornecedor	Cidade
MUNICÍPIO DE OLINDA NOVA DO MARANHÃO/MA Processo - 04/2025	SERVIÇO DE TROCA DE CILINDRO IMPRESSORAS BROTHER (TODOS OS MODELOS). **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	01/07/2025	45,00	SERVIÇO	39,67	39,53	W MATOS SANTOS CNPJ - 45.906.760/0001-09	Olinda Nova do Maranhão - MA
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO PEIXE/PI Processo - 016/2025	Substituição com fornecimento de Cilindro da copiadora Brother, todos os modelos. **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	11/12/2025	30,00	Serviço	55,00	54,35	COMERCIAL EQIP LTDA. CNPJ - 00.113.110/0001-60	Teresina - PI
MUNICÍPIO DE MIRANTE/BA Processo - 001/2026	SERVIÇO DE REMANUFATURA DE TONER / CILINDRO BROTHER 3442 **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	04/03/2026	120,00	Serviço	90,30	45,10	I. D. - INFORMATICA E SERVICOS LTDA CNPJ - 04.024.805/0001-26	Vitória da Conquista - BA

Média dos Preços Orçado

R$ 61,66

Média dos Preços Homologado

R$ 46,33

Data do Relatório

03/06/2026

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 302
Rubrica

OEIRAS DO PARÁ

Pesquisa de Preço

LICITANET

Orgão	Item	Data Homolog.	QTD	Unidade	Preço Orçado Unit.	Preço Homologado Unit.	Fornecedor	Cidade
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO PEIXE/PI Processo - 016/2025	Substituição com fornecimento de rolo de pressão da impressora Brother, todos os modelos. **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	11/12/2025	30,00	Serviço	143,33	141,60	COMERCIAL EQIP LTDA. CNPJ - 00.113.110/0001-60	Teresina - PI
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ/RO Processo - 75/2025	SERVIÇOS DE TROCA DE KIT DE ROLO PRESSOR DE TONER **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	06/01/2026	110,00	Serv	90,67	90,50	S. S. DOS SANTOS PEREIRA CNPJ - 09.192.398/0001-80	São Francisco do Guaporé - RO
MUNICÍPIO DE MACHADINHO D' OESTE/RO Processo - 11/2026	serviço de manutenção com fornecimento da peça ROLO DE PRESSÃO compatível com a impressora BROTHER DCP-L2540DW **Marca:** IOTEC **Modelo:** DCPL-2540	12/05/2026	3,00	SERV	160,00	159,23	ADEMIR DA CRUZ LTDA CNPJ - 01.644.217/0001-05	Machadinho d'Oeste - RO

Média dos Preços Orçado

R$ 131,33

Média dos Preços Homologado

R$ 130,44

Data do Relatório

03/06/2026

Fls. 108

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ

Pesquisa de Preço

LICITANET

Orgão	Item	Data Homolog.	QTD	Unidade	Preço Orçado Unit.	Preço Homologado Unit.	Fornecedor	Cidade
MUNICÍPIO DE OLINDA NOVA DO MARANHÃO/MA Processo - 04/2025	TROCA DO ROLO DE FUSÃO E ROLO DE PRESSÃO DAS IMPRESSORAS BROTHER (TODOS OS MODELOS) **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	01/07/2025	65,00	SERVIÇO	326,67	325,53	W MATOS SANTOS CNPJ - 45.906.760/0001-09	Olinda Nova do Maranhão - MA
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO PEIXE/PI Processo - 016/2025	Substituição com fornecimento de rolo de fusão da impressora Brother, todos os modelos. **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	11/12/2025	40,00	Serviço	103,33	102,10	COMERCIAL EQIP LTDA. CNPJ - 00.113.110/0001-60	Teresina - PI
MUNICÍPIO DE MACHADINHO D' OESTE/RO Processo - 11/2026	serviço de manutenção com fornecimento da peça rolo fusor compatível com a impressora BROTHER DCP-L2540DW **Marca:** IOTEC **Modelo:** 2540	12/05/2026	3,00	SERV	175,00	174,16	ADEMIR DA CRUZ LTDA CNPJ - 01.644.217/0001-05	Machadinho d'Oeste - RO

Média dos Preços Orçado

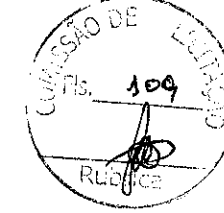
R$ 201,67

Média dos Preços Homologado

R$ 200,60

Data do Relatório

03/06/2026



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ

Pesquisa de Preço

LICITANET

Orgão	Item	Data Homolog.	QTD	Unidade	Preço Orçado Unit.	Preço Homologado Unit.	Fornecedor	Cidade
MUNICÍPIO DE BRAGANÇA/PA Processo - 107/2025	RECARGA DE TONER: Especificação: BROTHER DCP L2540DW, PREMIUM LASER TONER CARTRIDGE TN2340 **Marca:** MARCA PRORIA **Modelo:** SERVIÇO	19/11/2025	156,00	Serviço	91,67	55,00	SOUSA COMERCIO E SERVICOS LTDA CNPJ - 61.605.664/0001-79	Castanhal - PA
MUNICIPIO DE RIBEIRA DO AMPARO/BA Processo - 038/2025	RECARGA DE TONER - IMPRESSORA A LASER GRANDE PORTE . **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	19/11/2025	276,00	SERVIÇO	93,07	46,54	MARCELO DA SILVA CARVALHO LTDA CNPJ - 47.912.819/0001-99	Ribeira do Pombal - BA
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO PEIXE/PI Processo - 017/2025	Serviços de recarga Toner para Brother Linha DCP **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	11/12/2025	100,00	Serviço	66,67	58,04	COMERCIAL EQIP LTDA. CNPJ - 00.113.110/0001-60	Teresina - PI

Média dos Preços Orçado

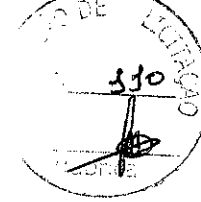
R$ 83,80

Média dos Preços Homologado

R$ 53,19

Data do Relatório

03/06/2026



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ

Pesquisa de Preço

LICITANET

Orgão	Item	Data Homolog.	QTD	Unidade	Preço Orçado Unit.	Preço Homologado Unit.	Fornecedor	Cidade
MUNICÍPIO DE OLINDA NOVA DO MARANHÃO/MA Processo - 04/2025	SERVIÇO DE TROCA DE CILINDRO IMPRESSORAS BROTHER (TODOS OS MODELOS). **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	01/07/2025	45,00	SERVIÇO	39,67	39,53	W MATOS SANTOS CNPJ - 45.906.760/0001-09	Olinda Nova do Maranhão - MA
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO PEIXE/PI Processo - 016/2025	Substituição com fornecimento de Cilindro da copiadora Brother, todos os modelos. **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	11/12/2025	30,00	Serviço	55,00	54,35	COMERCIAL EQIP LTDA. CNPJ - 00.113.110/0001-60	Teresina - PI
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ/RO Processo - 75/2025	SERVIÇOS DE TROCA DE CILINDRO DE TONER **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	06/01/2026	200,00	Serv	88,33	44,00	S. S. DOS SANTOS PEREIRA CNPJ - 09.192.398/0001-80	São Francisco do Guaporé - RO

Média dos Preços Orçado

R$ 61,00

Média dos Preços Homologado

R$ 45,96

Data do Relatório

03/06/2026



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ

Pesquisa de Preço

LICITANET

Orgão	Item	Data Homolog.	QTD	Unidade	Preço Orçado Unit.	Preço Homologado Unit.	Fornecedor	Cidade
MUNICÍPIO DE OLINDA NOVA DO MARANHÃO/MA Processo - 04/2025	TROCA DE CABEÇA DE IMPRESSAO EPSON **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	01/07/2025	45,00	SERVIÇOS	573,29	571,39	W MATOS SANTOS CNPJ - 45.906.760/0001-09	Olinda Nova do Maranhão - MA
MUNICÍPIO DE MATÕES DO NORTE/MA Processo - 018/2025	Substituição da cabeça de impressão em impressora ecotank **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	05/08/2025	135,00	SERVIÇO	146,39	68,50	AIT ADMINISTRAÇÃO E TECNOLOGIA DE INFORMATICA LTDA ME CNPJ - 08.617.223/0001-04	SAO LUIS - MA
MUNICÍPIO DE MACHADINHO D` OESTE/RO Processo - 11/2026	serviço de manutenção com fornecimento da peça CABEÇA DE IMPRESSÃOcompativel com a impressora Epson L3250 **Marca:** EPSON **Modelo:** FA04001	12/05/2026	10,00	SERV	975,00	966,38	ADEMIR DA CRUZ LTDA CNPJ - 01.644.217/0001-05	Machadinho d'Oeste - RO

Média dos Preços Orçado

R$ 564,89

Média dos Preços Homologado

R$ 535,42

Data do Relatório

03/06/2026

SÃO DE LICITAÇÃO
512
RUBRICA

1) Ato que autoriza a Contratação Direta nº PRD 3/2026

Ato que autoriza a Contratação Direta nº PRD 3/2026

Última atualização 09/02/2026

Local: Porto Belo/SC **Órgão:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO BELO **Unidade compradora:** 16001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Modalidade da contratação: Dispensa **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, II **Tipo:** Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica

Registro de preço: Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 09/02/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 10721826000192-1-000003/2026 **Fonte:** IPM Sistemas

Objeto:

DISPENSA DE LICITAÇÃO REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DAS IMPRESSORAR ACESSORIAS DO CDI QUE NÃO FAZEM PARTE DAS IMPRESSORAS DA EMPRESA LICITADA PARA O SERVIÇO.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R$ 0,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R$ 0,00

Item nº 2

Descrição: LIMPEZA COMPLETA INCLUSIVE BOMBA DE TINTA E CABEÇOTE

Critério de julgamento: Não se aplica **Situação:** Homologado **Tipo:** Serviço **Categoria do item de leilão:** Não se aplica

Incentivo produtivo básico: Não **Benefício:** Não se aplica **Margem de preferência normal:** Não **Margem de preferência adicional:** Não

Exigência de conteúdo nacional (CNA-PAC): Não

Quantidade: 1 **Unidade de medida:** UNIDADE (UN) **Valor unitário estimado:** R$ 375,00 **Valor total estimado:** R$ 375,00

RESULTADO(S)

[redacted]

2) Ato que autoriza a Contratação Direta nº 91/2026

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 91/2026

Última atualização 21/05/2026

Local: Tupã/SP **Órgão:** MUNICIPIO DE TUPA **Unidade compradora:** 1 - PREF. DA ESTANCIA TURISTICA DE TUPA

Modalidade da contratação: Dispensa **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, II **Tipo:** Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica

Registro de preço: Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 21/05/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 44573087000161-1-000168/2026 **Fonte:** Fiorilli Software

Objeto:

Contratação de empresa para fornecimento de serviços de manutenção e recargas em impressoras da secretaria de educação.

Informação complementar:

Contratação de empresa para fornecimento de serviços de manutenção e recargas em impressoras da secretaria de educação.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R$ 0,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R$ 0,00

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 113
Pública

Item nº 37

Descrição: REPARO DE BOMBA DO KIT DE LIMPEZA DE IMPRESSORA

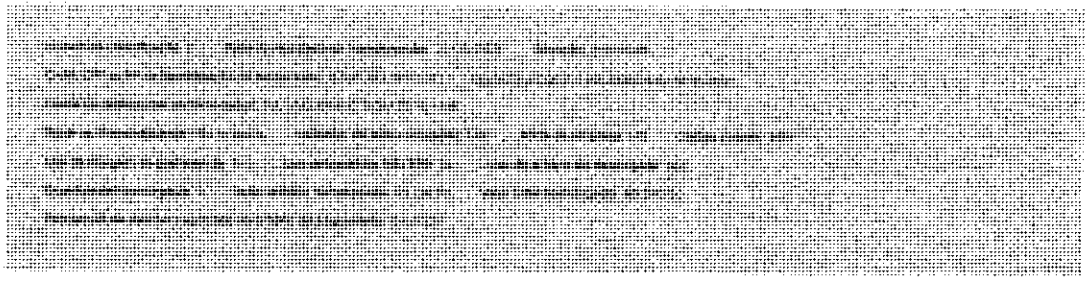
Critério de julgamento: Menor preço **Situação:** Homologado **Tipo:** Serviço **Categoria do item de leilão:** Não se aplica

Incentivo produtivo básico: Não **Benefício:** Não se aplica **Margem de preferência normal:** Não **Margem de preferência adicional:** Não

Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC): Não

Quantidade: 3 **Unidade de medida:** SERV **Valor unitário estimado:** R$ 130,00 **Valor total estimado:** R$ 390,00

RESULTADO(S)



3) Ato que autoriza a Contratação Direta nº 5/2024

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 5/2024

Última atualização 19/08/2024

Local: Raul Soares/MG **Órgão:** ESTADO DE MINAS GERAIS **Unidade compradora:** 927290 - SERVIÇO AUTONOMO ÁGUA ESGOTO RAUL SOARES/MG

Modalidade de contratação: Dispensa **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, II **Tipo:** Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica

Registro de preço: Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 19/08/2024 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 18715015000180-1-001263/2024 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

1 - Serviço de manutenção em Impressora Epson L3150 incluindo: Recuperação de cabeça de impressão, troca de bomba de limpeza, troca de tintas e limpeza. 2 - Serviço de manutenção em impressora HP 3630, incluindo : recuperação da cabeça de impressão, troca de sensor de base, troca de tintas e limpeza geral.





Item nº 2

Descrição: Serviços de Manutenção de Impressoras, Copiadoras, Plotter e Scanners Serviços de Manutenção de Impressoras, Copiadoras, Plotter e Scanners Serviço de manutenção em impressora Epson L3150, número de Série X5EV055164, incluindo: Recuperação de Cabeça de Impressão, Troca de Bomba de Limpeza, troca de tintas e limpeza geral.

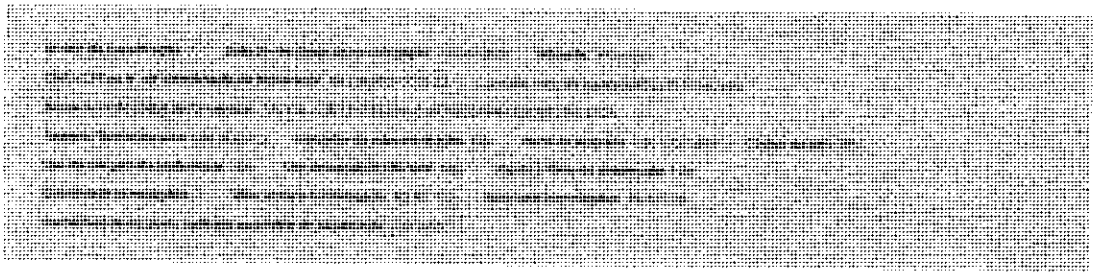
Critério de julgamento: Não se aplica **Situação:** Homologado **Tipo:** Serviço **Categoria do item de leilão:** Não se aplica

Incentivo produtivo básico: Não **Benefício:** Não se aplica **Margem de preferência normal:** Não **Margem de preferência adicional:** Não

Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC): Não

Quantidade: 1 **Unidade de medida:** UNIDADE **Valor unitário estimado:** R$ 460,00 **Valor total estimado:** R$ 460,00

RESULTADO(S)



COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 314
Rubrica

1) Edital nº 1/2026

Edital nº 1/2026

Última atualização 31/03/2026

Acessar Contratação

Local: Caraá/RS **Órgão:** MUNICIPIO DE CARAA **Unidade compradora:** 46 - Comissão Permanente de Licitação

Modalidade de contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo Legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital **Modo de disputa:** Aberto **Registro de preço:** Sim

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 23/02/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP **Data de início de recebimento de propostas:** 23/02/2026 15:40 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 09/03/2026 15:40 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 01614158000184-1-000028/2026 **Fonte:** ECustomize Consultoria em Software S.A

Objeto:

[Portal de Compras Públicas] - Registro de Preço para prestação de serviços continuados de suporte técnico em Tecnologia da Informação (TI)

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

Item nº 27

Descrição: SUBSTITUIÇÃO DE CABEÇA DE IMPRESSÃO DE IMPRESSORA COM PEÇA INCLUSA

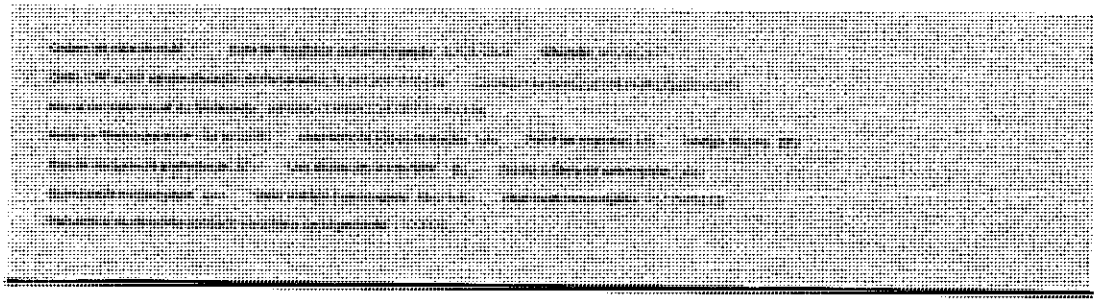
Critério de julgamento: Menor preço **Situação:** Homologado **Tipo:** Serviço **Categoria do item de leilão:** Não se aplica

Incentivo produtivo básico: Não **Benefício:** Sem benefício **Margem de preferência normal:** Não **Margem de preferência adicional:** Não

Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC): Não

Quantidade: 200 **Unidade de medida:** Serviço **Valor unitário estimado:** R$ 665,00 **Valor total estimado:** R$ 133.000,00

RESULTADO(S)



2) Ato que autoriza a Contratação Direta nº DL 91920/2025

Ato que autoriza a Contratação Direta nº DL 91920/2025

Última atualização 08/12/2025

Local: Santa Fé do Sul/SP **Órgão:** MUNICIPIO DE SANTA FE DO SUL **Unidade compradora:** 987033 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO SUL - SP

Modalidade de contratação: Dispensa **Amparo Legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, II **Tipo:** Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica

Registro de preço: Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 08/12/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 45138070000149-1-002069/2026 **Fonte:** Betha Sistemas

Objeto:

SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM IMPRESSORA PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, EMPI PROFª NAIR DE OLIVEIRA VICENTE, EMEI PROFª LOURDES PATRICIO FERNANDES, EMEI AFRA VENINA PAGOTO FLORÊNCIO, EMPI PROFº ANTÔNIO CÉSAR ALBERGARIA WHITAKER, E.M.PROFª ELISABETH MARIA CAVARETTO DE ALMEIDA E EM PROFª AGNES RONDON RIBEIRO

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls: 115
Rubrica

Item nº 18

Descrição: TROCAR A CABEÇA DE IMPRESSÃO E FAZER LIMPEZA PATRIMÔNIO: 96210

Critério de julgamento: Menor preço **Situação:** Homologado **Tipo:** Serviço **Categoria do item de leilão:** Não se aplica

Incentivo produtivo básico: Não **Benefício:** Sem benefício **Margem de preferência normal:** Não **Margem de preferência adicional:** Não

Exigência de conteúdo nacional (CIA-PAC): Não

Quantidade: 1 **Unidade de medida:** SERVIÇOS **Valor unitário estimado:** R$ 540,00 **Valor total estimado:** R$ 540,00

RESULTADO(S)



COMISSÃO DE LICITAÇÃO
116
RUBRICA

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ

Pesquisa de Preço

LICITANET

Orgão	Item	Data Homolog.	QTD	Unidade	Preço Orçado Unit.	Preço Homologado Unit.	Fornecedor	Cidade
MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA D OESTE/RO Processo - 47/2025	SERVICO E MANUTENCAO IMPRESSORA EPSON L3250: - MANUTENCAO PREVENTIVA EPSON L3250-3 - PRESSURIZACAO DO DAMPER -ALINHAMENTO DA CABECA DE IMPRESSAO -SERVICO DE TROCA DO PICKUP-ROLLER -LIMPEZA E LUBRIFICACAO -SERVICO DE TROCA DE KIT DE LIMPEZA -PICKUP ROLLER EPSON L3250 ORIGINAL CABECA DE IMPRESSAO ORIGINAL EPSON L3250 - ALMOFADAS / ESPONJAS EPSO 40L3250 **Marca:** SERVIÇO **Modelo:** SERVIÇO	13/10/2025	40,00	SERVICO	733,33	270,83	C G MARCHETTI LTDA CNPJ - 46.756.549/0003-73	Rolim de Moura - RO

Média dos Preços Orçado

R$ 733,33

Média dos Preços Homologado

R$ 270,83

Data do Relatório

03/06/2026

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls: 117
Rubrica

1) Edital nº 56/2026

Edital nº 56/2026

Última atualização 19/05/2026

Acessar Contratação

Local: Ijuí/RS **Órgão:** MUNICÍPIO DE IJUÍ **Unidade compradora:** 0 - MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital **Modo de disputo:** Aberto-Fechado **Registro de preço:** Sim

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 04/05/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP **Data de início de recebimento de propostas:** 04/05/2026 17:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 18/05/2026 08:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 90739189000109-1-000343/2026 **Fonte:** ECustomize Consultoria em Software S.A

Objeto:

(Portal de Compras Públicas) - Registro de preços para serviços de manutenção preventiva e corretiva em impressoras

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

Item nº 3

Descrição: 1 - Serviço de conserto em scaner de impressoras com troca de peças conforme termo de referencia

Critério de julgamento: Menor preço **Situação:** Homologado **Tipo:** Material **Categoria do item de teifão:** Não se aplica

Incentivo produtivo básico: Não **Benefício:** Participação exclusiva para ME/EPP **Margem de preferência normal:** Não **Margem de preferência adicional:** Não

Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC): Não

Quantidade: 30 **Unidade de medida:** Unidade **Valor unitário estimado:** R$ 365,00 **Valor total estimado:** R$ 10.950,00

RESULTADO(S)

1	3	54770	Serviço de conserto em scaner de impressoras com troca de peças. Impressoras da linha HP modelos diversos, sendo: M1102W, M1120, M1132, M125A, 1022, M428dw, HP Pro 400. M402N, P1606DN, P2015, M104W, 135W, 137W, HP 137, HP 107A, HP MFP 432, Térmicas Epson TM 120X, Samsung MLT 105, Térmicas Zebra. OI Vida e similares, HP 432FDN e similares. Tudo o que estiver relacionado a digitalização, erro de mecanismo, linhas ou manchas na digitalização, troca de vidro riscado, problema no sensor CIS/CCD, lâmpada de scanner queimada ou fraca, problema no motor, cabo flat, alimentação ADF. **OBS.:** Os serviços de manutenção corretiva devem incluir a retirada e devolução do equipamento, detecção de problemas apresentados, troca de peças, limpeza geral, lubrificação e outros serviços necessários que garantam o pleno funcionamento do equipamento, sem o uso de peças usadas ou remanufaturadas (não serão aceitas peças duvidosas ou usadas para o reparo técnico). Deverá disponibilizar equipamento back-up para os dias em que o equipamento da prefeitura estiver em manutenção. **O serviço deve oferecer garantia MÍNIMA de 90 dias.**		30	UN	

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 112
Rubrica

2) Ato que autoriza a Contratação Direta nº 91/2026

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 91/2026

Última atualização 21/05/2026

Local: Tupã/SP **Órgão:** MUNICIPIO DE TUPA **Unidade compradora:** 1 - PREF DA ESTANCIA TURISTICA DE TUPA

Modalidade da contratação: Dispensa **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, II **Tipo:** Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica

Registro de preço: Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 21/05/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 44579087000161-1-000169/2026 **Fonte:** Fiorilli Software

Objeto:

Contratação de empresa para fornecimento de serviços de manutenção e recargas em Impressoras da secretaria de educação.

Informação complementar:

Contratação de empresa para fornecimento de serviços de manutenção e recargas em Impressoras da secretaria de educação.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA
R$ [illegible]

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R$ [illegible]

Item nº 24

Descrição: MANUTENÇÃO DE CABEÇA DE IMPRESSÃO

Critério de julgamento: Menor preço **Situação:** Homologado **Tipo:** Material **Categoria do item de leilão:** Não se aplica

Incentivo produtivo básico: Não **Benefício:** Não se aplica **Margem de preferência normal:** Não **Margem de preferência adicional:** Não

Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC): Não

Quantidade: 28 **Unidade de medida:** UNIDADE **Valor unitário estimado:** R$ 120,00 **Valor total estimado:** R$ 3.360,00

RESULTADO(S)

[illegible]

3) Edital nº 2026.03.09.01/2026

Edital nº 2026.03.09.01/2026

Última atualização 07/04/2026

Acessar Contratação

Local: Jijoca de Jericoacoara/CE **Órgão:** MUNICIPIO DE JIJOCA DE JERICOACOARA/CAMARA MUNICIPAL

Unidade compradora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE JIJOCA DE JERICOACOARA-CE

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital **Modo de disputa:** Fechado-Aberto **Registro de preço:** Sim

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 17/03/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP **Data de início de recebimento de propostas:** 17/03/2026 17:18 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 03/04/2026 23:59 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 07275190000172-1-000004/2026 **Fonte:** Licita + Brasil

Objeto:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COMPREENDENDO COMPUTADORES, NOTEBOOKS, TABLETS, IMPRESSORAS, SCANNERS E DEMAIS PERIFÉRICOS, VISANDO GARANTIR O PLENO FUNCIONAMENTO, A CONTINUIDADE OPERACIONAL E A EFICIÊNCIA DOS RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO UTILIZADOS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE JIJOCA DE JERICOACOARA/CE

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA
R$ [illegible]

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R$ [illegible]

Fls. 119

Rubrica

Item nº 2

Descrição: SERVIÇOS TECNICOS ESPECIALIZADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM IMPRESSORAS E SCANNERS, COMPREENDENDO DIAGNÓSTICO, AJUSTES, REPAROS, LIMPEZA TÉCNICA, SUBSTITUIÇÃO E/OU TROCA DE PEÇAS.

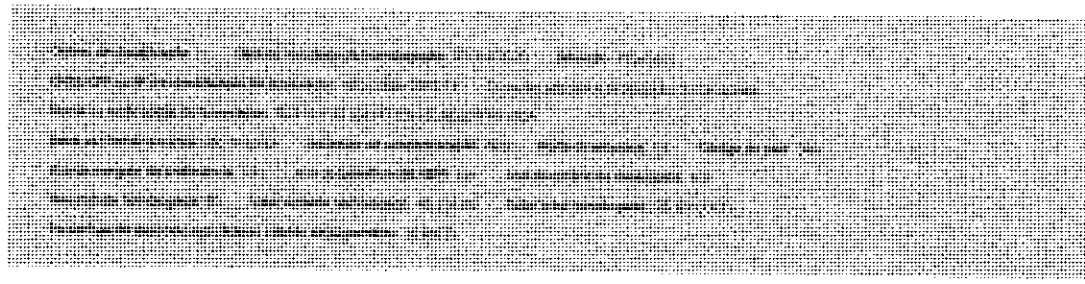
Critério de julgamento: Menor preço **Situação:** Homologado **Tipo:** Serviço **Categoria do item de leilão:** Não se aplica

Incentivo produtivo básico: Não **Benefício:** Participação exclusiva para ME/EPP **Margem de preferência normal:** Não **Margem de preferência adicional:** Não

Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC): Não

Quantidade: 50 **Unidade de medida:** Serviços **Valor unitário estimado:** R$ 287,38 **Valor total estimado:** R$ 14.369,00

RESULTADO(S)



COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 120
Rubrica

ANEXO II

Proposta Comercial da Empresa CG PRIME SOLUÇÕES LTDA

Valor global da proposta: R$ 58.930,40

Documento apresentado pela empresa CG PRIME SOLUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 66.281.971/0001-65, contemplando os serviços, quantitativos, valores unitários e valor global ofertado para atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 123
Rubrica

CG PRIME
SOLUCOES LTDA

PROPOSTA DE PREÇOS

À Exma. Senhora
ANDREIA CALAZÃO VEIGA
Presidente da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA

Objeto: Contratação de empresa especializada em manutenção de impressoras, escâneres e componentes periféricos, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA.

A empresa CG PRIME SOLUCOES LTDA, inscrita no CNPJ nº 66.281.971/0001-65, com sede na Rod. Transcametá, nº 07, Cond. Caamuta, QD 1, Zona Rural, CEP 68.400-000, Cametá/PA, e-mail CGPRIMESOLUCOESCAMETA10@GMAIL.COM, apresenta a presente proposta de preços para execução dos serviços descritos abaixo, conforme condições, quantitativos e especificações do processo administrativo.

A empresa declara possuir atividade compatível com o objeto, incluindo o CNAE 95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos, bem como capacidade operacional para execução dos serviços com fornecimento de mão de obra, peças, componentes e insumos necessários.

PLANILHA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN	SERVIÇO	30	R$ 388,38	R$ 11.651,40
2	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2520	SERVIÇO	30	R$ 205,05	R$ 6.151,50
3	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2540	SERVIÇO	30	R$ 226,31	R$ 6.789,30
4	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSON L3250	SERVIÇO	20	R$ 203,77	R$ 4.075,40
5	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSON L355	SERVIÇO	30	R$ 101,34	R$ 3.040,20
6	TROCA DE ROLO PRESSÃO DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10	R$ 213,17	R$ 2.131,70
7	TROCA DE ROLO FUSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10	R$ 307,00	R$ 1.535,00
8	TROCA DE CARTUCHO DE TONER DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	20	R$ 83,47	R$ 1.669,40
9	TROCA DE CILINDRO DA IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10	R$ 45,96	R$ 459,60
10	TROCA DE ROLO PRESSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2520, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10	R$ 135,42	R$ 1.354,20
11	TROCA DE ROLO FUSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2520, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10	R$ 256,78	R$ 2.567,80
12	TROCA DE CARTUCHO DE TONER DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2520, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	20	R$ 54,35	R$ 1.087,00
13	TROCA DE CILINDRO DA IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2520, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10	R$ 46,33	R$ 463,30

122

CG PRIME
SOLUCOES LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
14	TROCA DE ROLO PRESSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2540, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10	R$ 130,44	R$ 1.304,40
15	TROCA DE ROLO FUSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2540, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10	R$ 200,60	R$ 1.003,00
16	TROCA DE CARTUCHO DE TONER DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2540, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	20	R$ 53,19	R$ 1.063,80
17	TROCA DE CILINDRO DA IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2540, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10	R$ 45,96	R$ 459,60
18	TROCA DE CABEÇA DE IMPRESSÃO DA IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSON L3250, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10	R$ 535,42	R$ 5.354,20
19	TROCA DA BOMBA COMPLETA DA IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSON L3250, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10	R$ 321,67	R$ 3.216,70
20	TROCA DE CABEÇA DE IMPRESSÃO DA IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSON L355, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10	R$ 463,58	R$ 2.317,90
21	TROCA DA BOMBA COMPLETA DA IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSON L355, COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10	R$ 247,00	R$ 1.235,00
	VALOR GLOBAL DA PROPOSTA				**R$ 58.930,40**

O valor global da presente proposta é de R$ 58.930,40 (cinquenta e oito mil, novecentos e trinta reais e quarenta centavos).

CONDIÇÕES DA PROPOSTA

- Os valores propostos compreendem todos os custos necessários à execução do objeto, incluindo mão de obra, peças, componentes, insumos, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, deslocamentos e demais despesas incidentes.
- A execução dos serviços ocorrerá sob demanda, mediante solicitação formal da Administração, observadas as quantidades estimadas no processo e as condições estabelecidas no Termo de Referência.
- Após a realização dos serviços, a empresa realizará os testes necessários para comprovar o adequado funcionamento dos equipamentos atendidos.
- Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.
- Condições de pagamento: conforme previsto no Termo de Referência, contrato e demais documentos do processo.

Atenciosamente,

CG PRIME SOLUCOES LTDA
CNPJ nº 66.281.971/0001-65
Responsável Legal

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
Poder Legislativo a Serviço do Povo.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA DOS VEREADORES DE OEIRAS DO PARÁ.

Processo Administrativo n° 72026010610C

Dispensa n° 7/2026-010610-C

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS, ESCÂNERES E COMPONENTES PERIFÉRICOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ/PA.

PRONUNCIAMENTO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

No exercício de suas atribuições legais, o Agente de Contratação e sua equipe de apoio procedem à análise do processo de contratação direta destinado à contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de impressoras, escâneres e componentes periféricos, visando atender às necessidades da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA.

A presente contratação tem por finalidade assegurar o adequado funcionamento dos equipamentos utilizados nas atividades administrativas e legislativas desta Casa de Leis, garantindo maior eficiência operacional, continuidade dos serviços públicos, redução de paralisações e ampliação da vida útil dos equipamentos pertencentes ao patrimônio da Câmara Municipal.

1. DO ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO

No entendimento desta Comissão, a contratação pretendida enquadra-se como hipótese de contratação direta por dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, por se tratar de contratação de serviços cujo valor estimado encontra-se dentro do limite legal estabelecido para a referida modalidade.

A contratação direta não afasta a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, economicidade, interesse público e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, devendo o processo estar devidamente instruído com os documentos exigidos pela legislação vigente.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente contratação encontra respaldo no art. 75, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021, que dispõe:

> *ART.75. É dispensável a licitação:*
> *(...)*
> *II – Para contratação que envolva valores inferiores aos limites estabelecidos para outros serviços e compras, observadas as atualizações legais aplicáveis;*
> *(...)*

Além disso, foram observados os elementos previstos no art. 72 da Lei Federal n° 14.133,2021, especialmente quanto à formalização da demanda, estimativa de despesas, justificativas do preço, razão da escolha do contratado e comprovação de quem a empresa selecionada preenche os requisitos de habilitação mínima necessários à execução do objeto.

3. DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

A escolha da empresa **CG PRIME SOLUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **66.281.971/0001-65**, justifica-se em razão da apresentação de proposta compatível com as necessidades da Administração, contemplando os serviços de manutenção preventiva e corretiva de

impressoras, escâneres e componentes periféricos necessários ao atendimento integral do objeto.

Verifica-se que a empresa possui atividade compatível com os serviços pretendidos e apresentou documentação de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e demais documentos exigidos para a contratação, demonstrando condições para executar satisfatoriamente o objeto.

A proposta apresentada atende às condições estabelecidas no Termo de Referência e demonstra capacidade operacional para atendimento das demandas da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA.

4. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

No que se refere à justificativa do preço, constata-se que o valor global proposto de **R$ 58.930,40 (cinquenta e oito mil, novecentos e trinta reais e quarenta centavos)** mostra-se compatível com a natureza dos serviços a serem executados e com os parâmetros de mercado apurados pela Administração.

A análise dos preços considerou a pesquisa realizada por meio da plataforma Licitanet e do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, utilizando contratações similares realizadas por órgãos públicos e demais referências constantes nos autos do processo.

Os levantamentos realizados demonstram que o valor apresentado é compatível com os preços praticados no mercado, atendendo aos princípios da economicidade, razoabilidade e vantajosidade para a Administração Pública, não havendo indícios de sobrepreço ou inexequibilidade da proposta.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, o Departamento de Licitações e Contratos, por intermédio do Agente de Contratação e sua equipe de apoio, manifesta-se pela configuração da hipótese de dispensa de licitação para a contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção de impressoras, escâneres e componentes periféricos, com fundamento nos arts. 72 e 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Constatado o atendimento das formalidades legais exigidas pela Lei Federal nº 14.133/2021, esta Comissão opina favoravelmente pelo prosseguimento do processo, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, mediante utilização de recursos oriundos do orçamento vigente:

Exercício: 2026
Órgão: 01 – Câmara Municipal de Oeiras do Pará
Unidade Orçamentária: 01 – Câmara Municipal de Oeiras do Pará
Atividade: 2.002 – Manutenção das Atividades Legislativas da Câmara Municipal
Classificação Econômica: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Encaminhem-se os autos à AUTORIDADE COMPETENTE para análise, deliberação das providências cabíveis.

Portel - PA, 09 de junho de 2026.

ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO:04786735230
Assinado de forma digital por ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO:04786735230

ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 015
Rubrica

AUTORIZAÇÃO

Estando devidamente cumpridas as formalidades previstas Lei Federa l nº 14.133 de 1º de abril de 2021, e suas alterações, conforme se constata no despacho anexado, autorizo a abertura do procedimento licitatório, com a utilização de recursos oriundos do orçamento vigente, dotação orçamentária órgão 01 - Câmara Municipal unidade(s) 01-Câmara Municipal de Oeiras do Pará.

Remeta-se o procedimento a Assessoria Jurídica para as providências cabíveis.

Oeiras do Pará - PA, 09 de junho de 2026.

ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO:04786735230
Assinado de forma digital por ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO:04786735230

ANDREIA VEIGA CALAZÃO
Presidente

FLS. 126

DE: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PARA: DEPARTAMENTO JURÍDICO

Oeiras do Pará - PA, 09 de junho de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO 72026010610C
MODALIDADE: DISPENSA Nº 7/2025-010610-C

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS, ESCÂNERES E COMPONENTES PERIFÉRICOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ/PA.

DESPACHO

ASSUNTO: Encaminhamento para Análise Jurídica de Processo de Contratação Direta – DISPENSA de Licitação.

Encaminha-se o presente Processo Administrativo ao Departamento Jurídico, para análise e emissão de parecer quanto à legalidade, regularidade e conformidade do procedimento de contratação direta, na modalidade Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

O presente processo tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de impressoras, escâneres e componentes periféricos, incluindo, quando necessário, o fornecimento e substituição de peças, componentes e insumos, com mão de obra especializada, visando atender às necessidades administrativas e legislativas da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA.

A demanda decorre da necessidade de assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços públicos desempenhados pela Câmara Municipal, considerando que os equipamentos de impressão e digitalização são utilizados rotineiramente na emissão de documentos oficiais, tramitação de processos, elaboração de ofícios, memorandos, atas, requerimentos, relatórios e demais atividades institucionais.

No entendimento desta Comissão, a contratação pretendida enquadra-se na hipótese de dispensa de licitação prevista no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, o valor estimado da contratação e a necessidade administrativa devidamente formalizada nos autos.

O processo encontra-se instruído com os documentos exigidos pela legislação vigente, especialmente aqueles previstos no art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, incluindo:

Documento de Formalização da Demanda (DFD);
Pesquisa de Preços (relatório);
Estudo Técnico Preliminar (ETP);
Análise de Riscos (Mapa de Riscos);
Declaração de Disponibilidade Orçamentária;
Termo de Referência;
Documentos de Habilitação Jurídica, Fiscal, Trabalhista e Técnica (Registro no CRC);

Autuação;
Justificativas de Preço e da Razão da Escolha do Prestador;
Pronunciamento do Agente de Contratação;
Autorização;
Este Despacho para o Departamento Jurídico, juntamente com a Minuto do Contrato.

Dessa forma, solicita-se a análise e manifestação jurídica quanto à legalidade, regularidade e conformidade do procedimento de contratação direta por Dispensa de Licitação, bem como quanto à adequação da minuta contratual e das demais peças que instruem os autos, para posterior deliberação da autoridade competente, eventual ratificação/autorização da contratação e formalização contratual, nos termos dos arts. 53 e 72, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO:04786735230
Assinado de forma digital por ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO:04786735230

ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 1-28 Rubrica

MINUTA DO CONTRATO Nº XXXXXX

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 010610C , QUE FAZEM ENTRE SI A Prefeitura Municipal de Oeiras do Pará, POR INTERMÉDIO DO (A) CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ E A XXXXXXXXXXXX.

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado o Município de OEIRAS DO PARÁ, através do(a) CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ, CNPJ-MF, Nº 07.228.952/0001-06, denominado daqui por diante de CONTRATANTE, representado neste ato pelo(a) Sr.(a) ANDREIA CALAZÃO VEIGA, PRESIDENTE CÂMARA, e do outro lado XXXXXXXXXXXX, CNPJ/CPF CNPJ XXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXX,XX,XXXXXXXXXX-PA, CEP XXXXXX-XXX, de agora em diante denominada CONTRATADA(O), neste ato representado pelo(a) Sr(a).XXXXXXXXXXX, portador do(a) CPF XXXXXXXXXXX, têm justo e contratado o seguinte:

1. DO OBJETO CONTRATUAL

1.1. O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS, ESCÂNERES E COMPONENTES PERIFÉRICOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ/PA. , que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao processo DISPENSA DE LICITAÇÃO - XXXXXXXXXX e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Itens Contratados:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
130187	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA LASER BROTHER DC P-L5652DN..	SERVIÇO	30,00	XXXX	XXXX
130188	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA LASER BROTHER DC P-L2520..	SERVIÇO	30,00	XXXX	XXXX
130189	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA LASER BROTHER DC P-L2540..	SERVIÇO	30,00	XXXX	XXXX
130190	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA JATO DE TINTA EP SON L3250..	SERVIÇO	20,00	XXXX	XXXX
130191	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA JATO DE TINTA EP SON L355.	SERVIÇO	30,00	XXXX	XXXX
130192	TROCA DE ROLO PRESSÃO DE IMPRESSORA LASER BROTHER DC P-L5652DN, COM MÃO DE OBRA .	SERVIÇO	10,00	XXXX	XXXX
130193	TROCA DE ROLO FUSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L56 52DN,COM MÃO DE OBRA INCLUS.	SERVIÇO	5,00	XXXX	XXXX
130194	TROCA DE CARTUCHO DE TONER DE IMPRESSORA LASER BROTH ER DCP-L5652DN, COM MÃO DE .	SERVIÇO	20,00	XXXX	XXXX
130195	TROCA DE CILINDRO DA IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5 652DN, COM MÃO DE OBRA INCL.	SERVIÇO	10,00	XXXX	XXXX
130196	TROCA DE ROLO PRESSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L 2520, COM MÃO DE OBRA INCLU.	SERVIÇO	10,00	XXXX	XXXX
130197	TROCA DE ROLO FUSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-252 0,COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10,00	XXXX	XXXX
130198	TROCA DE CARTUCHO DE TONER DE IMPRESSORA LASER BROTH ER DCP-L2520, COM MÃO DE OB.	SERVIÇO	20,00	XXXX	XXXX
130199	TROCA DE CILINDRO DA IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-25 20, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	10,00	XXXX	XXXX
130200	TROCA DE ROLO PRESSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L 2540, COM MÃO DE OBRA INCLU. - Marca.: 20	SERVIÇO	10,00	XXXX	XXXX
130201	TROCA DE ROLO FUSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-254 0,COM MÃO DE OBRA INCLUSA. - Marca.: 300	SERVIÇO	5,00	XXXX	XXXX
130202	TROCA DE CARTUCHO DE TONER DE IMPRESSORA LASER BROTH ER DCP-L2540, COM MÃO DE OBR	SERVIÇO	20,00	XXXX	XXXX
130203	TROCA DE CILINDRO DA IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-25 40, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	10,00	XXXX	XXXX
130204	TROCA DE CABEÇA DE PRESSÃO IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSONL3250, COM MÃO DE OBRA	SERVIÇO	10,00	XXXX	XXXX

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 329 Rubrica

130205	TROCA DA BOMBA COMPLETA IMPRESSORA JATO DE TINTA EPS ONL3250, COM MÃO DE OBRA INC	SERVIÇO	10,00	XXXX	XXXX
130206	TROCA DE CABEÇA DE PRESSÃO IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSONL355, COM MÃO DE OBRA I	SERVIÇO	5,00	XXXX	XXXX
130207	TROCA DA BOMBA COMPLETA IMPRESSORA JATO DE TINTA EPS ONL355, COM MÃO DE OBRA INCL	SERVIÇO	5,00	XXXX	XXXX
				VALOR GLOBAL R$	XXXX

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. Este contrato fundamenta-se na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações, bem como na licitação na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO, nº 7.2026-XXXXXX-C.

3. DOS ENCARGOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

3.1. Executar o objeto deste contrato de acordo com as condições e prazos estabelecidas no processo licitatório nº 7.2026-XXXXX-C e neste termo contratual;

3.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

I - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pela Administração, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

3.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior.

3.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

3.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

3.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que gerou este Contrato, decorrente do(a) DISPENSA DE LICITAÇÃO de nº 7.2026-010610-C.

3.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 132
Rubrica

c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
d) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

3.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.

3.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

3.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

3.12. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

3.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

3.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

3.15. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

3.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

3.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

3.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

3.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

3.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

3.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 133
Rubrica

proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

3.23. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até o limite fixado no art. 125 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. A CONTRATANTE se obriga a proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

4.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta

4.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

4.4. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

4.5. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência.

4.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA.

4.7. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

a) Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

b) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

c) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

d) Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 132
Rubrica

ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

4.8. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

4.9. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

4.10. Aplicar à CONTRATADA sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

4.11. Cientificar o órgão de representação judicial da Administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

4.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 26, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.13. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

4.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5. DA VIGÊNCIA

5.1. A vigência deste instrumento contratual iniciará na data de sua assinatura, extinguindo-se em 10 de Junho de 2027, podendo ser prorrogado por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

I - Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

II - Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

III - Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

IV - Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

V - Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;

VI - Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 123 Rubrica

6. DA RESCISÃO

6.1. Constituem motivo para a rescisão contratual os constantes dos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021, e poderá ser solicitada a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, mediante comunicação por escrito.

7. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

I - Der causa à inexecução parcial do contrato;

II - Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Der causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

IX - Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do subitem **7.1** deste Edital, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 134
Rubrica

grave (art. 156, §4º, da Lei);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos incisos VIII, IX, X, XI e XII do subitem **7.1** deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

IV - Multa:

a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

b) Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º).

7.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

I - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

II - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

7.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 135 Rubrica

nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

7.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

7.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161).

7.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

8. DO VALOR E DO PAGAMENTO

8.1. O valor total da presente avença é de R$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXX).

8.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

8.3. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

8.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o(a) CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ atestar a execução do objeto do contrato.

8.5. Havendo atraso no pagamento, desde que não decorre de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, aplicar-se-á o índice do IPCA, a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do dia anterior ao pagamento pelo número de dias em atraso, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

8.6. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

8.7. Quando houver glosa parcial do objeto, o CONTRATANTE deverá comunicar à CONTRATADA para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 136 Rubrica

apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) O prazo de validade;
b) A data da emissão;
c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
d) O período respectivo de execução do contrato;
e) O valor a pagar; e
f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

8.10. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:
a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.12. Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.14. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

8.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

I - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.17. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 137 Rubrica

aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. DO REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado - .

9.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do IPCA, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

9.5. Caso o IPCA venha a ser extinto) ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas contratuais correrão por conta da verba do orçamento do(a) CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ, na dotação orçamentária Exercício 2026 Atividade 0101.010310001.2.002 Manutenção das Atividades do Poder Legislativo, Classificação econômica 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica, ficando o saldo pertinente aos demais exercícios a ser empenhado oportunamente, à conta dos respectivos orçamentos, caso seja necessário.

11. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

I - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 132 Rubrica

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c) Indenizações e multas.

12. DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

13. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. DO FORO, BASE LEGAL E FORMALIDADES

14.1. Fica eleito o Foro da cidade de OEIRAS DO PARÁ, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

14.2. Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

OEIRAS DO PARÁ - PA, 10 de Junho de 2026

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
CNPJ(MF) 07.228.952/0001-06
CONTRATANTE

CG PRIME SOLUCOES LTDA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 339
Rubrica

CNPJ 66.281.971/0001-65
CONTRATADO(A)

Testemunhas:

1._____

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 140
Rubrica

PARECER JURÍDICO Nº 2026/06.10.0001-PMOP/AJUR

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2026-010610-C
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 72026010610C
ÓRGÃO CONSULTOR: Comissão de Contratação.
OBJETO: Análise e emissão de parecer acerca da legalidade do procedimento administrativo adotado, bem como da minuta do contrato.

EMENTA: DISPENSA DE LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DIRETA. ART. 75, INCISO II, DA LEI Nº 14.133/2021. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE IMPRESSORAS, ESCÂNERES E COMPONENTES PERIFÉRICOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ/PA. SERVIÇOS VOLTADOS À CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, LEGISLATIVAS E INSTITUCIONAIS. CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO. SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO. VALOR GLOBAL DE R$ 58.930,40. VALORES ATUALIZADOS PELO DECRETO Nº 12.807/2025. DOCUMENTOS EXIGIDOS NO ART. 72 DA LEI Nº 14.133/2021. FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR. TERMO DE REFERÊNCIA. PESQUISA DE PREÇOS. JUSTIFICATIVA DO PREÇO. RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO. COMPROVAÇÃO DE HABILITAÇÃO. AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE. MINUTA DO CONTRATO. ART. 92 DA LEI Nº 14.133/2021. POSSIBILIDADE JURÍDICA. PUBLICIDADE DO ATO DE CONTRATAÇÃO DIRETA. DIVULGAÇÃO NO PNCP COMO CONDIÇÃO DE EFICÁCIA DO CONTRATO, NOS TERMOS DO ART. 94 DA LEI Nº 14.133/2021.

1. RELATÓRIO

Vieram os autos do processo em epígrafe para análise desta Assessoria Jurídica e emissão de parecer acerca da legalidade do procedimento administrativo adotado, bem como

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 141
Rubrica

da minuta do contrato, objetivando a **contratação de empresa de manutenção de impressoras, escâneres e componentes periféricos, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA**.

O processo foi encaminhado ao Departamento Jurídico para análise e emissão de parecer quanto à legalidade, regularidade e conformidade da contratação direta por Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A empresa indicada para contratação é **CG PRIME SOLUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **66.281.971/0001-65**, pelo valor global de **R$ 58.930,40** (cinquenta e oito mil, novecentos e trinta reais e quarenta centavos), para execução dos serviços pelo período de 12 (doze) meses.

Os autos foram instruídos com os seguintes documentos:

a) Documento de Formalização da Demanda – DFD;
b) Solicitação de levantamento preliminar de preços;
c) Resposta à solicitação de pesquisa de preços;
d) Relatório de pesquisa de preços;
e) Solicitação de elaboração do Estudo Técnico Preliminar;
f) Estudo Técnico Preliminar – ETP;
g) Análise de Riscos;
h) Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira;
i) Termo de Referência;
j) Convocação para apresentação de habilitação;
k) Juntada da proposta comercial e dos documentos de habilitação;
l) Proposta de preços apresentada pela empresa CG PRIME SOLUÇÕES LTDA;
m) Documentos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica;
n) Portaria de designação do Agente de Contratação, Comissão de Contratação e Equipe de Apoio;
o) Autuação;
p) Razão da escolha do prestador de serviço;
q) Justificativa do preço e respectivos anexos;
r) Pronunciamento da Comissão de Licitação e Contratos;
s) Autorização da autoridade competente;
t) Despacho para o Departamento Jurídico;
u) Minuta do contrato.

O procedimento tem por finalidade assegurar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de impressão, digitalização e componentes periféricos utilizados pela Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA, visando garantir a continuidade das atividades administrativas, legislativas e institucionais da Casa Legislativa.

O Estudo Técnico Preliminar demonstra que tais equipamentos são utilizados diariamente na produção, digitalização, reprodução e tramitação de documentos oficiais, processos administrativos, expedientes internos, atos legislativos, relatórios contábeis,

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 142
Rubrica

documentos financeiros e demais instrumentos necessários ao funcionamento regular da Administração.

O Termo de Referência, por sua vez, detalha que a contratação compreende serviços de manutenção preventiva e corretiva, diagnóstico técnico, inspeções, limpezas, ajustes, reparos, substituição de peças e componentes quando necessário, testes de funcionamento e suporte técnico especializado, buscando preservar a vida útil dos equipamentos, reduzir paralisações e evitar prejuízos à continuidade dos serviços públicos desenvolvidos pela Câmara Municipal.

É o necessário a relatar. Passo a opinar.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre esclarecer que a presente manifestação jurídica possui natureza opinativa e limita-se à análise da legalidade do procedimento de contratação direta e da minuta contratual submetida à apreciação, nos termos dos arts. 53 e 72, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Não compete a este parecerista substituir a atuação dos setores técnicos responsáveis pela definição do objeto, avaliação da necessidade administrativa, estimativa de quantidades, aferição material da pesquisa de preços, conferência da documentação de habilitação, análise da compatibilidade técnica da proposta, disponibilidade orçamentária efetiva ou conveniência e oportunidade da contratação.

A análise jurídica, portanto, recai sobre a regularidade formal e legal da contratação direta, a compatibilidade do enquadramento jurídico com a hipótese de dispensa invocada, a presença dos documentos essenciais exigidos pela Lei nº 14.133/2021, a adequação da razão da escolha do contratado, a justificativa do preço, a comprovação de habilitação mínima e a compatibilidade da minuta contratual com as exigências legais aplicáveis.

As contratações das entidades públicas seguem, como regra, o regime de licitação, conforme determina o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, segundo o qual, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações devem ser contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes.

A licitação é o meio ordinário destinado a garantir isonomia, competitividade, impessoalidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. Contudo, a própria Constituição Federal admite exceções, remetendo à legislação infraconstitucional a definição das hipóteses em que a licitação poderá ser dispensada ou inexigível.

No caso concreto, a contratação foi enquadrada como dispensa de licitação em razão do valor, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que admite a

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 143
Rubrica

contratação direta para outros serviços e compras quando o valor estiver abaixo do limite legal atualizado.

> Art. 75. É dispensável a licitação:
> [...]
> II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

O Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025, atualizou os valores da Lei nº 14.133/2021 e entrou em vigor em 1º de janeiro de 2026; no anexo do decreto, o limite do art. 75, inciso II, foi atualizado para **R$ 65.492,11** (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

No presente processo, o valor global da contratação é de **R$ 58.930,40**, conforme proposta comercial apresentada pela empresa indicada. Assim, sob o aspecto do valor, a contratação encontra-se dentro do limite legal atualizado para dispensa de licitação com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Ressalte-se que, na contratação direta, dispensa-se o procedimento licitatório competitivo ordinário, mas não se dispensa o processo administrativo. A Administração continua obrigada a instruir os autos com os documentos necessários à demonstração da necessidade, vantajosidade, regularidade fiscal e jurídica, compatibilidade orçamentária, razão da escolha do contratado e justificativa do preço.

O artigo 72 da Lei nº 14.133/2021 regra o processo da contratação direta:

> Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:
> I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
> II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
> III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
> IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
> V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
> VI - razão da escolha do contratado;
> VII - justificativa de preço;
> VIII - autorização da autoridade competente.

No caso em análise, verifica-se a presença do **Documento de Formalização da Demanda**, no qual a Câmara Municipal identificou a necessidade administrativa de contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva de

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 144
Rubrica

impressoras, escâneres e componentes periféricos, com a finalidade de assegurar o regular funcionamento dos equipamentos utilizados nas atividades administrativas, legislativas e institucionais.

A necessidade pública envolvida está relacionada à continuidade dos serviços internos da Câmara Municipal, considerando que os equipamentos de impressão e digitalização são utilizados na elaboração, reprodução, digitalização, tramitação e arquivamento de documentos administrativos, legislativos, contábeis, financeiros e institucionais. Trata-se de motivação compatível com a natureza do objeto, voltada à preservação da eficiência administrativa e à conservação do patrimônio público.

Também consta dos autos **Estudo Técnico Preliminar**, no qual se demonstra que a Câmara Municipal dispõe de impressoras, escâneres e equipamentos periféricos indispensáveis ao suporte das atividades administrativas e legislativas. O ETP aponta que tais equipamentos são utilizados diariamente para a produção, digitalização, reprodução e tramitação de documentos oficiais, incluindo processos administrativos, expedientes internos, atos legislativos, relatórios contábeis, documentos financeiros e demais instrumentos necessários ao funcionamento regular da Administração.

O ETP individualiza a demanda e demonstra que o uso contínuo desses equipamentos gera desgastes mecânicos, eletrônicos e operacionais, os quais podem comprometer o desempenho, a confiabilidade e a vida útil dos ativos tecnológicos pertencentes à Câmara Municipal. O documento também registra que falhas inesperadas podem ocasionar interrupções nas atividades institucionais, redução de produtividade, elevação dos custos de reposição e comprometimento da continuidade dos serviços públicos desenvolvidos pela Casa Legislativa.

A solução pretendida, consistente na contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva, revela-se compatível com a necessidade administrativa apontada. A manutenção preventiva permitirá a realização de inspeções periódicas, limpezas técnicas, regulagens, calibrações e ajustes destinados à preservação das condições adequadas de funcionamento dos equipamentos. A manutenção corretiva, por sua vez, possibilitará a identificação e correção de falhas, defeitos e desgastes que comprometam a operacionalidade dos bens.

A existência de **Análise de Riscos** também atende ao art. 72, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. O mapa de riscos aborda situações relacionadas ao planejamento, seleção do fornecedor, execução dos serviços, fiscalização contratual e continuidade operacional dos equipamentos, permitindo à Administração identificar possíveis falhas na prestação dos serviços, atrasos, ausência de peças, execução inadequada, insuficiência de controle e prejuízos ao funcionamento dos setores administrativos e legislativos.

No que se refere ao **Termo de Referência**, verifica-se que o documento descreve o objeto, a justificativa, o detalhamento da contratação, as condições de execução, o valor estimado, as obrigações das partes e demais parâmetros necessários à execução contratual. O TR apresenta a contratação de empresa de manutenção de impressoras, escâneres e

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 145
Rubrica

componentes periféricos, contemplando serviços técnicos especializados destinados ao suporte preventivo e corretivo dos equipamentos utilizados pela Câmara Municipal.

O Termo de Referência também esclarece que a Câmara Municipal não dispõe de estrutura técnica própria, ferramentas de laboratório ou pessoal especializado para execução direta de serviços de manutenção eletromecânica, hidráulica de fluidos e microeletrônica em equipamentos multimarcas, razão pela qual se mostra necessária a contratação de empresa especializada para atendimento da demanda.

A contratação integrada dos serviços de assistência técnica e fornecimento de peças ou componentes, quando necessários à execução dos reparos, guarda pertinência com a natureza do objeto, desde que a execução observe as condições previstas no Termo de Referência, na proposta e no contrato, com regular fiscalização pela Administração, controle dos serviços efetivamente realizados, atesto das entregas e compatibilidade dos valores contratados.

Quanto à **estimativa de despesa**, exigida pelo art. 72, inciso II, e calculada na forma do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, os autos foram instruídos com relatório de pesquisa de preços, justificativa de preço e anexos comparativos. A pesquisa utilizou contratações similares realizadas por órgãos e entidades da Administração Pública, bem como consultas em plataformas de pesquisa e sistemas de contratações públicas, notadamente Licitanet e Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

A justificativa de preço registra que a proposta apresentada pela empresa **CG PRIME SOLUÇÕES LTDA** perfaz o valor global de **R$ 58.930,40**, contemplando todos os serviços previstos no Termo de Referência e atendendo às necessidades da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA.

A análise comparativa dos preços pesquisados demonstra, sob o aspecto formal, que o valor ofertado se mostra compatível com os parâmetros de mercado levantados pela Administração, observando os princípios da economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa.

A análise jurídica, nesse ponto, limita-se à verificação da existência de pesquisa de preços, metodologia de comparação e justificativa de compatibilidade. A aferição material da suficiência dos parâmetros utilizados, da equivalência entre os objetos comparados, da adequação econômica do valor e da exequibilidade da proposta permanece sob responsabilidade do setor técnico, da Comissão de Contratação, do Controle Interno e da autoridade competente.

Quanto à **comprovação de habilitação e qualificação mínima**, prevista no art. 72, inciso V, consta dos autos a juntada da proposta comercial e dos documentos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e demais documentos pertinentes da empresa **CG PRIME SOLUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ nº **66.281.971/0001-65**.

A regularidade da empresa deve ser mantida durante toda a execução contratual, cabendo à Administração verificar, antes da assinatura do contrato e durante a execução, a

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 146
Rubrica

validade das certidões, a compatibilidade da atividade econômica com o objeto contratado, a regularidade fiscal e trabalhista e eventual qualificação técnica mínima exigida para a prestação dos serviços.

No que tange à **razão da escolha do contratado**, prevista no art. 72, inciso VI, verifica-se que a Administração motivou a escolha da empresa CG PRIME SOLUÇÕES LTDA em razão da compatibilidade da proposta apresentada com o objeto pretendido, do atendimento das necessidades administrativas da Câmara Municipal, da apresentação de documentos de habilitação e da adequação do valor ofertado aos parâmetros de mercado constantes dos autos.

A razão da escolha mostra-se juridicamente admissível, pois a contratação direta por dispensa de valor não autoriza escolha arbitrária do fornecedor. A Administração deve demonstrar que o contratado possui aptidão mínima para executar o objeto, que apresentou proposta compatível com a demanda e que o preço está adequado à realidade mercadológica.

No presente caso, a proposta da empresa contempla serviços de manutenção preventiva e corretiva de impressoras, escâneres e componentes periféricos, diagnóstico técnico dos equipamentos, identificação de falhas operacionais, limpeza técnica, ajustes, regulagens, testes de funcionamento e substituição de peças e componentes quando necessária à recuperação dos equipamentos, o que guarda correspondência com o objeto descrito no DFD, no ETP e no Termo de Referência.

Quanto à **justificativa de preço**, prevista no art. 72, inciso VII, os autos demonstram que o valor global proposto de **R$ 58.930,40** encontra-se compatível com os valores referenciais utilizados pela Administração. A justificativa registra, ainda, que a proposta contempla os serviços necessários ao atendimento da demanda e permanece dentro do limite aplicável à contratação direta por dispensa de licitação.

A **autorização da autoridade competente**, exigida pelo art. 72, inciso VIII, também consta dos autos. A Presidente da Câmara Municipal autorizou a abertura do procedimento, com utilização de recursos oriundos do orçamento vigente, e determinou a remessa do procedimento à Assessoria Jurídica para as providências cabíveis.

Quanto à **adequação orçamentária**, consta declaração da autoridade competente acerca da compatibilidade da despesa com a Lei Orçamentária Anual, Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Dessa forma, sob o aspecto jurídico-formal, verifica-se que os autos contemplam os elementos essenciais previstos no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, especialmente formalização da demanda, estimativa de despesa, ETP, análise de riscos, Termo de Referência, comprovação de habilitação, razão da escolha do contratado, justificativa de preço, autorização da autoridade competente e encaminhamento para parecer jurídico.

No que tange à minuta do contrato e sua concordância com as imposições do art. 92 da Lei nº 14.133/2021, observa-se a obrigatoriedade da abordagem das seguintes cláusulas:

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 147
Rubrica

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;
II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;
III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;
IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;
VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;
VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
IX - a matriz de risco, quando for o caso;
X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;
XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;
XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;
XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;
XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;
XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;
XIX - os casos de extinção.

Passa-se, então, à análise da minuta contratual.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 193
Rubrica

No presente caso, a minuta contratual apresentada tem por objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de impressoras, escâneres e componentes periféricos, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA, vinculando-se ao processo de **Dispensa de Licitação nº 7/2026-010610-C** e à proposta apresentada pela empresa contratada.

A minuta contempla cláusula de objeto, fundamentação legal, obrigações da contratada, obrigações da contratante, vigência, hipóteses de rescisão/extinção, infrações e sanções administrativas, multa, contraditório e ampla defesa, pagamento, reajuste, dotação orçamentária, alterações contratuais, fiscalização, publicação, foro e demais disposições necessárias à execução do ajuste.

A minuta também estabelece obrigações relevantes da contratada, como executar o objeto de acordo com as condições estabelecidas no processo e no contrato; manter preposto aceito pela Administração; atender às determinações do fiscal do contrato; reparar falhas, vícios ou incorreções; manter as condições de habilitação; guardar sigilo sobre informações obtidas em decorrência da execução contratual; e cumprir as normas legais aplicáveis.

A vigência contratual foi estruturada para prestação continuada dos serviços, pelo período de 12 (doze) meses, admitindo-se eventual prorrogação nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a natureza continuada do serviço, a vantajosidade da prorrogação, a regular execução contratual, a manutenção das condições de habilitação, a existência de interesse público e a autorização formal da autoridade competente.

Quanto ao pagamento, a Administração deverá observar as condições previstas na minuta contratual e no Termo de Referência, condicionando a liquidação e o pagamento à efetiva prestação dos serviços, atesto pelo fiscal do contrato, manutenção da regularidade fiscal e trabalhista, emissão de nota fiscal e demais documentos necessários.

No que se refere à fiscalização, a minuta estabelece a necessidade de acompanhamento por servidor ou comissão designada, o que se mostra adequado à natureza do objeto. Para esse tipo de contratação, a fiscalização deve verificar a efetiva realização dos serviços de manutenção, a conformidade dos reparos executados, a compatibilidade das peças ou componentes eventualmente substituídos, a entrega dos equipamentos em condições adequadas de funcionamento, o cumprimento dos prazos de atendimento e a observância das condições previstas no Termo de Referência e no contrato.

A minuta também contempla cláusulas sancionatórias compatíveis com a Lei nº 14.133/2021, prevendo advertência, impedimento de licitar e contratar, declaração de inidoneidade e multa, com observância ao contraditório e à ampla defesa.

Dessa forma, sob o aspecto jurídico-formal, a minuta contratual contém os elementos mínimos exigidos pelo art. 92 da Lei nº 14.133/2021, estando apta a instrumentalizar a contratação direta, sem prejuízo do preenchimento dos campos variáveis antes da assinatura, como número do contrato, qualificação completa da contratada, valor global, dotação

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 149
Rubrica

orçamentária, prazo de vigência, dados do processo e demais informações decorrentes da contratação.

Por fim, é necessário observar a regra de publicidade da contratação direta. O parágrafo único do art. 72 da Lei nº 14.133/2021 determina que o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial. Além disso, o art. 94, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 estabelece que a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP é condição indispensável para a eficácia do contrato e deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura, no caso de contratação direta.

Assim, uma vez autorizada a contratação e formalizado o contrato, deverão ser providenciadas as publicações legais cabíveis, inclusive no PNCP, no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal e nos demais meios utilizados pelo órgão, conforme regulamentação aplicável.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, considerando a documentação constante dos autos, a natureza do objeto, a justificativa da necessidade administrativa, a instrução processual realizada, a existência de Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Análise de Riscos, Termo de Referência, pesquisa de preços, justificativa de preço, razão da escolha do contratado, comprovação de habilitação, declaração de adequação orçamentária, autorização da autoridade competente, pronunciamento da Comissão de Licitação e minuta contratual, **opino pela possibilidade jurídica da contratação direta, por dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

A contratação pretendida tem valor global de **R$ 58.930,40** (cinquenta e oito mil, novecentos e trinta reais e quarenta centavos), situando-se abaixo do limite atualizado de **R$ 65.492,11** para a hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, nos termos do Decreto nº 12.807/2025.

Opino, ainda, pela regularidade jurídica da minuta contratual apresentada, por conter, em linhas gerais, as cláusulas necessárias previstas no art. 92 da Lei nº 14.133/2021, devendo ser preenchidos os campos variáveis antes da assinatura e observadas as condições constantes do Termo de Referência, da proposta apresentada e dos demais documentos que instruem o processo.

Após a deliberação da autoridade competente, recomenda-se a adoção das providências necessárias à formalização da contratação, com a respectiva publicação do ato autorizativo ou extrato do contrato em sítio eletrônico oficial, bem como divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP, nos termos do art. 72, parágrafo único, e art. 94, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 15
Rubrica

Ressalta-se que esta análise se limita aos aspectos jurídicos do procedimento, não abrangendo a aferição técnica da execução dos serviços, a análise material da pesquisa de preços, a conferência econômica da proposta, a avaliação contábil-financeira, a verificação operacional da capacidade técnica da contratada ou juízos de conveniência e oportunidade administrativa, matérias sujeitas à responsabilidade dos setores técnicos competentes, do Controle Interno e da autoridade ordenadora de despesas.

Por fim, registra-se que o presente parecer possui caráter opinativo, próprio da atividade consultiva, podendo a autoridade competente, de forma motivada, adotar entendimento diverso, desde que observados o interesse público, a legalidade e as normas aplicáveis à contratação pública.

É o parecer. À apreciação superior.

Oeiras do Pará/PA, 10 de junho de 2026.

ROGÉLIO RELVAS D'OLIVEIRA
Advogado - OAB/PA 19.225

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 151
Rubrica

PARECER JURÍDICO Nº 2026/06.17.0001-PMOP/AJUR

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2026-010609-C
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 72026010609C
ÓRGÃO CONSULTOR: Comissão de Contratação.
OBJETO: Análise e emissão de parecer acerca da legalidade do procedimento administrativo adotado, bem como da minuta do contrato.

EMENTA: DISPENSA DE LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DIRETA. ART. 75, INCISO II, DA LEI Nº 14.133/2021. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM GESTÃO DE MÍDIAS SOCIAIS, INCLUINDO CRIAÇÃO DE CONTEÚDO, POSTAGENS, TRANSMISSÕES AO VIVO, INTERAÇÃO COM O PÚBLICO E MONITORAMENTO DE MÉTRICAS DAS REDES SOCIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL. SERVIÇOS VOLTADOS À COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL, TRANSPARÊNCIA, DIVULGAÇÃO DE ATOS LEGISLATIVOS E ACESSO DA POPULAÇÃO À INFORMAÇÃO PÚBLICA. VALOR GLOBAL DE R$ 60.000,00. VALORES ATUALIZADOS PELO DECRETO Nº 12.807/2025. DOCUMENTOS EXIGIDOS NO ART. 72 DA LEI Nº 14.133/2021. FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR. TERMO DE REFERÊNCIA. PESQUISA DE PREÇOS. JUSTIFICATIVA DO PREÇO. RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO. COMPROVAÇÃO DE HABILITAÇÃO. AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE: MINUTA DO CONTRATO. ART. 92 DA LEI Nº 14.133/2021. POSSIBILIDADE JURÍDICA. PUBLICIDADE DO ATO DE CONTRATAÇÃO DIRETA. DIVULGAÇÃO NO PNCP COMO CONDIÇÃO DE EFICÁCIA DO CONTRATO, NOS TERMOS DO ART. 94 DA LEI Nº 14.133/2021.

1. RELATÓRIO

Vieram os autos do processo em epígrafe para análise desta Assessoria Jurídica e emissão de parecer acerca da legalidade do procedimento administrativo adotado, bem como da minuta do contrato, objetivando a **contratação de empresa especializada em gestão de mídias sociais, especialmente Instagram e Facebook, incluindo a criação de conteúdo institucional, postagens, transmissões ao vivo, interação com o público e**

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 152
Rubrica

monitoramento de métricas das redes sociais da Câmara Municipal, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA.

O processo foi encaminhado ao Departamento Jurídico por meio de despacho da Comissão de Licitação e Contratos, datado de 15 de junho de 2026, para análise e emissão de parecer quanto à legalidade, regularidade e conformidade da contratação direta por Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A empresa indicada para contratação é **CG PRIME SOLUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **66.281.971/0001-65**, pelo valor global de **R$ 60.000,00** (sessenta mil reais), correspondente à prestação mensal dos serviços pelo período de 12 (doze) meses.

Os autos foram instruídos com os seguintes documentos:

a) Documento de Formalização da Demanda – DFD;
b) Solicitação de levantamento preliminar de preços;
c) Resposta à solicitação de pesquisa de preços;
d) Relatório de pesquisa de preços;
e) Solicitação de elaboração do Estudo Técnico Preliminar;
f) Estudo Técnico Preliminar – ETP;
g) Análise de Riscos;
h) Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira;
i) Termo de Referência;
j) Convocação para apresentação de habilitação;
k) Juntada da proposta comercial e dos documentos de habilitação;
l) Proposta de preços apresentada pela empresa CG PRIME SOLUÇÕES LTDA;
m) Documentos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica;
n) Portaria de designação do Agente de Contratação, Comissão de Contratação e Equipe de Apoio;
o) Autuação;
p) Razão da escolha do prestador de serviço;
q) Justificativa do preço e respectivos anexos;
r) Pronunciamento da Comissão de Licitação e Contratos;
s) Autorização da autoridade competente;
t) Despacho para o Departamento Jurídico;
u) Minuta do contrato.

O Documento de Formalização da Demanda descreve que a contratação visa atender às necessidades de comunicação institucional da Câmara Municipal, especialmente para divulgação de sessões ordinárias e extraordinárias, entrevistas, conteúdos informativos, educacionais e de orientação social, fortalecendo a transparência e o acesso da população às atividades legislativas.

O Estudo Técnico Preliminar, por sua vez, demonstra que a contratação busca aprimorar a comunicação entre o Poder Legislativo Municipal e a sociedade, com fundamento no direito de acesso à informação, na publicidade dos atos públicos e na

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 153
Rubrica

necessidade de divulgação clara, acessível e eficiente das ações institucionais da Câmara Municipal.

A proposta apresentada pela empresa CG PRIME SOLUÇÕES LTDA prevê a prestação de serviços de gestão de mídias sociais, com criação de conteúdos, postagens, transmissões ao vivo, interação com o público e monitoramento de métricas, pelo valor mensal de **R$ 5.000,00** e valor global de **R$ 60.000,00**, para execução pelo período de 12 (doze) meses.

É o necessário a relatar. Passo a opinar.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre esclarecer que a presente manifestação jurídica possui natureza opinativa e limita-se à análise da legalidade do procedimento de contratação direta e da minuta contratual submetida à apreciação, nos termos dos arts. 53 e 72, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Não compete a este parecerista substituir a atuação dos setores técnicos responsáveis pela definição do objeto, avaliação da necessidade administrativa, estimativa de quantidades, aferição material da pesquisa de preços, conferência da documentação de habilitação, análise da compatibilidade técnica da proposta, disponibilidade orçamentária efetiva ou conveniência e oportunidade da contratação.

A análise jurídica, portanto, recai sobre a regularidade formal e legal da contratação direta, a compatibilidade do enquadramento jurídico com a hipótese de dispensa invocada, a presença dos documentos essenciais exigidos pela Lei nº 14.133/2021, a adequação da razão da escolha do contratado, a justificativa do preço, a comprovação de habilitação mínima e a compatibilidade da minuta contratual com as exigências legais aplicáveis.

As contratações das entidades públicas seguem, como regra, o regime de licitação, conforme determina o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, segundo o qual, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações devem ser contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes.

A licitação é o meio ordinário destinado a garantir isonomia, competitividade, impessoalidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. Contudo, a própria Constituição Federal admite exceções, remetendo à legislação infraconstitucional a definição das hipóteses em que a licitação poderá ser dispensada ou inexigível.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 154
Rubrica

No caso concreto, a contratação foi enquadrada como dispensa de licitação em razão do valor, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que admite a contratação direta para outros serviços e compras quando o valor estiver abaixo do limite legal atualizado.

> Art. 75. É dispensável a licitação:
> [...]
> II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; (Vide Decreto no 11.871 de 2023)

O Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025, atualizou os valores da Lei nº 14.133/2021 e entrou em vigor em 1º de janeiro de 2026; no anexo do decreto, o limite do art. 75, inciso II, foi atualizado para R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

No presente processo, o valor global da contratação é de **R$ 60.000,00**, correspondente a 12 (doze) parcelas mensais de R$ 5.000,00, conforme proposta comercial apresentada pela empresa indicada. Assim, sob o aspecto do valor, a contratação encontra-se dentro do limite legal atualizado para dispensa de licitação com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Ressalte-se que, na contratação direta, dispensa-se o procedimento licitatório competitivo ordinário, mas não se dispensa o processo administrativo. A Administração continua obrigada a instruir os autos com os documentos necessários à demonstração da necessidade, vantajosidade, regularidade fiscal e jurídica, compatibilidade orçamentária, razão da escolha do contratado e justificativa do preço.

O artigo 72, da Lei nº 14.133/2021, regra o processo da contratação direta:

> Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:
>
> I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
>
> II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
>
> III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 155
Rubrica

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

No caso em análise, verifica-se a presença do **Documento de Formalização da Demanda**, no qual a Câmara Municipal identificou a necessidade administrativa de contratação de empresa especializada em gestão de mídias sociais, com a finalidade de assegurar a divulgação institucional de atos, sessões, entrevistas, campanhas informativas, ações legislativas, comunicados oficiais e demais conteúdos de interesse público.

O DFD evidencia a necessidade pública envolvida, relacionando a contratação à transparência, à comunicação institucional, ao acesso da população às atividades legislativas e ao fortalecimento da relação entre a Câmara Municipal e a sociedade. Trata-se de motivação compatível com a natureza do objeto, desde que a execução contratual observe a finalidade pública e os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Também consta dos autos **Estudo Técnico Preliminar**, no qual se demonstra que a gestão de mídias sociais é instrumento de aproximação entre o Poder Legislativo e o cidadão, viabilizando a divulgação de sessões ordinárias e extraordinárias, audiências públicas, reuniões, campanhas institucionais, ações legislativas, comunicados oficiais e demais atividades desenvolvidas pela Câmara Municipal.

O ETP individualiza a demanda e demonstra que os serviços pretendidos possuem natureza institucional, informativa, educativa e de orientação social, estando voltados à divulgação de informações de interesse coletivo. O documento também aponta requisitos mínimos da contratação, como capacidade técnica e operacional para criação de conteúdo, elaboração de artes, produção de textos, edição de vídeos, postagens, transmissões ao vivo, interação com o público e monitoramento de métricas das redes sociais oficiais da Câmara Municipal.

A existência de **Análise de Riscos** também atende ao art. 72, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. O mapa de riscos aborda situações relacionadas ao planejamento, seleção do fornecedor, execução dos serviços, fiscalização contratual e encerramento da contratação,

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 156
Rubrica

incluindo riscos como descrição insuficiente do objeto, pesquisa de preços incompatível, falhas na entrega de conteúdos, execução inadequada dos serviços, ausência de controle das publicações, prejuízo à imagem institucional e dificuldades de fiscalização.

No que se refere ao **Termo de Referência**, verifica-se que o documento descreve o objeto, a justificativa, o detalhamento da contratação, o valor estimado, a fundamentação legal, as condições de execução, as obrigações das partes e demais parâmetros necessários à execução contratual. O TR apresenta item único consistente em gestão de mídias sociais, incluindo criação de conteúdo, postagens, transmissões ao vivo, interação com o público e monitoramento de métricas das redes sociais da Câmara Municipal, pelo valor mensal de R$ 5.000,00 e global de R$ 60.000,00.

O Termo de Referência também reforça que a comunicação institucional deverá observar a finalidade pública da contratação, o que é essencial em contratos dessa natureza. Por se tratar de serviço de divulgação institucional em redes sociais, a execução contratual deve permanecer estritamente vinculada ao interesse público, sendo vedada a utilização dos serviços para promoção pessoal de agentes públicos, autoridades, vereadores, servidores ou terceiros, nos termos do art. 37, §1°, da Constituição Federal.

Quanto à **estimativa de despesa**, exigida pelo art. 72, inciso II, e calculada na forma do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, os autos foram instruídos com relatório de pesquisa de preços, justificativa de preço e anexos comparativos. A pesquisa utilizou contratações públicas similares identificadas no âmbito do Estado do Pará, além da proposta comercial apresentada no processo atual.

A justificativa de preço registrou como referências os valores de **R$ 60.000,00**, **R$ 61.345,50** e **R$ 84.000,00**, obtendo média aritmética de **R$ 68.448,50**. A proposta apresentada pela empresa indicada foi de **R$ 60.000,00**, valor inferior à média dos referenciais analisados, o que demonstra, sob o aspecto formal, compatibilidade com os parâmetros de mercado levantados pela Administração.

A análise jurídica, nesse ponto, limita-se à verificação da existência de pesquisa de preços, metodologia de comparação e justificativa de compatibilidade. A aferição material da suficiência dos parâmetros utilizados, da equivalência entre os objetos comparados, da adequação econômica do valor e da exequibilidade da proposta permanece sob responsabilidade do setor técnico, da Comissão de Contratação, do Controle Interno e da autoridade competente.

Quanto à **comprovação de habilitação e qualificação mínima**, prevista no art. 72, inciso V, consta dos autos a juntada da proposta comercial e dos documentos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e demais documentos pertinentes da empresa CG PRIME

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 157
Rubrica

SOLUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 66.281.971/0001-65. O registro de juntada informa que a documentação foi apresentada para análise e prosseguimento do procedimento de contratação direta com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A regularidade da empresa deve ser mantida durante toda a execução contratual, cabendo à Administração verificar, antes da assinatura do contrato e durante a execução, a validade das certidões, a compatibilidade da atividade econômica com o objeto contratado, a regularidade fiscal e trabalhista e eventual qualificação técnica mínima exigida para a prestação dos serviços.

No que tange à **razão da escolha do contratado**, prevista no art. 72, inciso VI, verifica-se que a Administração motivou a escolha da empresa CG PRIME SOLUÇÕES LTDA em razão da compatibilidade da proposta apresentada com o objeto pretendido, do atendimento das necessidades administrativas da Câmara Municipal, da apresentação de documentos de habilitação e da adequação do valor ofertado aos parâmetros de mercado constantes dos autos.

A razão da escolha mostra-se juridicamente admissível, pois a contratação direta por dispensa de valor não autoriza escolha arbitrária do fornecedor. A Administração deve demonstrar que o contratado possui aptidão mínima para executar o objeto, que apresentou proposta compatível com a demanda e que o preço está adequado à realidade mercadológica.

No presente caso, a proposta da empresa contempla planejamento, criação e organização de conteúdos institucionais para redes sociais, elaboração de artes, textos e materiais digitais, postagens e atualização das redes sociais, apoio à transmissão ao vivo de sessões, reuniões e eventos institucionais, interação com o público e monitoramento de métricas, o que guarda correspondência com o objeto descrito no DFD, no ETP e no Termo de Referência.

Quanto à **justificativa de preço**, prevista no art. 72, inciso VII, os autos demonstram que o valor global proposto de R$ 60.000,00 encontra-se abaixo da média dos valores referenciais utilizados pela Administração. A justificativa registra, ainda, que não foram identificados indícios de sobrepreço ou inexequibilidade, considerando que a proposta contempla os serviços necessários ao atendimento da demanda e permanece dentro do limite aplicável à contratação direta por dispensa de licitação.

A **autorização da autoridade competente**, exigida pelo art. 72, inciso VIII, também consta dos autos. A Presidente da Câmara Municipal autorizou a abertura do procedimento, com utilização de recursos oriundos do orçamento vigente, e determinou a remessa do procedimento à Assessoria Jurídica para as providências cabíveis.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 158
Rubrica

Quanto à **adequação orçamentária**, consta declaração da autoridade competente acerca da compatibilidade da despesa com a Lei Orçamentária Anual, Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias. Além disso, o pronunciamento da Comissão de Licitação indicou a classificação orçamentária: Exercício 2026, Órgão 01 — Câmara Municipal de Oeiras do Pará, Unidade Orçamentária 01 — Câmara Municipal de Oeiras do Pará, Atividade 2.002 — Manutenção das Atividades Legislativas da Câmara, Classificação Econômica 3.3.90.39.00 — Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica.

Dessa forma, sob o aspecto jurídico-formal, verifica-se que os autos contemplam os elementos essenciais previstos no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, especialmente formalização da demanda, estimativa de despesa, ETP, análise de riscos, Termo de Referência, comprovação de habilitação, razão da escolha do contratado, justificativa de preço, autorização da autoridade competente e encaminhamento para parecer jurídico.

No que tange a Minuta do Contrato e sua concordância com as imposições do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021, observa-se a obrigatoriedade da abordagem das seguintes cláusulas:

> Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:
>
> I - o objeto e seus elementos característicos;
>
> II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;
>
> III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;
>
> IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
>
> V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
>
> VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;
>
> VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;
>
> VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 159
Rubrica

econômica;

IX - a matriz de risco, quando for o caso;

X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;

XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;

XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;

XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;

XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;

XIX - os casos de extinção.

Passa-se, então, à análise da minuta contratual.

No presente caso, a minuta contratual apresentada tem por objeto a prestação de serviços de gestão de mídias sociais, incluindo Instagram e Facebook, criação de conteúdo, postagens, transmissões ao vivo, interação com o público e monitoramento de métricas das

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 160
Rubrica

redes sociais da Câmara Municipal, vinculando-se ao processo de Dispensa de Licitação nº 7/2026-010609-C e à proposta vencedora.

A minuta contempla cláusula de objeto, fundamentação legal, obrigações da contratada, obrigações da contratante, vigência, hipóteses de rescisão/extinção, infrações e sanções administrativas, multa, contraditório e ampla defesa, pagamento, reajuste, dotação orçamentária, alterações contratuais, fiscalização, publicação, foro e demais disposições necessárias à execução do ajuste.

A minuta também estabelece obrigações relevantes da contratada, como executar o objeto de acordo com as condições estabelecidas no processo e no contrato; manter preposto aceito pela Administração; atender às determinações do fiscal do contrato; reparar falhas, vícios ou incorreções; manter as condições de habilitação; guardar sigilo sobre informações obtidas em decorrência da execução contratual; e cumprir as normas legais aplicáveis.

A vigência contratual foi estruturada para prestação continuada dos serviços, pelo período de 12 (doze) meses, admitindo-se eventual prorrogação nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a natureza continuada do serviço, a vantajosidade da prorrogação, a regular execução contratual, a manutenção das condições de habilitação, a existência de interesse público e a autorização formal da autoridade competente.

Quanto ao pagamento, a Administração deverá observar as condições previstas na minuta contratual e no Termo de Referência, condicionando a liquidação e o pagamento à efetiva prestação dos serviços, atesto pelo fiscal do contrato, manutenção da regularidade fiscal e trabalhista, emissão de nota fiscal e demais documentos necessários.

No que se refere à fiscalização, a minuta estabelece a necessidade de acompanhamento por servidor ou comissão designada, o que se mostra adequado à natureza do objeto. Para esse tipo de contratação, a fiscalização deve verificar não apenas a realização de postagens, mas também a compatibilidade dos conteúdos com as demandas institucionais, a observância da finalidade pública, a periodicidade das entregas, o apoio às transmissões ao vivo, a interação nos canais oficiais e a apresentação de relatórios ou métricas, quando exigidos.

A minuta também contempla cláusulas sancionatórias compatíveis com a Lei nº 14.133/2021, prevendo advertência, impedimento de licitar e contratar, declaração de inidoneidade e multa, com observância ao contraditório e à ampla defesa.

Dessa forma, sob o aspecto jurídico-formal, a minuta contratual contém os elementos mínimos exigidos pelo art. 92 da Lei nº 14.133/2021, estando apta a instrumentalizar a

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 161
Rubrica

contratação direta, sem prejuízo do preenchimento dos campos variáveis antes da assinatura, como número do contrato, qualificação completa da contratada, valor mensal, valor global, dotação orçamentária, prazo de vigência, dados do processo e demais informações decorrentes da contratação.

Por fim, é necessário observar a regra de publicidade da contratação direta. O parágrafo único do art. 72 da Lei nº 14.133/2021 determina que o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial. Além disso, o art. 94, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, estabelece que a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP é condição indispensável para a eficácia do contrato e deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura, no caso de contratação direta.

Assim, uma vez autorizada a contratação e formalizado o contrato, deverão ser providenciadas as publicações legais cabíveis, inclusive no PNCP, no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal e nos demais meios utilizados pelo órgão, conforme regulamentação aplicável.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, considerando a documentação constante dos autos, a natureza do objeto, a justificativa da necessidade administrativa, a instrução processual realizada, a existência de Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Análise de Riscos, Termo de Referência, pesquisa de preços, justificativa de preço, razão da escolha do contratado, comprovação de habilitação, declaração de adequação orçamentária, autorização da autoridade competente, pronunciamento da Comissão de Licitação e minuta contratual, **opino pela possibilidade jurídica da contratação direta**, por dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A contratação pretendida tem valor global de **R$ 60.000,00** (sessenta mil reais), situando-se abaixo do limite atualizado de **R$ 65.492,11** para a hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, nos termos do Decreto nº 12.807/2025.

Opino, ainda, pela regularidade jurídica da minuta contratual apresentada, por conter, em linhas gerais, as cláusulas necessárias previstas no art. 92 da Lei nº 14.133/2021, devendo ser preenchidos os campos variáveis antes da assinatura e observadas as condições constantes do Termo de Referência, da proposta apresentada e dos demais documentos que instruem o processo.

Após a deliberação da autoridade competente, recomenda-se a adoção das providências necessárias à formalização da contratação, com a respectiva publicação do ato

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 162
Rubrica

Ressalta-se que esta análise se limita aos aspectos jurídicos do procedimento, não abrangendo a aferição técnica da execução dos serviços, a análise material da pesquisa de preços, a conferência econômica da proposta, a avaliação contábil-financeira, a verificação operacional da capacidade técnica da contratada ou juízos de conveniência e oportunidade administrativa, matérias sujeitas à responsabilidade dos setores técnicos competentes, do Controle Interno e da autoridade ordenadora de despesas.

Por fim, registra-se que o presente parecer possui caráter opinativo, próprio da atividade consultiva, podendo a autoridade competente, de forma motivada, adotar entendimento diverso, desde que observados o interesse público, a legalidade e as normas aplicáveis à contratação pública.

É o parecer. À apreciação superior.

Oeiras do Pará/PA, 10 de junho de 2026.

ROGÉLIO RELVAS D'OLIVEIRA
Advogado - OAB/PA 19.225

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 163
Rubrica

CONTROLE INTERNO

PARECER SOBRE A CONFORMIDADE DO PROCESSO

Processo Administrativo nº. 72026010610C

Modalidade: Dispensa de Licitação - 7/2026-010610-C

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS, ESCÂNERES E COMPONENTES PERIFÉRICOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ/PA.

1. RELATÓRIO

A Controladoria Interna, na pessoa do Sr. WALTER DA COSTA AZEVEDO FILHO, matrícula 0028, responsável pelo Controle Interno da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA, administração 2025/2026, nomeado pela Portaria nº 015/2025, de 03 de janeiro de 2025, em cumprimento às normas dos Órgãos de Controle Externo e em atendimento à Lei nº 14.133/2021, à Resolução Administrativa nº 032/2024/TCM-PA e ao Manual de Controle Interno expedido pelo TCM-PA, emite seu Parecer de conformidade, nos termos abaixo transcritos.

A Presidente da Câmara Municipal de Oeiras do Pará, Sra. ANDREIA CALAZÃO VEIGA, formalizou a demanda por meio do Documento de Formalização da Demanda – DFD, indicando os elementos qualitativos e quantitativos necessários à contratação, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada em serviços de manutenção preventiva e corretiva de impressoras, escâneres e componentes periféricos, para atender as necessidades institucionais do Poder Legislativo.

A pesquisa de preços, fundamentada no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e observada a Resolução Administrativa nº 12/2024/TCM-PA, foi realizada mediante consulta no sistema Licitanet, Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e referência histórica de processo semelhante promovido pela própria Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA no exercício de 2025, com apoio de relatório, mapa comparativo e documentos de suporte juntados aos autos. O levantamento resultou no valor estimado de R$ 59.793,40 (cinquenta e nove mil, setecentos e noventa e três reais e quarenta centavos). A proposta comercial apresentada pela empresa selecionada (CG PRIME SOLUÇÕES LTDA) perfaz o valor global de R$ 58.930,40 (cinquenta e oito mil, novecentos e trinta reais e quarenta centavos).

O processo foi encaminhado a esta Unidade de Controle Interno para verificação do cumprimento das exigências legais e normativas aplicáveis à contratação direta, especialmente aquelas previstas na Lei nº 14.133/2021, bem como nas orientações constantes do Manual de Controle Interno expedido pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – TCM/PA.

2. DA ANÁLISE DA CONFORMIDADE PROCESSUAL E DOCUMENTOS ANEXADOS

Após análise da documentação constante nos autos, verifica-se que o processo administrativo apresenta os elementos essenciais exigidos para a contratação direta por Dispensa de Licitação em razão do valor, conforme previsto no art. 72 e no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Versa o presente Parecer acerca do Processo Administrativo nº 72026010610C, Dispensa nº 7/2026-010610-C, que tem como objeto a contratação de empresa de manutenção de impressoras, escâneres e componentes periféricos, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA, e vem instruído com os documentos comprobatórios abaixo relacionados:

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 164
Rubrica

I - Documento de Formalização da Demanda - DFD, assinado pela Presidente da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA;

II - Relatório de Pesquisa de Preços, acompanhado de mapa comparativo, cotações comerciais e anexos comprobatórios;

III - Memorando emitido pelo Gabinete da Presidência solicitando a elaboração do Estudo Técnico Preliminar;

IV - Memorando de resposta da Comissão de Licitação e Contratos, encaminhando o Estudo Técnico Preliminar;

V - Estudo Técnico Preliminar - ETP;

VI - Análise de Riscos/Mapa de Riscos;

VII - Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira;

VIII - Termo de Referência;

IX - Convocação para apresentação de proposta e documentos de habilitação;

X - Termo de juntada da proposta comercial e dos documentos de habilitação;

XI - Documentos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e demais documentos apresentados pela empresa selecionada;

XII - Portaria de nomeação do Agente de Contratação, Comissão de Contratação e Equipe de Apoio;

XIII - Autuação do processo;

XIV - Razão da Escolha do Prestador de Serviço;

XV - Justificativa de Preço, acompanhada dos respectivos anexos;

XVI - Pronunciamento da Comissão de Licitação e Contratos;

XVII - Autorização da autoridade competente;

XVIII - Despacho para o Departamento Jurídico, juntamente com a minuta contratual ou instrumento equivalente;

XIX - Parecer Jurídico, quando juntado aos autos, para manifestação quanto à legalidade, regularidade e conformidade do procedimento.

É o que se tem a relatar.

3. DA CONTROLADORIA INTERNA NA GESTÃO PÚBLICA

Antes de adentrarmos o mérito, insta salientar que a condução da análise técnica desta Controladoria é vinculada à atividade prevista nos artigos 70 e 74 da Constituição Federal, bem como às normas de controle externo e às orientações expedidas pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará. Tais disposições, ao mencionarem o Sistema de Controle Interno, fazem referência a um conceito amplo, que impõe o controle interno como responsabilidade da gestão.

Nesse sentido, cabe aos responsáveis pelo setor de Controle Interno contribuir para a efetividade da gestão pública, a responsabilidade na utilização dos recursos públicos, o cumprimento das metas previstas no planejamento institucional, a execução dos programas e orçamentos, a identificação e correção de desvios ou irregularidades, a proposição de melhorias na gestão e o fortalecimento do sistema de controle.

Por derradeiro, a Lei nº 14.133/2021 fortalece o papel do Controle Interno como linha de defesa no processo de contratação pública, devendo atuar de forma preventiva na verificação da

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 145
Rubrica

legalidade, eficiência, efetividade e economicidade dos atos praticados pelos agentes públicos, conforme as diretrizes de governança e controle aplicáveis às licitações e contratos administrativos.

4. DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SEGREGAÇÃO DE FUNÇÃO

O princípio da segregação de funções, previsto no rol de princípios aplicáveis às contratações públicas, constitui ferramenta essencial de controle interno da Administração, pois busca preservar a independência, a autonomia funcional e a separação das atribuições exercidas pelos agentes públicos nas diferentes etapas do procedimento.

Na prática, tal princípio impõe a adequada definição das funções a serem desempenhadas por cada servidor no decorrer da contratação, especialmente nas fases de planejamento, instrução processual, seleção do fornecedor, habilitação, autorização, análise jurídica, execução contratual, fiscalização e controle.

No presente processo, verifica-se a existência de etapas distintas que evidenciam a segregação de funções, iniciando-se pela formalização da demanda e definição do objeto pela Presidente da Câmara (Sra. Andreia Calazão Veiga), seguida pela pesquisa de preços promovida pelo Agente de Contratação (Sr. Rosivan dos Santos Machado) e equipe de apoio, elaboração do Estudo Técnico Preliminar, elaboração do Termo de Referência, mapeamento de riscos, análise da documentação de habilitação, razão da escolha, justificativa de preço, pronunciamento da Comissão de Licitação, autorização da autoridade competente, encaminhamento ao Departamento Jurídico, indicação de fiscal do contrato (servidora Marina Oliveira Mendes) e posterior controle da execução contratual.

Por fim, em face da aplicação do princípio da segregação de função, ainda que o Controle Interno tenha o viés de conferir a conformidade dos procedimentos, cada agente público e cada setor da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA, nomeado ou designado para atuar no processo, possui parcela de responsabilidade pelos atos administrativos praticados no âmbito de suas atribuições.

5. PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

A Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece que a fase preparatória da contratação pública deve ser pautada pelo planejamento, buscando a seleção da proposta que gere o melhor resultado para a Administração Pública e que seja compatível com as necessidades efetivamente identificadas pelo órgão demandante.

No âmbito deste processo, a Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA identificou a necessidade de contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva de impressoras, escâneres e componentes periféricos, com fornecimento de peças sob demanda, considerando:

a) A necessidade de assegurar a conservação, manutenção preventiva e corretiva e o pleno funcionamento do parque tecnológico de impressão (laser Brother e jato de tinta Epson), escâneres e periféricos;

b) A garantia de continuidade das atividades administrativas e legislativas, viabilizando a emissão de documentos oficiais, autógrafos de lei, pareceres de comissões, atas, relatórios contábeis e prestação de contas da Casa Legislativa;

c) A preservação do patrimônio público e a extensão da vida útil dos equipamentos tecnológicos pertencentes à Câmara Municipal, evitando sua degradação e descartes precoces;

d) A inexistência de quadro funcional próprio com qualificação técnica e estrutura de laboratório especializada para a execução direta dos serviços de manutenção mecânica, elétrica, eletroeletrônica e de fluidos;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 166
Rubrica

e) A obrigatoriedade de observância e adoção do sistema de logística reversa para o recolhimento e destinação ambientalmente adequada de peças, componentes e insumos inservíveis substituídos (Lei Federal nº 12.305/2010);

f) A necessidade de otimização de custos e garantia de suporte técnico contínuo sob demanda pelo período de 12 (doze) meses.

Este planejamento, exigido pelo art. 18 da Lei nº 14.133/2021, assegura que a contratação direta por Dispensa de Licitação foi adequadamente fundamentada, visando garantir economicidade, eficiência e atendimento ao interesse público, em conformidade com as necessidades da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA.

6. DA ANÁLISE DE RISCOS

Conforme estabelecido pelo art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, a fase de planejamento da contratação deve contemplar a identificação e a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e a adequada execução do objeto contratual.

No presente procedimento, em atendimento ao referido dispositivo legal, a Administração elaborou e anexou aos autos documento técnico específico denominado Análise de Riscos / Mapa de Riscos, contendo o mapeamento e a matriz de gerenciamento de riscos relacionados à contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção de impressoras, escâneres e periféricos.

Na matriz elaborada, os riscos foram identificados, classificados e avaliados de forma sistemática, considerando-se especialmente os eventos que possam impactar a tempestividade dos atendimentos, a qualidade técnica dos serviços prestados, a procedência e compatibilidade das peças aplicadas (exigência de componentes novos e originais/primeira linha), o tempo de indisponibilidade dos equipamentos, o recolhimento de resíduos por logística reversa e a fiscalização da execução contratual, observando:

a) A probabilidade de ocorrência do evento de risco, classificada como alta, média ou baixa;

b) O impacto potencial na execução do objeto e nas atividades administrativas e institucionais;

c) Os possíveis danos ou prejuízos associados a cada evento;

d) As medidas preventivas e mitigadoras a serem adotadas;

e) A responsabilidade pela implementação das medidas, seja pela Administração contratante ou pela empresa contratada.

Diante do exposto, verifica-se que a análise e a matriz de riscos foram devidamente elaboradas, constituindo instrumento de planejamento e gestão que contribui para a prevenção de falhas, mitigação de riscos e aprimoramento da governança da contratação.

Tal procedimento confere maior segurança jurídica, previsibilidade e transparência ao processo administrativo, permitindo à Administração adotar medidas preventivas e corretivas de forma fundamentada durante toda a execução contratual.

7. DOS REQUISITOS DE CONFORMIDADE - DISPENSA DE LICITAÇÃO - LEI 14.133/21

7.1. Aspectos gerais da dispensa de licitação

Entre essas exceções encontra-se a dispensa de licitação, prevista no art. 75 da Lei nº 14.133/2021, aplicável, entre outras hipóteses, às contratações de menor valor, desde que observados os limites legais vigentes, a adequada instrução processual, a justificativa da contratação, a estimativa da despesa e a demonstração da compatibilidade do preço com o mercado.

No caso em análise, verifica-se que a contratação pretendida refere-se à prestação de serviços de manutenção de impressoras, escâneres e componentes periféricos, objeto de natureza continuada

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 167
Rubrica

com valor global de R$ 58.930,40 (cinquenta e oito mil, novecentos e trinta reais e quarenta centavos), enquadrando-se como contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor (art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Federal nº 12.807/2025, cujo limite atualizado é de R$ 65.492,11)

7.2. Da fundamentação legal e justificativa

A autoridade competente apresentou fundamentação específica quanto ao enquadramento legal da contratação direta, em consonância com o disposto no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, demonstrando o atendimento aos requisitos legais exigidos para a realização da dispensa de licitação.

Verifica-se, ainda, que a instrução processual observou as exigências previstas no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, dispositivo que estabelece os elementos indispensáveis para a formalização dos processos de contratação direta, assegurando a devida motivação administrativa, a transparência dos atos e a demonstração da vantajosidade da contratação para a Administração Pública.

Constam dos autos, de forma clara e devidamente motivada, os seguintes elementos:

a) A indicação do dispositivo legal que fundamenta e autoriza a contratação por dispensa de licitação;

b) A justificativa da necessidade da contratação, devidamente relacionada às demandas institucionais, legislativas e administrativas da Câmara Municipal;

c) A razão da escolha da empresa contratada, baseada na compatibilidade da proposta, no ramo de atuação e na documentação apresentada;

d) A justificativa do preço praticado, fundamentada em pesquisa de mercado e análise comparativa de contratações públicas similares;

e) A demonstração da compatibilidade dos valores ofertados com aqueles praticados no mercado para serviços de natureza semelhante;

f) A comprovação de que a proposta selecionada atende às especificações, quantitativos e condições necessárias à execução do objeto.

Dessa forma, observa-se que a Administração atendeu aos pressupostos legais aplicáveis às contratações diretas por dispensa de licitação, promovendo a adequada instrução do processo administrativo em conformidade com os princípios da legalidade, motivação, economicidade, planejamento e interesse público.

7.3. Da pesquisa de preços

Em atendimento ao disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, foi realizada pesquisa de preços com o objetivo de verificar a compatibilidade do valor contratado com os preços praticados no mercado para serviços de natureza semelhante.

A pesquisa de preços foi realizada por meio de metodologia compatível com o objeto, compreendendo:

a) Obtenção de cotações de contratações públicas similares no Licitanet e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

b) Utilização da referência histórica de contratação similar realizada pela própria Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA no exercício de 2025;

c) Análise comparativa dos preços unitários e globais apurados;

d) Elaboração de relatório de pesquisa de preços e consolidação dos valores de referência;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 168
Rubrica

e) Verificação da compatibilidade dos itens, quantitativos, unidades de medida e condições de execução;

f) Análise da proposta apresentada pela empresa selecionada em relação aos parâmetros apurados.

Referência / Parâmetro Utilizado	***Valor (R$)***
Relatório de Pesquisa de Preços (Licitanet / PNCP)	R$ 59.793,40
Referência Histórica (Câmara Municipal de Oeiras do Pará – Exercício 2025)	R$ 61.700,00
Proposta Selecionada (CG PRIME SOLUÇÕES LTDA)	R$ 58.930,40

Com base nas referências obtidas, verificou-se que o valor apresentado pela empresa CG PRIME SOLUÇÕES LTDA (R$ 58.930,40) encontra-se compatível com os preços praticados no mercado, situando-se R$ 863,00 abaixo da estimativa apurada na pesquisa de preços (R$ 59.793,40) e R$ 2.769,60 abaixo da referência histórica do exercício de 2025 (R$ 61.700,00), demonstrando razoabilidade, vantagem e adequação econômica para a Administração Pública.

7.4. Do Estudo Técnico Preliminar

Foi elaborado o Estudo Técnico Preliminar - ETP, em conformidade com o disposto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, instrumento integrante da fase de planejamento da contratação.

O referido documento tem por finalidade demonstrar a necessidade da contratação e avaliar a solução mais adequada para o atendimento da demanda administrativa.

O ETP contempla os elementos necessários à adequada caracterização da contratação, dentre os quais se destacam:

a) A descrição detalhada da necessidade administrativa que fundamenta a contratação dos serviços de manutenção de impressoras e escâneres;

b) A definição clara do objeto, consistente na manutenção preventiva, corretiva e fornecimento sob demanda de componentes periféricos;

c) A especificação das intervenções técnicas, incluindo revisões periódicas, limpezas, trocas de rolo fusor, rolo de pressão, cilindro, toner, cabeças de impressão e bombas;

d) A justificativa técnica para o não parcelamento do objeto, visando garantir a responsabilidade técnica única sobre os equipamentos e evitar conflitos entre prestadores e fornecedores de peças;

e) A estimativa do valor da contratação, baseada em levantamento de preços e referência histórica de contratação anterior do órgão;

f) A inclusão de diretrizes de sustentabilidade e logística reversa para a destinação adequada de resíduos eletrônicos (Lei Federal nº 12.305/2010);

g) A demonstração de alinhamento da contratação com as necessidades institucionais e operacionais da Câmara Municipal.

Dessa forma, verifica-se que o Estudo Técnico Preliminar foi elaborado para fundamentar tecnicamente a contratação pretendida, bem como orientar a definição do objeto e das condições necessárias para sua adequada execução.

7.5. Do Termo de Referência

O Termo de Referência foi elaborado em observância ao disposto no art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, contendo, de forma clara e objetiva:

a) A definição precisa do objeto da contratação;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 169
Rubrica

b) A fundamentação técnica e administrativa da necessidade;

c) A descrição detalhada dos serviços e materiais a serem executados ou fornecidos;

d) A especificação dos produtos, procedimentos de execução, aplicação, instalação e entrega;

e) Os critérios de aceitação dos serviços e materiais;

f) As obrigações da contratada e da contratante;

g) O prazo de execução e a vigência contratual;

h) As condições de pagamento;

i) As sanções administrativas aplicáveis;

j) Os critérios de fiscalização e gestão do contrato.

Dentre outros tópicos não mencionados aqui para que o texto não se torne longo e cansativo.

7.6. Da dotação orçamentária

Consta dos autos Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira, emitida pela autoridade competente, atestando:

a) A adequação da despesa ao orçamento vigente (Exercício 2026, Órgão 01, Unidade Orçamentária 01, Atividade 2.002 – Manutenção das Atividades Legislativas, Elemento de Despesa 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica);

b) A compatibilidade da contratação com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA);

c) O atendimento ao disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

7.7. Do parecer jurídico

Em cumprimento ao disposto no art. 53, § 1º, e no art. 72, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, o processo foi encaminhado ao Departamento Jurídico para análise da legalidade, regularidade e conformidade da contratação direta, bem como da minuta contratual ou instrumento equivalente.

A manifestação jurídica, quando juntada aos autos, deverá apreciar:

a) A legalidade da contratação direta por dispensa de licitação;

b) O correto enquadramento legal no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;

c) A adequação da fundamentação apresentada;

d) A regularidade da instrução processual;

e) A conformidade da minuta contratual ou instrumento equivalente.

Não havendo manifestação jurídica impeditiva ao prosseguimento, o feito poderá seguir para deliberação da autoridade competente e posterior formalização da contratação.

7.8. Da habilitação da contratada

A empresa CG PRIME SOLUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 66.281.971/0001-65, apresentou documentação comprobatória suficiente quanto aos requisitos mínimos de habilitação exigidos para a contratação, incluindo:

a) Habilitação jurídica;

b) Regularidade fiscal e trabalhista;

c) *Compatibilidade do ramo de atuação (CNAE 95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos) com as atividades a serem executadas no âmbito da contratação;*

d) *Documentos e informações necessários à verificação de sua aptidão operacional para execução do objeto.*

A análise da documentação demonstra que a empresa possui condições legais e administrativas para contratar com a Administração Pública, estando apta à execução do objeto pretendido, sem prejuízo da conferência da validade das certidões no momento da formalização contratual.

7.9. Da ratificação/autorização

O processo administrativo foi submetido à autoridade competente da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA para fins de autorização e deliberação quanto à contratação direta, nos termos do art. 72 da Lei nº 14.133/2021.

A autorização constitui ato formal de validação da contratação direta, mediante manifestação expressa da autoridade competente quanto à regularidade do procedimento, à conveniência da contratação e ao atendimento da necessidade administrativa identificada.

7.10. Da publicidade

A contratação deverá ser objeto de divulgação nos meios oficiais cabíveis, em observância ao princípio da publicidade e da transparência administrativa, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, garantindo o acesso público às informações relativas ao procedimento de contratação.

A publicação dos atos pertinentes assegura a transparência da gestão pública e possibilita o controle social sobre os atos administrativos praticados.

8. CONCLUSÃO

Face ao exposto, esta Unidade de Controle Interno considera EM CONFORMIDADE o processo administrativo de contratação direta realizado por Dispensa de Licitação, destinado à contratação de empresa para prestar serviços gráficos, comunicação visual, materiais personalizados e serviços de imagem, visando atender às necessidades da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA.

A contratação terá como empresa contratada:

Nome: CG PRIME SOLUÇÕES LTDA
CNPJ: 66.281.971/0001-65
Endereço: Rod. Transcametá, nº 01, Cond. Caamuta, Qd. 1, Zona Rural, CEP 68.400-000, Cametá/PA;
Valor Total: R$ 58.930,40 (cinquenta e oito mil, novecentos e trinta reais e quarenta centavos).

Verifica-se que o processo encontra-se instruído com os elementos essenciais exigidos para a formalização da contratação direta, incluindo Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Análise de Riscos, Pesquisa de Preços, Justificativa de Preço, Razão da Escolha, proposta comercial e documentação de habilitação da empresa selecionada.

Constata-se, ainda, que foram observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, economicidade e motivação, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à matéria.

Diante disso, não se identificam óbices à continuidade do procedimento, podendo a autoridade competente proceder à autorização/ratificação da dispensa e à formalização da

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 171
Rubrica

contratação, observada a manifestação jurídica competente e a conferência da validade das certidões exigíveis no momento da assinatura do instrumento contratual.

Por fim, é o parecer da Unidade de Controle Interno da Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA.

Oeiras do Pará - PA, 10 de junho de 2026.

WALTER DA COSTA AZEVEDO FILHO:55096832287
Assinado de forma digital por WALTER DA COSTA AZEVEDO FILHO:55096832287

WALTER DA COSTA AZEVEDO FILHO
CONTROLE INTERNO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 172 Rubrica

ATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo nº.: 7.2026-010610-C
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO

1.0. DO OBJETO:

1.1. O referido processo versa sobre CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS, ESCÂNERES E COMPONENTES PERIFÉRICOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ/PA. , conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Da Discriminação do objeto:

PROPONENTE : CG PRIME SOLUCOES LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
130187	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN..	SERVIÇO	30.00	100,000	3.000,00
130188	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2520..	SERVIÇO	30.00	100,000	3.000,00
130189	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2540..	SERVIÇO	30.00	100,000	3.000,00
130190	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSON L3250..	SERVIÇO	20.00	100,000	2.000,00
130191	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSON L355.	SERVIÇO	30.00	100,000	3.000,00
130192	TROCA DE ROLO PRESSÃO DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN, COM MÃO DE OBRA .	SERVIÇO	10.00	200,000	2.000,00
130193	TROCA DE ROLO FUSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L 5652DN,COM MÃO DE OBRA INCLUS.	SERVIÇO	5.00	300,000	1.500,00
130194	TROCA DE CARTUCHO DE TONER DE IMPRESSORA LASER BRO THER DCP-L5652DN, COM MÃO DE .	SERVIÇO	20.00	150,000	3.000,00
130195	TROCA DE CILINDRO DA IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN, COM MÃO DE OBRA INCL.	SERVIÇO	10.00	150,000	1.500,00
130196	TROCA DE ROLO PRESSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP -L2520, COM MÃO DE OBRA INCLU.	SERVIÇO	10.00	200,000	2.000,00
130197	TROCA DE ROLO FUSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-2 520,COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10.00	300,000	3.000,00
130198	TROCA DE CARTUCHO DE TONER DE IMPRESSORA LASER BRO THER DCP-L2520, COM MÃO DE OB.	SERVIÇO	20.00	150,000	3.000,00
130199	TROCA DE CILINDRO DA IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-2520, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	10.00	150,000	1.500,00
130200	TROCA DE ROLO PRESSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP -L2540, COM MÃO DE OBRA INCLU.	SERVIÇO	10.00	200,000	2.000,00
130201	TROCA DE ROLO FUSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-2 540,COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	5.00	300,000	1.500,00
130202	TROCA DE CARTUCHO DE TONER DE IMPRESSORA LASER BRO THER DCP-L2540, COM MÃO DE OBR	SERVIÇO	20.00	150,000	3.000,00
130203	TROCA DE CILINDRO DA IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-2540, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	10.00	150,000	1.500,00
130204	TROCA DE CABEÇA DE PRESSÃO IMPRESSORA JATO DE TINT A EPSONL3250, COM MÃO DE OBRA	SERVIÇO	10.00	900,000	9.000,00
130205	TROCA DA BOMBA COMPLETA IMPRESSORA JATO DE TINTA E PSONL3250, COM MÃO DE OBRA INC	SERVIÇO	10.00	395,360	3.953,60
130206	TROCA DE CABEÇA DE PRESSÃO IMPRESSORA JATO DE TINT A EPSONL355, COM MÃO DE OBRA I	SERVIÇO	5.00	900,000	4.500,00
130207	TROCA DA BOMBA COMPLETA IMPRESSORA JATO DE TINTA E PSONL355, COM MÃO DE OBRA INCL	SERVIÇO	5.00	395,360	1.976,80
				VALOR TOTAL R$	**58.930,40**
				TOTAL GERAL R$	**58.930,40**

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 173
Rubrica

2.0. DA AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Considerando que os processos de contratação direta, que compreendem os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, exigem autorização da autoridade competente, nos termos do art. 72, inciso VIII da Lei nº. Lei n. 14.133/2021;

2.2. Considerando que a situação se enquadra no caso de DISPENSA DE LICITAÇÃO;

2.3. Considerando finalmente que, tanto o parecer técnico, quanto o parecer jurídico apontam para a possibilidade legal da referida contratação;

2.4. Eu, ANDREIA CALAZÃO VEIGA, Presidente, **AUTORIZO** a contratação direta, por DISPENSA DE LICITAÇÃO de CG PRIME SOLUCOES LTDA, com sede na ROD TRANSCAMETA, ZONA RURAL, Cametá-PA, CEP 68400-000, inscrita no CNPJ 66.281.971/0001-65, devendo a despesa ser regularmente empenhada com observância das formalidades legais.

3.0. DA PUBLICAÇÃO

3.1. Em atenção ao disposto no parágrafo único do art. 72 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, publique-se o ato que autoriza a contratação direta nos atos oficiais deste órgão.

OEIRAS DO PARÁ - PA, 10 de Junho de 2026

ANDREIA CALAZAO VEIGA:03641454204
Assinado de forma digital por ANDREIA CALAZAO VEIGA:03641454204

ANDREIA CALAZÃO VEIGA
Presidente

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 174 Rubrica

DECLARAÇÃO DE DISPENSA

O Agente de Contratação do Município de OEIRAS DO PARÁ, através do(a) CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 7.2026-010610-C, vem emitir a presente declaração de dispensa de licitação, amparada no , da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS, ESCÂNERES E COMPONENTES PERIFÉRICOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ/PA. , pelo valor de R$ 58.930,40 (cinquenta e oito mil, novecentos e trinta reais e quarenta centavos).

Assim, vem comunicar ao Exmo(a). Sr(a). ANDREIA CALAZÃO VEIGA, Presidente, da presente declaração, para que proceda, se de acordo, a devida ratificação.

OEIRAS DO PARÁ - PA, 10 de Junho de 2026

ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO:04786735230
Assinado de forma digital por ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO:04786735230

ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO
Agente de Contratação

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 15 Rubrica

TERMO DE RATIFICAÇÃO

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no , da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas atualizações, para a contratação da(o) CG PRIME SOLUCOES LTDA, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS, ESCÂNERES E COMPONENTES PERIFÉRICOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ/PA. .

RATIFICO, conforme prescreve o Estatuto das Licitações, o Despacho do(a) Ilmo(a). Sr (a). ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO, Presidente da Comissão de Licitação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

OEIRAS DO PARÁ - PA, 10 de Junho de 2026

ANDREIA CALAZAO VEIGA:03641454204 Assinado de forma digital por ANDREIA CALAZAO VEIGA:03641454204

ANDREIA CALAZÃO VEIGA
Presidente

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 174
Rubrica

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Agente de Contratação do Município de OEIRAS DO PARÁ, através do(a) CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ, em cumprimento à ratificação procedida pelo(a) Sr(a) ANDREIA CALAZÃO VEIGA, Presidente, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS, ESCÂNERES E COMPONENTES PERIFÉRICOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ/PA.

Contratado.....: CG PRIME SOLUCOES LTDA

Fundamento Legal...: , da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificado pelo(a) Sr(a) ANDREIA CALAZÃO VEIGA, Presidente.

OEIRAS DO PARÁ - PA, 10 de Junho de 2026

ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO:04786735230
Assinado de forma digital por ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO:04786735230

ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO
Agente de Contratação

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 177
Rubrica

PARECER CONTROLE INTERNO DE REGULARIDADE CONTRATUAL

O Sr.º **WALTER DA COSTA AZEVEDO FILHO**, responsável pelo Controle Interno da **CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ/PA**, declara, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do §1º, do art. 11, da **RESOLUÇÃO Nº. 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014** e **RESOLUÇÃO 43/2017/TCMPA, de 19 de dezembro de 2017**, que analisou integralmente o instrumento contratual, referente à **Dispensa de Licitação nº 7/2026-010610-C**, Processo Administrativo nº **72026010610C**, tendo por objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS, ESCÂNERES E COMPONENTES PERIFÉRICOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ/PA.**

Identificação do vencedor: **CG PRIME SOLUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n° **66.281.971/0001-65.**

Valor contratado/autorizado: **R$ 58.930,40 (cinquenta e oito mil, novecentos e trinta reais e quarenta centavos).**

Manifesto a regularidade referente ao atendimento dos documentos necessários à fase interna;

Manifesto a regularidade referente ao cumprimento dos requisitos legais de publicidade dos atos;

Manifesto a regularidade referente ao cumprimento dos requisitos de habilitação da empresa selecionada;

Manifesto a regularidade referente ao cumprimento das exigências para contratação.

Com base nas regras insculpidas pela Lei n° 14.133/21, no parecer jurídico e nos demais instrumentos legais correlatos, declara, ainda, que o referido processo se encontra:

(x) Revestido de todas as formalidades legais, nas fases de planejamento, habilitação, seleção da proposta, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a Câmara Municipal;
( ) Revestido parcialmente das formalidades legais, nas fases de planejamento, habilitação, seleção da proposta, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a Câmara Municipal, com as ressalvas enumeradas no parecer de controle interno, encaminhado como anexo;
( ) Revestido de falhas de natureza grave, não estando apto a gerar despesas para a Câmara Municipal, conforme impropriedades ou ilegalidades enumeradas no Parecer de Controle Interno, encaminhado como anexo.

Declara, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Oeiras do Pará/PA, 10 de junho de 2026.

WALTER DA COSTA AZEVEDO FILHO:55096832287
Assinado de forma digital por WALTER DA COSTA AZEVEDO FILHO:55096832287

WALTER DA COSTA AZEVEDO FILHO
CONTROLE INTERNO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 178 Rubrica

CONTRATO Nº 010610C

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 010610C , QUE FAZEM ENTRE SI A Prefeitura Municipal de Oeiras do Pará, POR INTERMÉDIO DO (A) CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ E A EMPRESA CG PRIME SOLUCOES LTDA.

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado o Município de OEIRAS DO PARÁ, através do(a) CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ, CNPJ-MF, Nº 07.228.952/0001-06, denominado daqui por diante de CONTRATANTE, representado neste ato pelo(a) Sr.(a) ANDREIA CALAZÃO VEIGA, PRESIDENTE CÂMARA, e do outro lado CG PRIME SOLUCOES LTDA, CNPJ/CPF CNPJ 66.281.971/0001-65, com sede na ROD TRANSCAMETA, ZONA RURAL, Cametá-PA, CEP 68400-000, de agora em diante denominada CONTRATADA(O), neste ato representado pelo(a) Sr(a).CLEBER GUIMARÃES CARDOSO, portador do(a) CPF 665.009.742-04, têm justo e contratado o seguinte:

1. DO OBJETO CONTRATUAL

1.1. O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS, ESCÂNERES E COMPONENTES PERIFÉRICOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ/PA. , que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao processo DISPENSA DE LICITAÇÃO - 7.2026-010610-C e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Itens Contratados:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
130187	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN..	SERVIÇO	30,00	100,000	3.000,00
130188	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2520..	SERVIÇO	30,00	100,000	3.000,00
130189	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2540..	SERVIÇO	30,00	100,000	3.000,00
130190	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSON L3250..	SERVIÇO	20,00	100,000	2.000,00
130191	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSON L355.	SERVIÇO	30,00	100,000	3.000,00
130192	TROCA DE ROLO PRESSÃO DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN, COM MÃO DE OBRA .	SERVIÇO	10,00	200,000	2.000,00
130193	TROCA DE ROLO FUSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN,COM MÃO DE OBRA INCLUS.	SERVIÇO	5,00	300,000	1.500,00
130194	TROCA DE CARTUCHO DE TONER DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN, COM MÃO DE .	SERVIÇO	20,00	150,000	3.000,00
130195	TROCA DE CILINDRO DA IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L5652DN, COM MÃO DE OBRA INCL.	SERVIÇO	10,00	150,000	1.500,00
130196	TROCA DE ROLO PRESSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2520, COM MÃO DE OBRA INCLU.	SERVIÇO	10,00	200,000	2.000,00
130197	TROCA DE ROLO FUSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-2520,COM MÃO DE OBRA INCLUSA	SERVIÇO	10,00	300,000	3.000,00
130198	TROCA DE CARTUCHO DE TONER DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2520, COM MÃO DE OB.	SERVIÇO	20,00	150,000	3.000,00
130199	TROCA DE CILINDRO DA IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-2520, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	10,00	150,000	1.500,00
130200	TROCA DE ROLO PRESSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2540, COM MÃO DE OBRA INCLU. - Marca.: 20	SERVIÇO	10,00	200,000	2.000,00
130201	TROCA DE ROLO FUSOR IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-2540,COM MÃO DE OBRA INCLUSA. - Marca.: 300	SERVIÇO	5,00	300,000	1.500,00
130202	TROCA DE CARTUCHO DE TONER DE IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-L2540, COM MÃO DE OBR	SERVIÇO	20,00	150,000	3.000,00
130203	TROCA DE CILINDRO DA IMPRESSORA LASER BROTHER DCP-2540, COM MÃO DE OBRA INCLUSA.	SERVIÇO	10,00	150,000	1.500,00
130204	TROCA DE CABEÇA DE PRESSÃO IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSONL3250, COM MÃO DE OBRA	SERVIÇO	10,00	900,000	9.000,00

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 179 Rubrica

130205	TROCA DA BOMBA COMPLETA IMPRESSORA JATO DE TINTA EPS ONL3250, COM MÃO DE OBRA INC	SERVIÇO	10,00	395,360	3.953,60
130206	TROCA DE CABEÇA DE PRESSÃO IMPRESSORA JATO DE TINTA EPSONL355, COM MÃO DE OBRA I	SERVIÇO	5,00	900,000	4.500,00
130207	TROCA DA BOMBA COMPLETA IMPRESSORA JATO DE TINTA EPS ONL355, COM MÃO DE OBRA INCL	SERVIÇO	5,00	395,360	1.976,80
				VALOR GLOBAL R$	58.930,40

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. Este contrato fundamenta-se na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações, bem como na licitação na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO, nº 7.2026-010610-C.

3. DOS ENCARGOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

3.1. Executar o objeto deste contrato de acordo com as condições e prazos estabelecidas no processo licitatório nº 7.2026-010610-C e neste termo contratual;

3.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

I - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pela Administração, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

3.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior.

3.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

3.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

3.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que gerou este Contrato, decorrente do(a) DISPENSA DE LICITAÇÃO de nº 7.2026-010610-C.

3.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;



c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
d) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

3.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.

3.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

3.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

3.12. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

3.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

3.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

3.15. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

3.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

3.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

3.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

3.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

3.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

3.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 181
Rubrica

proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

3.23. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até o limite fixado no art. 125 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. A CONTRATANTE se obriga a proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

4.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta

4.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

4.4. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

4.5. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência.

4.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA.

4.7. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

a) Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

b) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

c) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

d) Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão



ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

4.8. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

4.9. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

4.10. Aplicar à CONTRATADA sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

4.11. Cientificar o órgão de representação judicial da Administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

4.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 26, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.13. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

4.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5. DA VIGÊNCIA

5.1. A vigência deste instrumento contratual iniciará na data de sua assinatura, extinguindo-se em 10 de Junho de 2027, podendo ser prorrogado por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

I - Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

II - Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

III - Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

IV - Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

V - Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;

VI - Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 133 Rubrica

6. DA RESCISÃO

6.1. Constituem motivo para a rescisão contratual os constantes dos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021, e poderá ser solicitada a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, mediante comunicação por escrito.

7. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

I - Der causa à inexecução parcial do contrato;

II - Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Der causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

IX - Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do subitem **7.1** deste Edital, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 194
Rubrica

grave (art. 156, §4º, da Lei);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos incisos VIII, IX, X, XI e XII do subitem **7.1** deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

IV - Multa:

a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

b) Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º).

7.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

I - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

II - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

7.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 195 Rubrica

nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

7.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

7.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161).

7.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

8. DO VALOR E DO PAGAMENTO

8.1. O valor total da presente avença é de R$ 58.930,40 (cinquenta e oito mil, novecentos e trinta reais e quarenta centavos).

8.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

8.3. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

8.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o(a) CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ atestar a execução do objeto do contrato.

8.5. Havendo atraso no pagamento, desde que não decorre de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, aplicar-se-á o índice do IPCA, a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do dia anterior ao pagamento pelo número de dias em atraso, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

8.6. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

8.7. Quando houver glosa parcial do objeto, o CONTRATANTE deverá comunicar à CONTRATADA para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

8.8. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura



apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) O prazo de validade;
b) A data da emissão;
c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
d) O período respectivo de execução do contrato;
e) O valor a pagar; e
f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

8.10. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:
a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.12. Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.14. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

8.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

I - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.17. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 197 Rubrica

aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. DO REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado - .

9.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do IPCA, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

9.5. Caso o IPCA venha a ser extinto) ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas contratuais correrão por conta da verba do orçamento do(a) CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ, na dotação orçamentária Exercício 2026 Atividade 0101.010310001.2.002 Manutenção das Atividades do Poder Legislativo, Classificação econômica 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica, ficando o saldo pertinente aos demais exercícios a ser empenhado oportunamente, à conta dos respectivos orçamentos, caso seja necessário.

11. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

I - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 188 Rubrica

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c) Indenizações e multas.

12. DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

13. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. DO FORO, BASE LEGAL E FORMALIDADES

14.1. Fica eleito o Foro da cidade de OEIRAS DO PARÁ, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

14.2. Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

OEIRAS DO PARÁ - PA, 10 de Junho de 2026

CAMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARA CMOP:07228952000106 Assinado de forma digital por CAMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARA CMOP:07228952000106

ANDREIA CALAZAO VEIGA:03641454204 Assinado de forma digital por ANDREIA CALAZAO VEIGA:03641454204

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
CNPJ(MF) 07.228.952/0001-06
CONTRATANTE

CG PRIME SOLUCOES LTDA:66281971000165 Assinado de forma digital por CG PRIME SOLUCOES LTDA:66281971000165

CG PRIME SOLUCOES LTDA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 152
Rubrica

CNPJ 66.281.971/0001-65
CONTRATADO(A)

Testemunhas:

1._____

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 190 Rubrica

Portaria nº 168/2025-GP/CMOP

DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO

Designa servidor para acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato.

Contrato nº: 010610C
Ref. Processo: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7.2026-010610-C
Objeto Contratual: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS, ESCÂNERES E COMPONENTES PERIFÉRICOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ/PA.

O(a) Sr(a)ANDREIA CALAZÃO VEIGA, PRESIDENTE CÂMARA, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 117 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, e a celebração de Contrato entre a(o) CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ, como CONTRATANTE e CG PRIME SOLUCOES LTDA como CONTRATADA.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o(a) servidor(a) MARINA OLIVEIRA MENDES, CPF nº 787.XXX.XXX-53, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado.

Art. 2º - Determinar que o fiscal ora designado deverá:

I - zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II - avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados e/ou materiais fornecidos pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III - atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados e/ou aos materiais fornecidos, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 191 Rubrica

Art. 3° - Dê-se ciência ao servidor designado e publique-se.

Art. 4° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

OEIRAS DO PARÁ - PA, 10 de Junho de 2026

ANDREIA CALAZAO VEIGA:03641454204 Assinado de forma digital por ANDREIA CALAZAO VEIGA:03641454204

ANDREIA CALAZÃO VEIGA
CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ
GESTOR(A) DO CONTRATO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 197 Rubrica

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº.....: 010610C

ORIGEM.....: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7.2026-010610-C

CONTRATANTE.....: CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ

CONTRATADA(O).....: CG PRIME SOLUCOES LTDA

OBJETO.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS, ESCÂNERES E COMPONENTES PERIFÉRICOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ/PA.

VALOR TOTAL.....: R$ 58.930,40 (cinquenta e oito mil, novecentos e trinta reais e quarenta centavos)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: Exercício 2026 Atividade 0101.010310001.2.002 Manutenção das Atividades do Poder Legislativo , Classificação econômica 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica, Subelemento 3.3.90.39.17 Manutenção e cons. de máq. e equipamento, no valor de R$ 58.930,40

VIGÊNCIA.....: 10 de Junho de 2026 a 10 de Junho de 2027

DATA DA ASSINATURA.....: 10 de Junho de 2026

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 193
Rubrica

CERTIDÃO DE AFIXAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO

Certifico para os devidos fins, que foi publicado no quadro de aviso e publicações dessa Municipalidade o(s) extrato(s) referente ao(s) contrato nº 010610C , firmado entre a CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ e CG PRIME SOLUCOES LTDA, referente ao processo licitatório na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO, nº 7.2026-010610-C.

OEIRAS DO PARÁ - PA, 10 de Junho de 2026

ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO:04786735230
Assinado de forma digital por ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO:04786735230

ROSIVAN DOS SANTOS MACHADO
Agente de Contratação